



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MOTIVAÇÕES SOCIAIS NA RECONTEXTUALIZAÇÃO
DO DISCURSO DO PROGRAMA *BOLSA FAMÍLIA***

RENATA RENA RODRIGUES

NOVEMBRO DE 2008



MOTIVAÇÕES SOCIAIS NA RECONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO DO PROGRAMA *BOLSA FAMÍLIA*

RENATA RENA RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:

Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa:

Discurso e Representação Social

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção

São João del-Rei
Novembro de 2008

DISSERTAÇÃO DE Mestrado
Universidade Federal de São João del-Rei
Programa de Mestrado em Letras
Área de Concentração
Teoria Literária e Crítica da Cultura
Linha de Pesquisa
Discurso e Representação social

Título da Dissertação
**Motivações Sociais na Recontextualização do Discurso do Programa
*Bolsa Família***

Professor Orientador
Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção (UFSJ)
Prof^a. Dr^a Maria Carmen Aires Gomes (UFV)
Prof Dr Paulo Henrique Caetano (UNIFEMM)
Prof. Dr Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)

Coordenadora do Programa de Mestrado em Letras
Prof^a. Dr^a. Eliana da Conceição Tolentino

São João del-Rei
2008

**Dedico esse trabalho aos meus exemplos
de vida: *Mozart e Oneida.***

AGRADECIMENTOS

À minha família meu primeiro e último incentivo nesse árduo caminho: Obrigada papai, mamãe, Michel, Michelle e Adriana;

Às minhas pequenas, carinho extremo na minha vida: Luiza, Carol, Júlia, Marina e Milena;

À colega de trabalho, companheira, minha família viçosence, sãojoanense e de toda vida; amiga inesquecível dos melhores anos da minha vida: Carina;

Aos eternos amigos do mestrado, em especial à Alciene;

À Ofélia, pelo abstract;

A todos os queridos amigos de São João del-Rey;

Ao orientador Antônio Luiz Assunção;

Aos professores do mestrado, constante exemplo;

À Universidade Federal de São João del-Rey pelo crescimento profissional;

À CAPES: agradeço pelo apoio financeiro.

Agradeço aqueles que nesses dois anos me ajudaram direta ou indiretamente: aos amigos, parentes, pessoas queridas que contribuíram com minha permanência na saudosa São João del-Rey e que jamais serão esquecidos.

RESUMO

Partindo da questão da pluralidade de discursos na contemporaneidade, a proposta dessa pesquisa é observar o “jogo” que estes participam para desenvolver práticas na sociedade. A linguagem ocupa papel central, em não apenas mediar nossas interações como também (re)construir nosso sistema social, histórico e cultural; é por meio da linguagem que nossas práticas sociais são regularizadas, reproduzidas e legitimadas. Elegemos como objeto de pesquisa o discurso do Programa *Bolsa Família* materializado em distintos gêneros, os quais denominaremos de gêneros discursivos.

A relevância em se estudar a recontextualização do discurso oficial do programa está na observação de como as escolhas lexicais, a seleção de argumentos e do próprio gênero modificam as práticas discursivas e automaticamente as práticas sociais num processo de reconstrução discursiva do próprio programa com nuances/direcionamentos diferenciados nos diferentes gêneros em que é (re)apresentado. Partimos também do pressuposto de que o programa hoje se faz um objeto cultural, uma vez que constitui e é constituído pelas relações sócio-históricas da pós-modernidade brasileira. Dessa forma, através da análise dessas práticas, poderemos pensar nas possíveis representações que são trazidas pela utilização de alguns gêneros pelo programa *Bolsa Família*, verificando, assim, como este objeto cultural é articulado discursivamente.

Nosso objetivo geral é verificar como se configura a recontextualização do discurso oficial do Programa *Bolsa Família* em distintos gêneros discursivos observando a construção particular do(s) objeto(s) de discurso. Como objetivos específicos propomos descrever os gêneros selecionados, a fim de verificar as questões recorrentes, como também os pontos de instabilidade; verificar na materialidade lingüística marcas que geram propósitos comunicativos que se articulam às práticas discursivas e sociais; analisar, partindo da perspectiva de gêneros, como estes se configuram discursivamente e trazem representações.

Como metodologia para pesquisa, primeiramente faremos uma contextualização do programa *Bolsa Família* a fim de tentar verificar as

condições sócio-históricas que viabilizaram o programa/sua idealização para embasar a análise. Posteriormente apresentaremos o quadro teórico para análise discutindo as questões de retextualização/recontextualização (Marcushi, 2001) do discurso e de gêneros discursivos; para finalizar apresentaremos as observações feitas sob o corpus selecionado para análise.

Para tratarmos da análise da prática textual associada à prática discursiva e à prática social do PBF, tomamos o projeto teórico-metodológico da Análise Crítica do discurso (ACD) no que concerne aos estudos sobre gênero - visto como construto textual e como mecanismo de ação social - nas propostas de Charles Bazerman (2005, 2006), Gunther Kress(1989, 1997) e Norman Fairclough(2001, 2003). Levantaremos, assim, os elementos para discussão da teoria e questões para pensar na recontextualização do discurso do programa, e, por conseguinte, quais representações de sentido são geradas no discurso do PBF.

Com intuito de tentar cumprir o objetivo proposto, fizemos um levantamento das questões teóricas propostas, para discutir a teoria escolhida (ACD) com os pressupostos de gênero discursivo e crítica da cultura na análise do corpus.

O que pudemos perceber é que o gênero e os processos de recontextualização dos discursos são também produtos culturais moldados de acordo com as condições sócio-históricas existentes, assim estão constantemente em movimento. Como bem já tinha observado Bakhtin (2000) *“o Gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é o novo e o velho ao mesmo tempo”*. O gênero Guia do Gestor e Agenda de Compromissos da Família observados aqui nessa análise podem comprovar essa afirmação. Em função de propósitos definidos se tornam gêneros em transformações adaptando-se sempre aos contextos em que necessitam alcançar.

Abstract

Considering the plurality of discourses and uses of language in contemporaneity, this work aims at observing how language is involved in the development of social practices in society. It is assumed that language plays a central role not only in mediating social interactions but also in constructing our social, historical and cultural system. It is through language that social practices are settled, reproduced and legitimated. The discourse of the Bolsa Família program has been chosen to be our research object materialized in different genres which will be referred here as discourse genres.

The relevance of studying the recontextualization of the official discourse related to the governmental program referred above relies on the observation of how the lexical choices, the selection of arguments and the sort of genres used can modify the discursive practices and consequently the social practices in a process of reconstructing this official discourse into the different genres in which it is (re) presented. It is also believed that the Bolsa Família program is a cultural object, since it builds and is built by social-historical relations of Brazilian pos-modernity. Therefore, through the analysis of such practices, we can think of the possible representations that are brought out by the use of specific genres in the social interactions that constitute the discourse of this governmental program, verifying how this cultural object is discursively articulated as well.

Generally speaking, our aim is to verify how the recontextualization of the Bolsa Família official discourse is configured in different genres of discourse, observing the construction of discourse objects. We would like to point out as specific aims the description of the genres identified in order to verify the recurrent issues, the points of instability; as well as to verify in the use of linguistic mechanisms communicative purposes that articulate discursive and social practices, and finally examine, from the perspective of genres, how they are shaped discursively and result in representations.

The methodology for the research consists firstly on the contextualization of the Bolsa Família program in order to identify the socio-historical conditions

that gave rise to this governmental program and to support the analyses developed later. Secondly, the theoretical framework for analysis will be presented, discussing the concepts of retextualization and recontextualization of discourse (Marcushi, 2001) and genres of discourse. Thirdly, the observations made based on examination of the data selected for analysis will be presented.

To implement the textual analysis associated with the discursive practice and the social practice that constitutes the Bolsa Família program, we took into account the theoretical and methodological perspective of the Critical Discourse Analysis (CDA) and its considerations on the concept of gender, which is seen, according to Charles Bazerman (2005, 2006), Gunther Kress (1989, 1997) and Norman Fairclough (2001, 2003), as textual construct and as a mechanism of social action. Thus, we will point out the elements to discuss the theory and the issues to reflect on the discursive recontextualization of the program, and, therefore, which representations and meanings are produced in the discourse of the Bolsa Família program.

In order to achieve the proposed objective, a survey on the theoretical issues was carried out in order to discuss the chosen theory (ACD) and its assumptions concerning the discourse genres associating this considerations with the critical analysis of culture in the examination of the corpus. What we could notice is that the genres and the processes of discourse recontextualization are also cultural products shaped according to the existing socio-historical conditions, which are constantly in motion. As Bakhtin (2000) has already pointed out “a genre is always the same and yet not the same, always old and new at the same time”. The genres *Guia do Gestor e Agenda de Compromissos da Família* examined here can prove such claim. Due to the purposes that define such genres, they transform and are transformed, adapting to the changes in the social contexts which they need to achieve.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	16
1- Considerações Iniciais	17
2- Programas sociais no Governo Lula: <i>projeto político</i>	18
2.1 A Fome no Governo Lula	19
2.2 A estratégia <i>Fome Zero</i>	22
3- Programa <i>Bolsa Família</i>	25
3.1 Criação e Legislação	25
3.2 Responsabilidades	27
3.3 Papéis sociais	28
3.3.1 Os Estados	30
3.3.2 Os Municípios	30
3.3.3 O Gestor Municipal	31
3.3.4 Os beneficiários : a família	32
3.4 Manuais e Publicações do Programa <i>Bolsa Família</i>	33
3.4.1 – Guia do Gestor	36
3.4.2 – Agenda de Compromissos da Família	36
4. Considerações Finais	37
CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO	40
1- Considerações iniciais	40
2- Recontextualização da Linguagem	42
2.1 Língua, linguagem e texto	42
2.2 Textualização e retextualização	46

2.3	Contextualização e Recontextualização	51
2.4	A intertextualidade como estratégia de retextualização	52
2.5	Recontextualização: surgimento de novas práticas	53
3-	Gênero Discursivo	56
3.1	Gênero discursivo como mecanismo de prática social	56
3.2	Gênero discursivo e o processo de produção, distribuição e consumo.....	60
3.3	Kress: o gênero como recurso representacional	62
3.4	Bazerman: uma proposta de Performance textual	63
4-	Análise Crítica do Discurso e Crítica da Cultura	68
4.1	ACD como proposta teórica e metodológica	68
4.2	Prática discursiva e prática social	72
4.3	ACD como postura de pesquisa e instrumento para Crítica da Cultura	73
5 –	Considerações finais	75

CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO DO CORPUS E ANÁLISE DE DADOS80

1-	Considerações Iniciais	81
2-	Descrição do corpus	83
2.1	A legislação do Programa Bolsa Família	83
2.2	Guia do Gestor	84
2.3	Agenda de compromissos da Família	86
2.4	Os processos de Produção, Distribuição e Consumo do Gêneros do Programa <i>Bolsa Família</i>	88
3 -	Retextualização e recontextualização da Lei <i>via</i> variáveis de análise nos gêneros <i>Guia do Gestor</i> e <i>Agenda de Compromissos da Família</i>	92
3.1	O propósito ou objetivo da retextualização	92
3.2	A relação entre o produtor do texto original e o transformador	93
3.3	A relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização	95
3.4	Os processos de formulação típicos de cada modalidade	96

4 - Análise da Prática Discursiva	98
4.1 A importância do vocabulário para uma análise textual lingüisticamente orientada	101
4.2 A Retextualização via análise do vocabulário	102
4.3 O objetivo do Gênero	103
4.4 Objetivo do Programa <i>Bolsa Família</i>	106
4.4 Participantes do Programa <i>Bolsa Família</i>	108
4.6 A Entrada da Família no Programa	109
4.7 Como é pago o <i>Bolsa Família</i>	111
4.8 Condicionalidades	113
4.9 Controle Social	115
4.10 Fiscalização	116
5- Considerações Finais	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

*“Quem tem fome tem pressa”
Herbert de Souza*

A construção de novos paradigmas na contemporaneidade exige, cada dia mais, que nos libertemos de determinadas pré-concepções acerca dos inúmeros discursos e acerca da construção de olhares sobre os distintos objetos culturais que permeiam nosso contexto. Encorajar a pluralidade de discursos, legitimando a não-existência de uma única verdade ou interpretação, com um caráter de disseminação de possíveis e novas verdades, é uma questão que se destaca dentro dos estudos sobre a cultura.

Descrever a linguagem no contexto em que ela é usada constitui uma análise social que parece pertinente para a pesquisa sobre a linguagem. A investigação sobre a produção e a compreensão de textos, orais ou escritos, pode contribuir para o desenvolvimento de competências de uso de um número sempre crescente de gêneros textuais¹ (Meurer, 1999). Além da proliferação dos gêneros, é importante salientar que eles podem ser vistos como suportes de discursos, os quais devem ser observados à luz do contexto sócio-histórico ao qual pertencem. Assim, percebemos a pesquisa na linguagem como um vasto campo a ser explorado, sendo necessária a observação das questões culturais e sociais.

Partimos da premissa de que o gênero discursivo, na atualidade, é também assumido como objeto de cultura, sendo produto de um meio social específico em que são articuladas regularidades que fazem com que ele assuma uma configuração genérica e, através dessa, passe a sugerir práticas

¹ No presente trabalho estamos considerando “gênero” como um constructo textual e mecanismo de ação social. A expressão gênero textual aparece como referência do autor (Meurer, 1999).

discursivas e sociais específicas. Pensando o gênero dentro dessa ótica, teríamos então um conjunto de regularidades que poderiam ser analisadas dentro de um processo particular de produção, distribuição e consumo de textos (Fairclough, 2001).

Da mesma forma como consideramos o gênero, abordamos o *Programa Bolsa Família* do Governo Federal (PBF), objeto de estudo desta pesquisa, como um projeto de assistência social que traz profundas implicações sociais e culturais. O *Programa, que hoje* constitui o contexto sócio-histórico nacional e por ele é constituído, pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação e coordenação de programas complementares.

Nota-se que os objetivos do *Bolsa Família* são gerais: assistindo hoje a mais de 11 milhões de famílias brasileiras, tem os mesmos objetivos, independente da região em que se encontre o beneficiário. Todavia, se analisarmos o contexto de consumo do PBF, pelas famílias, não verificaremos o mesmo contexto sócio-cultural; o que acarreta distintos efeitos de sentido. Entendendo dessa forma é que dizemos que o *Programa*, no atual contexto, não só constitui condições sócio-culturais como também é por elas constituído.

Diante das constantes atualizações na forma de organização social do mundo, ocasionadas pelo movimento da globalização, somos levados a verificar que, a cada momento, há uma significativa mudança no contexto sócio-cultural em que estamos inseridos. Como participantes desse processo, nossas práticas sociais e discursivas são também constantemente alteradas em função da adaptação “necessária” ao mundo social a que pertencemos. Nossas práticas são modificadas, nossas representações de mundo são atualizadas, nossos discursos são recontextualizados.

Posto isso, o que se faz pertinente nesta dissertação é pensar a questão da pluralidade de discursos e tentar observar o “jogo” de que eles participam para desenvolver práticas na sociedade. Tomamos como objeto de discurso alguns enunciados sobre o *Programa Bolsa Família* do Governo Federal. Nossa proposta é tentar perceber como se dá a recontextualização do discurso

dito oficial sobre o PBF, ou seja, o que é proferido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, seu responsável direto. Discurso esse materializado em distintos gêneros, os quais chamaremos de gêneros do discurso ou discursivos.

A relevância de se estudar a recontextualização desse discurso oficial está na observação de como as escolhas lexicais, a seleção de argumentos e do próprio gênero modificam as práticas discursivas e, automaticamente, as práticas sociais. Partimos também do pressuposto de que o PBF hoje se faz um objeto cultural, uma vez que, como dissemos, constitui as relações sócio-históricas da pós-modernidade brasileira e é por elas constituído.

Para cumprir nosso objetivo central, a dissertação está desenvolvida em três capítulos: 1- contextualização da pesquisa; 2- quadro teórico; 3- descrição do *corpus* e análise dos dados.

No primeiro capítulo, tivemos como proposta contextualizar nosso objeto de pesquisa, o *Programa Bolsa Família*. Para tanto, achamos necessário começar por um breve histórico da fome no Brasil e verificar, em linhas gerais, o tratamento dado a ela por alguns projetos de assistência social que existiram ou ainda existem. A referência ao *Programa Fome Zero* torna-se quase obrigatória, já que o PBF é um dos programas de transferência de renda direta pertencente ao *Fome Zero*. Posteriormente, discutiremos o *Bolsa Família* em si. Para isso sentimos a necessidade de visualizar sua origem, os objetivos contidos na legislação que o regem e demais informações que nos pareceram pertinentes. Como última parte deste capítulo de contextualização da pesquisa, verificaremos as formas de divulgação do discurso do *Programa*, as quais trataremos como gêneros discursivos. Isso porque os materiais que trazem o discurso do PBF são construções textuais, dotadas de regularidades que fazem com que as práticas sociais possam ser ativadas em seu consumo.

No segundo capítulo, tivemos o intuito de montar o quadro teórico que adotaremos para análise do *corpus* selecionado. Tal quadro pode ser visualizado em três partes: na primeira procuramos discutir os conceitos de retextualização e recontextualização (Marcuschi, 2001); na segunda, os conceitos e idéias sobre gênero discursivo, considerando as propostas de

Charles Bazerman (2005, 2006), Gunther Kress (1989, 1997) e Norman Fairclough (2001, 2003) e, na terceira, observamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) como proposta teórica e metodológica para o estudo do discurso e também como mecanismo para chegar à crítica da cultura.

No terceiro capítulo, vislumbramos a descrição do *corpus*: o “Guia do Gestor do Programa Bolsa Família” e a “Agenda de Compromissos da Família”. Nesse capítulo, procuramos demonstrar como a recontextualização do discurso nos gêneros leva a distintas orientações de sentido. Tentamos evidenciar, através dos trechos retextualizados, as semelhanças e/ou discrepâncias ocasionadas pela recontextualização do discurso e as implicações de sentido geradas por tais processos.

Dessa forma, através da estrutura descrita acima, queremos dar a conhecer como os processos de recontextualização proporcionam grandes transformações nas práticas discursivas e sociais existentes dentro do PBF. Acreditamos que ele é passível de observação como programa social que é, e também passível de ser observado como objeto simbólico dotado de motivações sociais, culturais e históricas de uma modernidade em que muito dos referentes se tornaram fluidos e são dispostos em jogo, representados na/pela linguagem.

Assim, através da análise das práticas discursivas, sociais e culturais, poderemos pensar nas possíveis representações que são trazidas pela utilização de alguns gêneros pelo *Programa Bolsa Família*, verificando, portanto, como esse objeto cultural é articulado discursivamente.

CAPÍTULO I
CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

1- Considerações iniciais

Neste primeiro capítulo, propomo-nos a contextualizar o presente trabalho no intuito de discutir algumas questões que situam o contexto histórico, as motivações e as próprias origens do *Programa Fome Zero* e, conseqüentemente, do *Bolsa Família*, objeto de estudo desta dissertação.

Faremos, em um primeiro momento, comentários sobre os projetos de assistência social do Governo Lula e sobre questões relacionadas ao tratamento da fome nesse governo. Para tanto, na primeira parte do capítulo, serão discutidas as questões que motivaram a elaboração dos programas, porque consideramos que para falar da origem do *PBF* é necessário referir-se ao *Fome Zero* e às condições sócio-históricas que propiciaram seu surgimento.

Na segunda parte, temos intenção de discutir mais efetivamente o objeto de estudo do trabalho: o *Programa Bolsa Família*. Para isso, abordaremos a legislação que o orienta e o momento histórico de sua criação. Partimos do pressuposto de que para observar o surgimento de práticas e verificar a representação social que o *PBF* traz, faz-se necessária essa contextualização prévia para alicerçar as discussões posteriores.

O objetivo da terceira parte do capítulo concentra-se na exploração de alguns aspectos significativos da estrutura interna do *PBF*: verificação da distribuição das responsabilidades e os papéis sociais criados na própria legislação. Essa observação proporcionará uma visualização do funcionamento do *PBF*, de forma a garantir a visualização também de como as práticas sociais e discursivas podem surgir dentro do mesmo. Estamos pensando o discurso, e o próprio gênero discursivo, como forma de prática social, e não atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais (Fairclough, 2001).

Já na quarta e última parte, temos o propósito de verificar como as práticas discursivas do *Bolsa Família* podem ser percebidas na materialidade do discurso. Observaremos como os gêneros discursivos poderão servir de estratégia política para divulgação do discurso do *PBF*. Para esse fim, serão observadas as publicações disponibilizadas pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome para divulgação do projeto social e já, de certa forma, apresentar sumariamente o *corpus* escolhido para a pesquisa: o “Guia do Gestor” e a “Agenda de Compromissos da Família”.

2- Programas sociais no Governo Lula: *projeto político*

De acordo com Duarte (2001), programas de transferências condicionadas contra a miséria são políticas sociais correntemente empregadas para combater e reduzir a pobreza. A curto prazo, objetivam aliviar os problemas decorrentes de tal situação e, a longo prazo, investir no capital humano, interrompendo o ciclo intergeracional da pobreza.

Ainda de acordo com a autora, a idéia de transferências condicionadas começou a ganhar força em 1997, quando havia três países no mundo com essa experiência: Bangladesh, México e Brasil. Em 2007, quase todos os países da América Latina tinham um programa desses e havia interesse de países africanos, como África do Sul, Quênia e Etiópia em também poder oferecer essa política pública.

Para Duarte, existem projetos similares na Turquia, no Camboja, no Paquistão e no sul da Ásia. A Municipalidade de Nova York inaugurou, em 2007, um programa de transferência de renda com condicionalidades, o *Opportunity NYC*, que se inspira nos modelos brasileiros e no mexicano. Diante desse breve panorama, pode-se observar a relevância social, política e econômica dos programas destinados à assistência social dos indivíduos em distintos países.

Para o presidente do Banco Mundial, a transferência imediata de renda traz significativas mudanças no contexto social:

Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos pobres, via um "contrato social" com os beneficiários - por exemplo, manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde. Para os extremamente pobres esse dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto as

condicionalidades promovem o investimento de longo prazo no capital humano².

É possível perceber, nas palavras do presidente, o contrato existente no programa social e, assim, o sistema de “troca” que é criado pelo mesmo através das condicionalidades. Elas podem ser observadas sob a ótica de um investimento social, já que exigiriam dos beneficiários uma espécie de auto-ajuda.

Nesse contexto de crenças na melhora econômica e social da sociedade, situamos a iniciativa do Governo Lula de prover ações por intermédio de programas e projetos de assistência social.

2.1.1- A fome no Governo Lula

Em seu discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou as principais metas de seu mandato. Dentre elas, sem dúvida nenhuma, podemos observar que o foco maior do governo, que se iniciava em 2003, era o combate à fome. Nas próprias palavras do presidente:

Esta é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome: proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome: conheceu a riqueza das jazidas de ouro em Minas Gerais e da produção de café no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome: industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrir de vergonha. Por isso defini entre as prioridades de meu governo o programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero.³

² WORLD BANK. 2001a. Brazil: An Assessment of the Bolsa Escola Programs. Human Development Department, Latin America and Caribbean Region, The World Bank, Washington, DC.

³ Discurso de posse do Presidente Lula, em 2003. Disponível em http://www.sfiec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm

Observa-se, no discurso do presidente, que o primeiro passo para criação de um projeto de combate à fome estava dado. Lula declara como prioridade de seu mandato combater a fome em função de toda luta que o Brasil travou em relação ao problema. A retomada histórica dos desafios para vencer o problema da fome percorre grande parte de seu discurso; a enumeração dos fatores que poderiam intervir para resolução dos problemas sinaliza a ênfase dada à tentativa de solução do caso. Para efetivar sua proposta já até encontrava um nome para o projeto de segurança alimentar que efetivaria sua proposta: *Fome Zero*.

Dina Martins Ferreira promove uma discussão a respeito do PBF, em sua obra *Não Pense Veja o espetáculo da linguagem no palco do FOME ZERO* (2006). Segundo a autora, Lula anuncia a fome que vem para modificar a história; fome constituída de valor político e que está sendo negociada em posição de poder. Em tal contexto, Lula constrói em linguagem um chamamento à reformulação da história tradicional: *Isso não pode continuar assim*. Percebe-se que há uma consciência por parte do governo, agora personificado na figura de Lula, de que a fome é um grave problema no país e que, portanto, precisa ser solucionado. A autora realça a idéia de que o presidente, na figura do governo, mostra-se decidido a tomar alguma providência.

Segundo Ferreira (2006, p. 44), o *Programa Fome Zero* viria a representar e a mostrar a preocupação social do governo com as classes menos favorecidas, no caso, os miseráveis do país. Isso não quer dizer que a preocupação com o social seja privilégio do atual governo. Outros governos também se dirigiram ao social, mas o governo atual, de acordo com a autora, por seu percurso histórico e político, divulgou essa questão através da mídia para as diversas camadas da sociedade. O combate à fome tornar-se-ia uma bandeira a ser defendida no mandato do presidente Lula e, dessa forma, a publicidade que o *Programa* ganharia seria notória.

Nesse sentido, ainda em seu discurso de posse e declaração do projeto social, que seria o precursor de outros programas como o *Bolsa Família*, o presidente personifica a fome como causa de luta política:

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para Ferreira (2006, p. 34), Lula, na posição de poder, dirigente maior de uma nação, não pode negar a atuação da classe privilegiada; estratégia do próprio chamamento que necessita de alavancas sócio-econômicas em relação à fome. Sua voz precisa atingir o macrocampo da sociedade brasileira, do qual fazem parte várias classes sociais. Ainda de acordo com Dina, a fome é o motivo do projeto governamental *Fome Zero*. Em um determinado tempo e espaço, um sujeito do poder tem em suas mãos um motivo social que aflora politicamente. Ex-torneiro mecânico, sindicalista, presidente do Partido dos Trabalhadores, o presidente, que está no poder após quatro candidaturas, sabe o que é a fome.

Ferreira argumenta que Lula, como sujeito que veio do Nordeste e que passou fome, atende à vitalidade do motivo. A figura de Lula ratifica a fome brasileira, não só como voz do poder, mas também como voz do vivente. Nesse contexto, nascia o *Programa Fome Zero*. Em meio a promessas e apelos, era inaugurado o suporte que sustentaria mais tarde o *Bolsa Família*.

Segundo Ferreira (2006, p. 36), no caso da história do *Fome Zero*, a consciência de pertença à nação brasileira é pontuada por idéias providas pelo senso comum da ordem de uma nação de terceiro mundo, uma nação em desenvolvimento, na qual somos “irmãos”. Percebemos essa familiaridade no pronunciamento do presidente, o qual tenta, no discurso, colocar-se entre os irmãos necessitados, demonstrando, assim, solidariedade com a causa.

De acordo com Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Lula, *É exatamente esse caráter de emergência que impõe a necessidade de tratar a questão da alimentação como direito, objeto de política pública institucionalizada e permanente*⁴. Para o ministro,

⁴ ANANIAS, Patrus, e GENRO, Taso. *O Caminho Social de Lula*. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 25/05/2008.

quem tem fome não pode estar sujeito à boa vontade das pessoas e instituições, por melhor que sejam as intenções e por mais importantes que sejam essas iniciativas, no sentido de mobilizar as consciências em busca das soluções do problema da falta do que comer.

Essa é uma das muitas justificativas existentes hoje para credibilizar a existência do *Programa Fome Zero* do Governo Federal e, dessa maneira, tratar do problema da fome. Com essas premissas, o governo não só justifica a necessidade de existência de tais projetos, como também demonstra a razão de efetivação dos mesmos.

2.2 – A estratégia *Fome Zero*

Tratar a fome como um problema de emergência e ter seu fim como meta é o que norteou os objetivos do projeto recém-apresentado no discurso de posse de Lula. De acordo com o site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o *Fome Zero* é uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar, às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, o direito humano à alimentação adequada. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

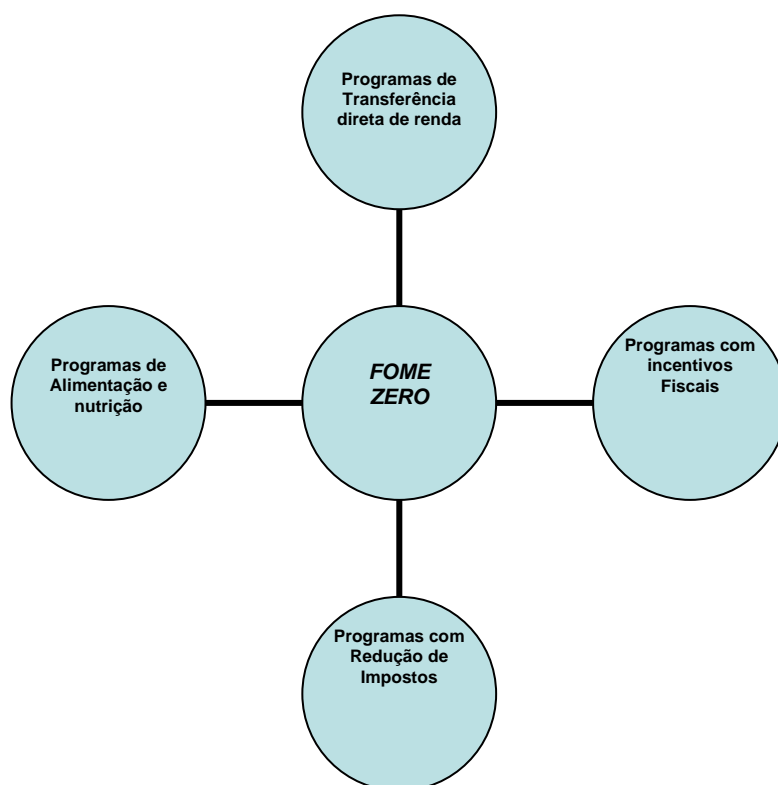
Para o MDS, o primeiro ponto positivo do *Fome Zero* foi priorizar o tema da fome na agenda política do Brasil, com repercussões no cenário mundial; além de reforçar a participação e a mobilização da sociedade. O segundo ponto positivo do *Programa* foi possibilitar a vinculação entre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a necessidade de repensar a ação do Estado. Quanto mais garantida a integração das áreas envolvidas nesse tema, mais estimuladas as parcerias e melhor promovidos os canais de participação popular e de controle social, maior é a possibilidade de consolidação efetiva dessa política.

Dessa forma, os princípios do *Fome Zero* têm por base a transversalidade e a intersetorialidade das ações estatais nas três esferas de governo: no desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade; na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias.

Como estratégia que se propõe a ser, o *Fome Zero* busca articular distintas questões. Tem como objetivo promover:



Portanto, considerando o *Fome Zero* como estratégia para assegurar o direito à alimentação, articulando distintas áreas sociais, o Governo Federal estrutura o projeto de forma a contemplar as quatro propostas demonstradas na figura acima. Para isso, cria os seguintes programas para cumprimento de sua meta:



Verifica-se, assim, que o *Programa Fome Zero* busca desenvolver várias ações para que o combate à fome possa ser efetivado. É um programa que visa à erradicação da fome, todavia tem consciência de que para tratar do problema é necessário articular outras ações que não só a doação de alimentos. Nesse sentido, programas de aspectos complementares são criados. Dentre os vários que foram criados para cumprimento desse objetivo um se destaca: o programa de transferência direta de renda *Bolsa Família*. Segundo dados do próprio MDS, hoje o *Bolsa Família* é o mais importante projeto do *Fome Zero*.

Dessa forma, conseguimos visualizar a origem do programa que servirá de *corpus* a este trabalho. Julgamos relevante essa breve contextualização acerca do *Fome Zero* porque é justamente dessa estratégia maior que emergem as justificativas de existência do programa de transferência direta de renda, o qual iremos abordar a seguir.

3- Programa Bolsa Família

3.1 - Criação e legislação

Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o *Bolsa Família* unificou os seguintes programas de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação⁵. No intuito de simplificar e agilizar a execução do projeto maior *Fome Zero*, o *Bolsa Família* passa a representar, em um só programa, os quatro anteriormente mencionados.

Hoje, o PBF conta com a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, e duas medidas provisórias: Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 - cria o *Programa Bolsa Família* e dá outras providências (convertida na Lei nº 10.836, de 09/01/2004) e Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007 - dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.

Dessa forma, podemos perceber que a legislação do *Bolsa Família* cria, no âmbito da Presidência da República, o programa que se destina às ações de transferência de renda. Nela também é possível de se encontrar o que constitui os benefícios financeiros do PBF, bem como o que o governo está considerando famílias pobres e extremamente pobres. A questão das condicionalidades impostas para recebimento do benefício também é parte notável do documento.

A Lei que regulamenta o *Bolsa Família* pode ser visualizada na seguinte estrutura:

LEI Nº 10.836, DE 9 JANEIRO DE 2004	
PÁGINAS	4
ARTIGOS	17
PARÁGRAFOS	22
INCISOS	5

⁵ Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes

Toda ação produzida em função do *Bolsa Família* parte da estrutura acima apresentada. A legislação do *Programa* é a base do mesmo, nela estão distribuídas funções, ações a serem desempenhadas por cada esfera pública, direitos, deveres dos beneficiários e, também, o que constitui o benefício financeiro que as famílias receberão. Diluídos em artigos, parágrafos e incisos, encontramos o conjunto de práticas a serem desempenhadas dentro do projeto social em questão. Entendemos que a criação do PBF fica evidenciada nessa descrição apresentada. A partir disso, todo e qualquer tipo de ação para ser validada se alicerçará na legislação.

A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, criou, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do *Programa Bolsa Família*. Tal conselho tem a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e a implementação do PBF.

O Art. 4º da lei declara que é função do Conselho Gestor apoiar iniciativas para a instituição de políticas públicas sociais, visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo *Programa* nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

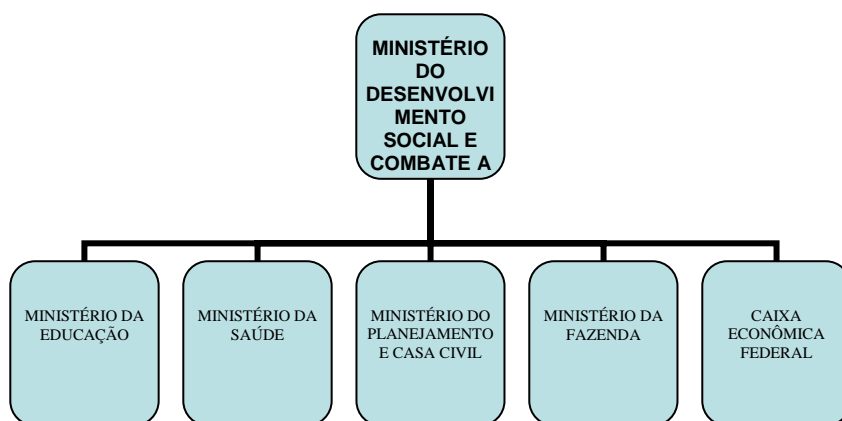
Em termos semelhantes, o Art. 5º declara que o Conselho Gestor Interministerial do PBF tem o apoio de uma Secretaria Executiva. Ela tem a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do projeto, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, dentre outras funções.

Assim sendo, nos artigos e parágrafos, que compõem a lei que orienta o *Bolsa Família*, observam-se seus objetivos e as disposições a que as ações desenvolvidas deverão estar submetidas. Todas as publicações que envolvem o PBF estarão, de alguma forma, recontextualizando o discurso trazido pela

legislação, pois tudo que remete ao PBF se submete ao que está determinado na mesma.

3.2- Responsabilidades

Como programa social que representa, o *Bolsa Família* envolve participantes ativos no seu processo de execução. Encontramos a presença do Governo Federal como o grande articulador do processo associado aos governos estaduais e municipais. No âmbito federal, podemos encontrar parceiros do MDS para articular as ações do PBF. Dessa maneira, as parcerias no PBF podem ser observadas na seguinte estrutura:



O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome preside o conselho e também responde pelas atividades globais de gestão do *Bolsa Família* em âmbito federal. Já os Ministérios da Educação e Saúde são responsáveis por acompanhar e fiscalizar a verificação do cumprimento de condicionalidades. Os demais Ministérios ajudam o MDS em suas áreas específicas, principalmente visando questões relacionadas ao orçamento, o qual é fundamental para efetivar a transferência de renda às famílias, fazendo cumprir, assim, o objetivo principal do *Programa*.

Ainda no âmbito federal, situa-se a Caixa Econômica Federal – CAIXA, contratada pelo MDS para atuar como agente operador do *Bolsa Família*. A CAIXA é responsável, entre outras atribuições, por: desenvolver sistemas para

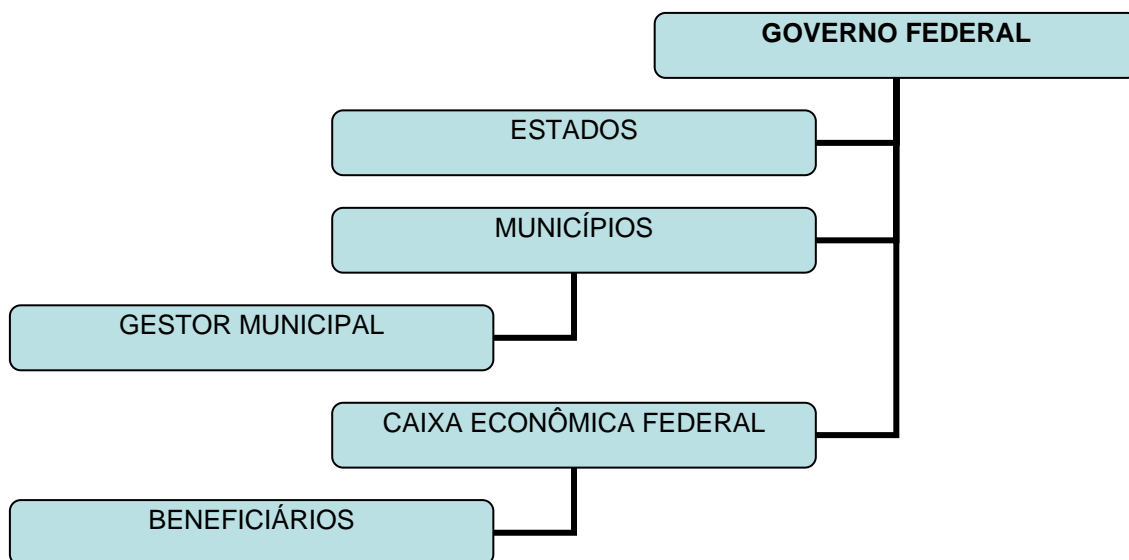
apoio à gestão do *Programa*; processar os cadastros enviados pelos municípios, atribuindo um Número de Identificação Social (NIS) a cada pessoa cadastrada; organizar e operar o pagamento dos benefícios (Art. 16 do Decreto nº 5.209/04); comunicar à família sobre a concessão do benefício; emitir e entregar o cartão e divulgar o calendário de pagamentos (Art. 22 do Decreto nº 5.209/04).

Além da articulação entre os órgãos federais, segundo o MDS, outro importante eixo do *Bolsa Família* é a relação entre o Governo Federal e os outros entes da Federação. Para o PBF, a descentralização, fundamento de diversas políticas públicas nacionais, é a base da construção de um novo relacionamento entre os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade. Assim, os estados e municípios tornam-se parceiros efetivos, co-responsáveis pela formulação, implementação e controle do PBF.

3.3 - Papéis sociais

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o enfrentamento da pobreza, da fome e da exclusão social, a redução das desigualdades e a proteção às famílias devem ser responsabilidades das três esferas do governo. Portanto, caberia à União, aos estados e aos municípios apoiar as famílias, combater desigualdades, promover equidade e enfrentar as causas da pobreza e os fatores de marginalização, favorecendo a integração social das famílias e das pessoas mais excluídas.

Diante dessa responsabilidade, imposta pela Constituição, surgem os órgãos para assumirem seus papéis e, conseqüentemente, os participantes que executarão os papéis sociais para que possa haver prática no cumprimento do que é imposto pela lei maior, a Constituição. Os papéis sociais dentro do *Programa* podem ser pensados da seguinte forma:



O Governo Federal, na figura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, teria como função formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos para o desenvolvimento e implementação do *Programa Bolsa Família*.

Os papéis sociais surgem da própria necessidade de atores para desempenharem as ações diante dos compromissos. Para o atendimento integral às famílias, a articulação inicia-se no âmbito do próprio Governo Federal, por meio do Conselho Gestor do PBF. Ao Conselho Gestor, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, compete formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos para o desenvolvimento e a implementação do PBF.

Apesar de ser um projeto de autoria do Governo Federal, existe um processo de coordenação entre o governo, os estados e os municípios, o que nos permite dizer que o PBF exerce uma prática intersetorial na qual as três esferas do poder público estão envolvidas. Uma vez distribuídas as exigências de responsáveis pela execução do programa, é importante verificar quem de fato são os envolvidos no processo das ações de assistência social.

3.3.1 - Os estados

Os estados têm o papel decisivo na implementação dos programas complementares para as famílias beneficiárias, com foco nas atividades de geração de trabalho e renda e de apoio às atividades produtivas. Devem, também, coordenar os municípios para a implementação do PBF em seus territórios.

A participação dos estados no *Bolsa Família* é formalizada por meio de pactos específicos que regulamentam a integração entre o PBF e programas próprios de transferência de renda desenvolvidos em alguns territórios e, ainda, por meio da adesão à atualização cadastral, conforme a Portaria MDS/GM, nº 360/2005, e suas modificações posteriores.

Assim, a União e os estados desempenham papéis fundamentais na realização do *Bolsa Família*, mas é na esfera municipal que o programa se concretiza junto aos usuários e faz com que as propostas se tornem ações.

3.3.2 - Os Municípios

A partir da assinatura dos termos de adesão ao *Bolsa Família*, cabe aos municípios: indicar o gestor responsável pelo PBF; identificar e cadastrar as famílias pobres e extremamente pobres no Cadastro Único; constituir e apoiar a instância de controle social do *Programa* ou delegar essa competência para um conselho/comitê previamente existente, desde que este seja paritário entre governo e sociedade; promover o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades; prover os serviços de saúde e educação que, além de direitos básicos, são necessários ao cumprimento das condicionalidades pela família; gerenciar, na sua esfera de competência, os pagamentos de benefícios e as atividades de bloqueio, desbloqueio e cancelamento de benefícios; promover o acompanhamento das famílias beneficiárias, em especial daquelas em maior situação de vulnerabilidade social e, finalmente, apoiar o desenvolvimento das famílias beneficiadas, por meio da articulação entre o *Bolsa Família* e outras ações e serviços de qualificação, geração de trabalho e

renda, desenvolvimento comunitário, dentre outras políticas municipais que favoreçam a inserção e a promoção social dos beneficiários.

Assim como o Governo Federal e o estado, o município deve desenvolver as propostas destinadas à competência local. Diante das diversas responsabilidades listadas aos municípios, cabe ao Gestor Municipal do *Programa* propiciar as condições para que as ações possam ser executadas.

3.3.3 - Gestor Municipal

Conforme a Portaria MDS/GM nº 246/2005, a adesão do município ao PBF requer a indicação do gestor, pelo prefeito, e a constituição da instância de controle social. No município, a atuação do gestor do *Bolsa Família* é central para o sucesso do *Bolsa Família*.

Entre outras atividades, o gestor é responsável por conduzir a interlocução política entre a prefeitura, o estado e o MDS para a implementação do PBF e do Cadastro Único.

Para tanto, o gestor deve ter poder de decisão, de mobilização de outras instituições e de articulação entre as áreas envolvidas na operação do *Programa*; harmonizar as relações entre as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde para o acompanhamento dos beneficiários do *Bolsa Família* e a verificação do cumprimento das condicionalidades. É tarefa também do gestor administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal para a gestão do PBF; conduzir a interlocução com a instância de controle social do município e garantir o acompanhamento e a fiscalização das ações do *Programa* na comunidade; conduzir a interlocução com outras secretarias e órgãos vinculados ao governo municipal, ao estado e ao Governo Federal, e também com entidades não-governamentais, para possibilitar a implementação dos programas complementares.

Diante das atribuições listadas ao gestor, é observável a central atuação que cabe ao papel social desse participante do *Programa*. O gestor seria o mediador das ações propostas pelo governo e da execução das mesmas. Percebemos, mais concretamente, um “sujeito” para executar as propostas do

PBF e para se tornar intermediário entre o governo e as famílias que receberão o benefício.

3.3.4 - Os beneficiários: a família

Como último papel social a destacar dentro do *Bolsa Família*, verificamos a participação da família, ou seja, dos beneficiários que fazem com que o projeto de fato se consolide.

A Constituição da República Federativa de 1988 elege a família como a base da sociedade e objeto de proteção especial do Estado. De acordo com a Constituição, a família opera como espaço de produção e reprodução de saberes e práticas culturais; como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes e, dessa maneira, responsável pelo seu bem-estar econômico, psicológico, social e cultural.

Diante dessa proposta, o *Programa Bolsa Família* erige a família como núcleo de proteção social, o que significa ter todos os seus membros como público alvo, e não mais cada um isoladamente. De acordo com o MDS, a família beneficiária tem direito de escolha quanto ao uso do recurso financeiro sacado, pois o apoio financeiro visa complementar a renda familiar para a satisfação de suas necessidades básicas. Portanto, não há necessidade de solicitar comprovantes da forma de utilização desse recurso.

A família permanece no PBF enquanto estiver atendendo aos critérios de elegibilidade e mantendo em dia os compromissos. Esses compromissos são efetivados mediante a participação das famílias na atenção à educação das crianças e adolescentes e em programas de saúde. Também mediante as ações realizadas pela prefeitura ou órgão similar no cadastramento único, bem como na gestão dos benefícios, realizadas nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, conforme o registro na matriz de responsabilidades a seguir.

Para o MDS, cabe destacar mais uma vez que o responsável pela família deve estar ciente do compromisso com a veracidade das informações prestadas no cadastramento, com o cumprimento das condicionalidades, bem

como quanto à sua responsabilidade de comunicar ao poder público municipal o fato de a família deixar de atender aos critérios de elegibilidade do *Programa*.

Dessa forma, podemos enfatizar que o papel social destinado à família no PBF é atender aos critérios estabelecidos em relação ao nível de pobreza e cumprir as condicionalidades impostas pelo *Bolsa Família* para que possa participar do mesmo.

Assim sendo, podemos observar que a organização institucional do PBF exige responsáveis para exercer os papéis de competência particular. Para isso, a participação efetiva dos envolvidos no processo - o gestor municipal e as famílias – e a intersetorialidade verificada entre Governo, estado e município são necessidades estratégicas para garantir a eficácia do PBF. Lembramos que as famílias representam de forma mais imediata a execução da proposta: transferir renda de forma “direta” a quem precisa.

4- Manuais e publicações de divulgação do *Bolsa Família*

Vários manuais e publicações são oferecidos pelo governo a fim de divulgar, dar instruções, capacitar os participantes do *Bolsa Família*. Observamos que cada participante tem um papel particular e cumpre uma função específica na proposta do Ministério. Para tanto, é necessário que exista um mecanismo particular, ímpar, de transmissão de informações, que atenda às necessidades específicas de cada grupo.

Aqui se encontra nosso propósito de pesquisa: verificação de como os gêneros discursivos existentes no PBF recontextualizam o discurso do programa. Nosso interesse está em observar como um conjunto relativamente estável de enunciados veicula o discurso, já tendo previamente seu destinatário específico. Nesta parte do trabalho, verificaremos como o aspecto composicional, associado aos aspectos das práticas existentes dentro do gênero, configura e representa práticas discursivas e sociais.

Como já mencionado, sabemos que, assim como outros programas, o PBF é regido por uma legislação criada e decretada pela instância federal. Entretanto, entendemos que toda legislação, como gênero próprio que é, é

composta de uma estrutura, um construto textual específico que a caracteriza como gênero.

Percebe-se que o gênero lei é composto por artigos, parágrafos, incisos e decretos. Elementos esses compostos por uma linguagem técnica e particular que evoca o campo semântico jurídico, primando sempre pela língua culta e termos específicos de tal campo. Acrescentando ainda os componentes do gênero, o decreto existe como uma forma de afinamento, explicação da legislação, mas sempre orientado e embasado nessa que se constitui como o âmbito maior.

A legislação do *Programa Bolsa Família*, como apresentada anteriormente, pode ser descrita na estrutura acima. Com uma linguagem específica, nem sempre compreendida por qualquer interessado em seu conteúdo, o gênero lei acaba, por si só, fazendo emergir uma necessidade social de existência de outros gêneros que contenham uma linguagem, um vocabulário mais “familiar” ao público leigo.

Podemos verificar a importância da retextualização da lei para a emergência de novas recontextualizações de seu discurso. Diante então da necessidade de se fazer entender, o governo cria os manuais de publicação de seus programas. No caso específico analisado, o PBF, encontramos os seguintes manuais e publicações⁶, que podem ser vistos como recontextualizações do gênero lei:

MANUAIS E PUBLICAÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
OBJETIVO E PÚBLICO ALVO	PUBLICAÇÃO
Fiscalização	<ul style="list-style-type: none">• Programa Bolsa Família - Orientações para o Ministério Público
Membros das Instâncias de Controle	<ul style="list-style-type: none">• Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do PBF

⁶ Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1

Social	
Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Bolsa Família: Agenda de Compromissos da Família
Gestores	<ul style="list-style-type: none"> • Guia do Gestor do Programa Bolsa Família • Práticas inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família • Registro Civil de Nascimento - Orientações para gestores do Bolsa Família

Verificamos que cada publicação traz uma finalidade específica de existência e, automaticamente, já delimita seu público alvo. Como a legislação do *Bolsa Família* abrange, de modo geral, todas as instâncias, para efetivação do mesmo emergem outros gêneros que detalhem e exemplifiquem os propósitos encontrados no gênero maior – a legislação.

Como uma pesquisa de caráter qualitativo, fazem-se necessários recortes e escolhas para que exista uma análise, se não completa, ao menos significativa. Dessa forma, escolhemos os gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família” para comporem o *corpus* do nosso trabalho.

O motivo das escolhas deve-se ao fato de que, como o objetivo principal da dissertação é a busca das representações sociais das práticas nos gêneros recontextualizadores, julgamos interessante observar como os gêneros destinados a dois participantes fundamentais do *Programa* - a família e os gestores - recontextualizam o discurso da lei e fazem, desse modo, emergir novas práticas discursivas e sociais.

Outra justificativa para tal escolha seria o fato de que os “sujeitos” passíveis de descrição social, econômica e cultural seriam os gestores e os beneficiários. Também poderíamos dizer que, em uma análise preliminar, os gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família” seriam os dois de caráter mais pedagógico e com características que nos permitiriam uma comparação mais coerente que poderá ser melhor descrita na parte de análise.

4.1- O “Guia do Gestor”

O gênero “Guia do Gestor” traz em seu próprio nome o público alvo de seu construto textual e formas de ação social. Essa publicação é de responsabilidade do MDS, que a envia aos estados e municípios a fim de oferecer informações sobre o *Programa* e delimitar funções ao papel de gestor.

O guia analisado também pode ser descrito em relação à sua composição e estruturação geral. O quadro abaixo ilustra essa questão:

GUIA DO GESTOR	
PÁGINAS	56
ILUSTRAÇÕES	9
QUADROS	2
BALÕES	5
SUMÁRIO/ ITENS	9

Do mesmo modo que na lei, é possível ser notada a estruturação geral imposta à publicação. Diferenças podem ser percebidas em uma análise ainda superficial, o que nos dá propriedade para dizer que a retextualização do gênero lei no gênero guia já proporciona uma nova recontextualização do discurso. Ainda em uma observação preliminar, podemos verificar o aumento significativo do número de páginas da publicação, além da inserção de outros elementos como ilustrações e balões, próprios de um guia. Isso nos leva a crer que novas práticas discursivas inseridas em um novo gênero levarão também à inserção de novas práticas sociais.

4.2- A “Agenda de Compromissos da Família”

Da mesma maneira que a lei e o “Guia do Gestor”, o gênero “Agenda de Compromissos” pode ser observado em relação à sua estruturação geral. Também com destinatário específico, os beneficiários do *Programa*, as famílias brasileiras que recebem o benefício, observaremos práticas distintas originadas da retextualização da lei, que, por conseguinte, gerarão novas práticas sociais.

AGENDA DE COMPROMISSOS DA FAMÍLIA	
PÁGINAS	34
ILUSTRAÇÕES	20
QUADROS	2
BALÕES	13
SUMÁRIO / ITENS	14

Observamos que, com uma nova estruturação, novos elementos conferem um aspecto particular ao gênero. Comparado ao “Guia”, verificamos diminuição do número de páginas, mas, em contrapartida, um aumento no número de ilustrações. Outro importante detalhe pode ser notado nessa observação da estrutura geral do gênero: a “Agenda” é de tamanho bem reduzido em relação ao “Guia”, encontramos uma espécie de agenda de bolso quando verificamos o formato da mesma. Ambos trazem na capa as cores da bandeira do Brasil: verde, amarelo, azul e branco. Podemos deduzir com a observação das cores que compõem os gêneros uma sinalização da questão de acentuação da nacionalidade do programa. Assim como objetivos nacionais que regem todo o programa, verificamos uma alusão direta as cores que já nos são familiares por serem as cores da bandeira. Pode - se observar o funcionamento das cores do material analisado e seu papel como elemento que acentua a responsabilidade do governo federal, posto retome as cores institucionais do país. Mais do que marcar a nacionalidade, essas cores surgem como uma assinatura do próprio programa, pois remete para o modo como os governos brasileiros têm procurado marcar as ações e seus programas nos sites e nas propagandas oficiais.

Assim sendo, podemos verificar que os gêneros recontextualizadores do discurso do *Programa Bolsa Família* passam por significativas transformações nesse movimento de recontextualização. As observações sobre a estrutura genérica dos gêneros são as primeiras impressões que serão desenvolvidas posteriormente nas análises no terceiro capítulo.

5- Considerações Finais

Neste capítulo inicial, tivemos como proposta contextualizar o *Programa Bolsa Família* que constitui o objeto de estudo desta pesquisa. Para tanto, achamos necessário o breve levantamento sobre a visão do problema da fome

no Governo Lula, pois o PBF tem sua base nesse contexto maior do tratamento do problema como projeto político.

Visualizar as condições de existência do *Fome Zero* também nos proporciona observar o contexto da situação da criação do *Bolsa Família*, a estruturação do projeto e do *Programa*. Tais condições alicerçarão nossas análises, já que trataremos de práticas discursivas e sociais via gênero discursivo e, nesse sentido, faz-se necessário esse entorno contextual.

É interessante ainda citar dados oferecidos pelo IBGE, da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)⁷, para observar a abrangência do PBF. De acordo com a pesquisa, dos 18,3% dos domicílios particulares do país que receberam dinheiro de programas sociais do Governo Federal, em 2006, 81,4% receberam recursos do *Bolsa Família*. 14,9% dos domicílios do país receberam recursos do *Programa* em 2006. Segundo o levantamento, a região Nordeste conta com o maior número dos que receberam recursos do PBF - 31,3%. Depois, aparece o Norte, com 19,4%. No Centro-Oeste, 9,5% das moradias foram assistidas; no Sudeste, 8,2%, e no Sul, 8%.

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, disse que, em uma avaliação geral, o que se constata dessa pesquisa é que houve uma melhora na renda média dessas famílias que foram assistidas pelos programas sociais, mas isso não quer dizer que todos os problemas foram resolvidos. Segundo a pesquisa, as regiões Nordeste (4,9 milhões de habitantes) e Sudeste (2,5 milhões) responderam, em 2006, por 74,7% do total dos domicílios em que houve recebimento de dinheiro de projetos sociais do Governo Federal.

Assim, diante desse panorama brasileiro acerca dos programas sociais, observa-se que há dados significativos em se tratando da abrangência dos mesmos. Diagnosticar essa abrangência e tentar visualizar os impactos sociais que os programas assistenciais brasileiros geram, em especial o PBF, proporcionam idéias a respeito de como é relevante a discussão sobre os impactos sociais, culturais e históricos causados por essa política.

⁷ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/prestacaodecontas/r_gestao2006_final.pdf

Com isso, podemos sinalizar que o *Bolsa Família*, na contemporaneidade, movimenta distintos setores na vida dos cidadãos brasileiros. Podemos observar diversos setores da economia, do desenvolvimento social, estruturando-se de maneiras particulares e fazendo, assim, com que novas práticas discursivas e sociais se articulem em função desse novo contexto sócio-histórico.

Dessa maneira, partindo então da expressiva participação que esses programas têm na contemporaneidade brasileira, entendemos que é de suma importância a verificação de como eles estão se constituindo discursivamente e, conseqüentemente, sendo constituídos através de suas recontextualizações.

CAPÍTULO II
QUADRO TEÓRICO

1- Considerações iniciais

Relacionamo-nos por meio da linguagem em diferentes contextos situacionais e culturais, construindo relações interpessoais e (re)criando representações da realidade. Na sociedade, a linguagem ocupa papel central, não apenas mediando nossas interações como também (re)construindo nosso sistema social, histórico e cultural. É por meio da linguagem que nossas práticas sociais são regularizadas, reproduzidas e legitimadas.

Pensando então a linguagem como mecanismo de ação, nos contextos em que estamos inseridos, é importante salientar que, além de ação, ela também pode ser entendida como forma de representação, pois partimos do pressuposto de que representação levaria à ativação de determinadas práticas em detrimento de outras. Dessa forma, as versões do mundo que concebemos são concretizadas e podem ser repassadas em nossas práticas sociais através da linguagem e de suas manifestações.

Podemos perceber a manifestação da linguagem em forma de textos, discursos, práticas sociais, etc. Nesse sentido, a proposta deste capítulo teórico é discutir algumas concepções dessas formas de manifestação lingüística, especialmente as questões relacionadas ao texto, ao discurso e ao gênero, a fim de estreitar alguns conceitos para alicerçarem a análise do *corpus* desta pesquisa. Os conceitos que serão discutidos nesta seção são os conceitos de recontextualização e retextualização; noções de gênero, entendido aqui como um construto textual e também mecanismo de ação social, e a proposta da Análise Crítica do Discurso (ACD) como instrumento para se alcançar a crítica cultural.

Na primeira parte do capítulo, nosso propósito é discutir as noções de recontextualização e retextualização. Para isso, subdividimos a discussão em cinco subitens a fim de esclarecer nosso ponto de vista. Verificaremos o que estamos tratando por língua, linguagem, texto, textualização, por retextualização e, também, por recontextualização. Logo depois, pensaremos a

intertextualidade como estratégia da retextualização e, por fim, observaremos as possíveis conseqüências da recontextualização.

Na segunda parte, enfatizaremos a discussão sobre gênero discursivo. Para tanto, tomamos como arcabouço teórico três nomes e suas posições teóricas a respeito de gênero. Pensaremos como Norman Fairclough articula a idéia de gênero às questões de produção, distribuição e consumo de textos; logo em seguida abordaremos a proposta de Charles Bazerman de observar o gênero partindo de sua performance textual; por fim, verificaremos a contribuição de Gunther Kress, o qual propõe pensar o gênero como um recurso representacional.

A aproximação dos três teóricos é uma tentativa de chegar a uma idéia de gênero que nos permita pensar a implicação da construção textual do gênero e também a forma de ação social que eles evocam. Outro motivo de tal aproximação é o fato de que partimos do pressuposto de que os três autores não se excluem nas propostas, mas se complementam. Cada um, à sua maneira, reconhece o gênero como mecanismo de ação social e portador de práticas discursivas. Dessa forma, constituiremos nossa base de análise dos gêneros que compõem o *corpus* desta pesquisa, pensando tanto o aspecto composicional quanto o de ação social trazido pelas práticas em que estão inseridos.

Na terceira e última parte, propomos uma discussão de como a ACD, como proposta teórica e metodológica, pode servir de instrumento para se chegar à crítica da cultura. Para essa discussão, evocaremos a idéia das práticas (discursiva e social) que a postura da pesquisa traz, verificaremos também sua concepção de discurso e forma de conceber a linguagem a fim de “instrumentalizar” a crítica da cultura proposta.

2- Recontextualização da linguagem

2.1- Língua, linguagem e texto

Marcuschi (2001) argumenta que a língua não é simplesmente um sistema de regras, mas uma atividade sociointerativa que ultrapassa o próprio código como tal. Em consequência, o seu uso assume um lugar central e deve ser o principal objeto de nossa observação porque só assim se elimina o risco de transformá-la em mero instrumento de transmissão de informações. Para o autor, *a língua é fundamentalmente um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos.* (p. 125)

No mesmo sentido, Meurer (1997), pensando a linguagem sob duas perspectivas, admite uma função cognitiva e uma função social para a mesma. Essa última função toma a linguagem como instrumento de ação social, de interação do indivíduo com seu meio ambiente. É sob essa perspectiva de instrumento social que propomos uma reflexão entre a relação da forma de materialidade da linguagem, o texto, com o contexto social em que é produzido e com as possíveis práticas que podem ser geradas a partir de tal relação.

O texto é assumido pelo autor como uma forma de manifestação da linguagem e, para tanto, a produção de textos escritos seria a associação dos fenômenos lingüísticos aos sociocognitivos. Meurer observa que a linguagem e, por conseguinte, suas possíveis manifestações trazem em si esses fenômenos.

Pode-se observar que a presença do elemento social é notória no ponto de vista dos dois autores. Estamos pensando a linguagem, e consequentemente o texto, neste trabalho, como um elemento essencialmente social que só pode ser analisado nessa perspectiva. Partindo desse pressuposto, mais que veículo de informações, a linguagem é portadora de representações sociais, valores e ideologias, que são materializados através de textos, e, no nosso caso específico, na produção textual gerada pelo programa governamental *Bolsa Família*.

Bazerman (2006) discute uma questão de suma importância em relação ao texto. O autor questiona como identificamos os significados nos textos, ou seja, os significados estariam no texto ou seriam mediados pelos textos? Assumido como mediador de significados, o texto, segundo Bazerman, estaria

encaixado nas atividades dos participantes e na construção da situação e das atividades. Dessa forma, o significado está criado intencionalmente entre o texto e o escritor ou entre o texto e o leitor.

Uma vez pensando o texto como portador de significados, e acima de tudo um mediador encaixado nas atividades dos participantes, propomos inserir a questão do texto como um mecanismo de ação social. Já que ele envolve a construção de situações e possíveis significados nas atividades dos participantes, podemos entender uma forma de ação que se origina dessa relação. O que se torna interessante é pensar como os textos do *corpus* selecionado se estruturam nos gêneros que trazem o discurso do *Programa Bolsa Família* e, dessa forma, mediam seus significados e propostas.

Ainda pensando a questão da significação, podemos verificar que o *texto não tem nenhuma existência como meio comunicativo até que alguém o leia e faça sentido dele* (Bazerman, 2006 p. 119). Torna-se clara a importância do público alvo dos textos produzidos, deve existir uma performance tanto por parte do escritor como também do leitor, uma vez que estamos assumindo que o processo de significação só se efetiva com a participação de ambos.

Gunther Kress (1989, p. 5) admite que *cada indivíduo é um agente social inserido em uma rede de relações sociais que acontecem em lugares específicos de agrupamentos socioculturais específicos*. Cada agrupamento é controlado por um conjunto de instituições que, como diz Kress, têm *suas práticas, seus próprios valores, seus significados suas demandas e permissões*, as quais exercem influência direta sobre os indivíduos que convivem dentro desses grupos.

As práticas, os valores e os significados dos grupos sociais são expressos e articulados, em grande parte, através da linguagem. Daí a necessidade do nosso ponto de partida estar bem estruturado também na questão social.

De acordo com Meurer (1997), cabe uma distinção entre texto e discurso para que se possa operacionalizar melhor as análises no campo textual. Para o autor, discurso pode ser entendido como “um conjunto de afirmações que articuladas através da linguagem expressam os valores e significados das

diferentes instituições sejam elas culturais, sociais, econômicas, etc. O texto seria então a realização lingüística na qual se manifesta um discurso” (p.57).

Kress (1989) observa que o discurso organiza textos e até mesmo estabelece como eles poderão ser, quais tópicos, objetos ou processos serão tratados e de que maneira o texto deverá ser abordado. Pode-se inferir que, de acordo com o que propõe os autores acerca do discurso e do texto, é estabelecida uma relação tênue, bastante próxima, já que o texto pode concretizar, materializar e organizar o discurso. Para isso, o discurso pode estabelecer as regras, as formas e os processos pelos quais os textos passaram até se constituírem.

Para Meurer (*op.cit.*), as diferentes línguas, por sua vez, funcionam como um potencial de ações e possibilidades de expressão e constituem a base a partir da qual os indivíduos criam seus textos. Os indivíduos constroem textos não através do uso da língua apenas, mas a partir da internalização de outros tipos de textos já existentes (Bakhtin, 1992). Desse modo, a importância desse fato para a produção de textos é que o potencial de opções oferecidas pela língua, pelos diferentes gêneros de textos existentes, não pode ser usado livremente. Há um conjunto de regras de formação, de limites e propriedades que devem ser seguidos para produção coerente de textos e para que os mesmos possam ser socialmente reconhecidos como portadores de significados sociais.

Sempre que alguém escreve, há uma expectativa de que o texto produzido seja o resultado de determinados discursos e que, portanto, manifeste as maneiras de falar ou escrever das diferentes instituições que regulam a comunidade em que o indivíduo está inserido. Quando fala, o sujeito posiciona-se em algum lugar (institucional, social). Os efeitos de sentido produzidos a partir dos discursos são constituídos considerando esses lugares de poder em que o sujeito se coloca para fazer sua enunciação. Assim sendo, é possível perceber, na materialidade lingüística dos gêneros, pistas ou marcas do discurso e, dessa forma, relações de poder que possam, talvez, estar implícitas.

O texto, segundo Meurer, é visto como produzido a partir da utilização de um conjunto de parâmetros de textualização diretamente influenciado pela história discursiva individual do escritor, pelos discursos institucionais e práticas sociais dentro de contextos em que o texto é produzido e em que será usado. Assim, a prática discursiva, as ideologias e as práticas sociais que rodeiam a produção textual caracterizam-se como eixos norteadores da construção de textos.

2.2 - Textualização, retextualização

Meurer (1997, p. 20) lista alguns elementos que chama de parâmetros de textualização para que o texto possa ser “socialmente aceito” ou até mesmo para ser capaz de veicular informações coerentemente. Segundo o autor, para propor um “modelo” de esboço de produção de textos, o escritor deveria atentar para determinados aspectos como: objetivo do texto; identidade do escritor e da audiência; implicações relativas a questões de ideologia e poder e à imagem própria e dos outros; tipo ou gênero textual e suas implicações; o contrato de cooperação e as máximas de quantidade, qualidade, relevância e modo. Atentar também para a noção de implicatura; relações oracionais e organização coesiva do texto como um todo; coerência; consciência do que implica o ato de ler. Para o autor, esses parâmetros de textualização são monitorados pelo escritor durante o percurso da composição do texto.

O interesse, neste trabalho, não diz respeito aos aspectos específicos citados pelo autor acima, mas ao conjunto de impressões gerais que eles trazem. Estes itens serão mais bem explorados na parte da análise do *corpus*, quando verificaremos os parâmetros de textualização citados pelo autor e suas contribuições para a questão da retextualização.

Partindo então da noção admitida como textualização, passaríamos agora a pensar uma forma de reconhecer a retextualização. Para Dell’Isola (2007), a retextualização é um processo que envolve operações complexas, que interferem tanto no código como no sentido e evidencia, dessa forma, uma série de aspectos da relação entre oralidade e escrita, escrita e oralidade, etc. A autora acrescenta que a retextualização é a refacção ou a reescrita de um

texto para outro, ou seja, trata-se de um processo de transformação de uma modalidade textual⁸ em outra, envolvendo operações específicas de acordo com o funcionamento da linguagem.

Marcuschi (2001), em um estudo de atividades de retextualização entre as modalidades fala e escrita, argumenta que:

A retextualização não é um processo mecânico, já que a passagem da fala para escrita não se dá naturalmente nos dois processos de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita (Marcuschi, 2001, p. 46)

Mesmo o autor usando como referência as modalidades oralidade e escrita, podemos nos apoiar nessa definição porque também acreditamos que o processo de retextualização de textos escritos em outros textos escritos são processos complexos em que devemos ter uma atenção especial. Atenção essa voltada principalmente para o que se refere às operações que são realizadas nesse procedimento de retextualização, visto que podem gerar alterações nos efeitos de sentido nos novos textos produzidos.

O uso do termo retextualização, feito por Marcuschi (2001), trata-se também de uma espécie de “tradução” de uma modalidade para outra, permanecendo-se, no entanto, na mesma língua. Esse aspecto de “tradução” de modalidade se faz extremamente significativo, já que nosso objetivo principal é verificar como acontece a recontextualização, que, no caso, estamos entendendo como o processo maior, pelo qual passa a retextualização do discurso do *Programa Bolsa Família* em distintos gêneros textuais.

Um outro aspecto bastante significativo acerca da retextualização é o aspecto de mudança, troca. Marcuschi admite que *a passagem da fala para escrita não é a passagem do caos para ordem: é uma ordem para outra ordem*

⁸ A autora trata *modalidade* como gênero textual. Enfatiza mudanças de retextualização de uma carta para um anúncio publicitário, de uma notícia para uma charge, etc.

(*op.cit.*, p. 47). A ordem sugerida pelo autor pode ser pensada neste trabalho em termos de gênero textual⁹.

Marcuschi aponta que há, nas atividades de retextualização, um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero, o que foi dito ou escrito por alguém, devemos inevitavelmente compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. Portanto, antes de qualquer atividade textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada compreensão. O autor acrescenta que essa atividade, que em geral se ignora ou se dá por satisfeita e não-problemática, pode ser a fonte de muitos problemas no plano da coerência no processo de retextualização.

Toda atividade de retextualização implica uma interpretação prévia, nada desprezível em suas conseqüências. Marcuschi enfatiza o fato de que o que chama de *compreender* não equivale a *compreender bem*, pois a compreensão é um processo cognitivo¹⁰ de apropriação de conteúdos e sentidos mediante uma interferência direta sobre o apreendido. *O ato de produzir sentido a partir de um texto é um ato de compreendê-lo, e não de compreendê-lo bem. A boa compreensão de um texto é uma atividade particular e especial* (2001, p. 70).

Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações de outros na íntegra, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra. Na realidade, nossa produção lingüística diária, se analisada com cuidado, pode ser tida como um encadeamento de reformulações, tal o imbricamento dos jogos lingüísticos praticados nessa interdiscursividade e intertextualidade. (2001, p. 49).

Na retextualização, de acordo com Marcuschi, muda-se a perspectiva de observação, saindo-se da superfície das formas para os processos. É interessante observar a formulação lingüística que envolve alguns aspectos dos textos. Os processos corresponderiam às operações de transformação

⁹ A expressão gênero textual é mantida por motivo de fidelidade à nomenclatura utilizada pelo autor citado, Marcuschi, já que, no presente trabalho, estamos entendendo gênero como um construto textual, mas também como mecanismo de ação social.

¹⁰ Neste trabalho não abordaremos os processos cognitivos que envolvem a retextualização. A expressão é utilizada apenas como parte do raciocínio formulado por Marcuschi.

pelas quais um texto passa para ser recontextualizado em outro. Entendemos e adotamos como formulação lingüística todas as alterações ocorridas na produção de um novo texto ou gênero. De acordo com as reformulações feitas no material retextualizado, temos que admitir um novo construto textual, uma vez que já admitimos anteriormente que as variáveis sociais e institucionais interferem diretamente na construção dos textos. Assim, temos que considerar a possibilidade de novos textos se formarem em função de novas práticas inseridas em novos contextos sociais.

Marcuschi (2001, p.54) propõe que nos processos de retextualização sejam observadas variáveis como: o propósito ou objetivo da retextualização, a relação entre o produtor do texto original e o transformador, a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização, os processos de formulação típicos de cada modalidade. Essas variáveis podem servir como procedimentos metodológicos para tratar a retextualização. Considerando as variáveis como etapas de análises, podemos pensar que relação as mesmas estabelecem com as mudanças nas práticas discursivas e sociais dos gêneros analisados.

Trata-se da questão das estratégias de produção textual vinculadas a cada modalidade. Considerando as quatro variáveis intervenientes, Marcuschi observa que, em certos casos, algumas formas lingüísticas são substituídas e outras reordenadas. Nesse processo de reescrita, entram em ação algumas estratégias de regularização lingüística, que são, em geral, as primeiras alterações. Estas têm muito a ver com os fenômenos mais estreitamente relacionados à denominada norma lingüística e à regularidade que o texto exige enquanto gênero. Posteriormente, surgem outras operações que afetam as estruturas discursivas - o léxico, o estilo, a ordenação tópica, a argumentatividade - que se acham ligadas à reordenação cognitiva e à transformação propriamente dita, atingindo a forma e a substância do conteúdo pela via da mudança na qualidade retextualização.

Em relação às operações de transformação pelas quais passa a retextualização, Marcuschi aponta que:

As atividades de transformação, que constituem a retextualização em sentido estrito, dizem respeito a operações que vão além da simples regularização lingüística, pois envolvem procedimentos de substituição, reordenação, ampliação/redução e mudanças de estilo, desde que não atinjam as informações como tal (Marcuschi, 2001, p.62).

Verificamos mais uma vez a ênfase na questão das operações. O que podemos apreender desse aspecto é o fato de que as transformações ocorridas no texto retextualizado são processadas pelas operações – a análise do *corpus* incidirá melhor sobre esse aspecto – que deverão ser o eixo para análise.

Marcuschi admite que existe um problema maior quando se passa de um gênero para outro, já que se muda até o modelo global da transmissão. Entretanto, o objetivo deste estudo se baseia justamente nesse aspecto de verificar quais mudanças no modelo global de transmissão de informação do gênero são operacionalizadas e, dessa maneira, observar que mudanças ocorrem no gênero recontextualizado.

O autor comenta que, no modelo proposto por ele para o processo de retextualização da fala para escrita, nem sempre é obrigatório passar por todas as operações propostas no esquema. Ele argumenta que se pode propor esse modelo como um aferidor da maturidade lingüística do retextualizador quanto à consciência das diferenças da relação fala-escrita. Por outro lado, a depender do gênero textual e dos fatores como propósito, gênero, condições de produção, haveria uma perspectiva diversa na retextualização. É nesse último aspecto, no que se refere a observar as variáveis entre os gêneros, que nos deteremos.

Assim sendo, Marcuschi acrescenta e enfatiza o fato de que a operação de retextualização seja encarada como um exercício de compreensão de texto, e, até mesmo, do domínio dos modelos globais de gêneros textuais. Essa percepção dos fatos permite-nos entrar em um novo conjunto de hipóteses que conduzem à análise da interferência dos processos de compreensão nas atividades de retextualização. Como estamos partindo do pressuposto de que a linguagem é prática social, para transformar um texto em outro, mesmo que de

uma modalidade em outra, supõe-se uma intensa atividade de compreensão de texto, regulada pelas condições sócio-históricas de existência dos enunciados.

Dessa maneira, estamos pensando textualização como parâmetros sociais, formais e estruturais que dariam suporte para materialização de discursos, dando sentido aos textos. A retextualização, por sua vez, seria um movimento dos parâmetros de textualização citados, originando um novo construto textual e, por conseguinte, uma nova recontextualização das informações.

2.3- Contextualização e recontextualização

Entendemos por contextualização o ato de fornecer elementos que tornam possível o sujeito situar a informação, o fato, a questão ou mesmo a situação em termos de espaço, tempo e lugar. Acreditamos que a contextualização de uma situação sugere que o enunciador deixe transparecer, ao seu destinatário, dados objetivos da situação em foco. Elementos como “onde”, “quando”, “como”, “quem” contextualizam a informação dada pelo enunciador. A contextualização, então, seria a forma de evidenciar os elementos que compõem os objetos ou as questões de determinada situação de um evento comunicativo.

Se admitimos a contextualização como portadora de elementos que orientam o leitor/ouvinte nos eventos comunicativos, admitimos a recontextualização como uma “nova” forma de orientação para o evento comunicativo.

Entendemos que a recontextualização é, portanto, o deslocamento de uma informação de um contexto para outro contexto. Entendemos, também, que nesse processo de deslocamento ocorrem transformações significativas no conteúdo da informação recontextualizada. Dessa forma, é nosso interesse perceber as transformações pelas quais uma informação passa ao ser recontextualizada. Fato que implicaria novas condições sociais, históricas e culturais que necessitariam ser evocadas para uma apreciação mais próxima da nova informação fornecida.

O fio condutor desta pesquisa é justamente a verificação de como as transformações da informação recontextualizada se tornam significativas, evocando novas práticas sociais e culturais. Partimos do pressuposto de que toda recontextualização conduz a uma nova forma de “contextualização” da situação no evento comunicativo em jogo.

Distinguir os processos de recontextualização dos processos de retextualização faz-se necessário para nossa análise. Acreditamos que os dois processos citados são distintos em sua constituição de sentido, porém complementares em sua funcionalidade. A recontextualização é por nós entendida como o processo *macro*. É dentro dele que ocorrem as mudanças nas práticas sociais e culturais que já citamos anteriormente. A retextualização seria, portanto, o instrumento para que essa recontextualização pudesse se efetivar.

Dessa forma, entendemos o processo de retextualização como ferramenta para que ocorra a recontextualização. A retextualização é um dos meios de se chegar a uma recontextualização, até porque não acreditamos que as questões possam ser recontextualizadas somente através de textos. A evocação de práticas discursivas, não necessariamente materializadas enquanto “texto”, pode servir de exemplos de outras formas de recontextualização.

2.4- A intertextualidade como estratégia de retextualização

De acordo com Bazerman (2006, p. 87), nossa originalidade e nossa habilidade como escritores advêm das novas maneiras como juntamos as palavras para se adequarem às situações específicas, às nossas necessidades e aos nossos propósitos específicos. Entretanto, sempre dependemos do repertório lingüístico comum que compartilhamos uns com os outros. Assim, verificamos que nossa habilidade como escritores é moldada pelas circunstâncias textuais, discursivas, de contextos específicos de aplicação.

Para o autor, o processo de intertextualidade funciona como um importante mecanismo de retextualização. Segundo Bazerman, esse mecanismo se define pela relação estabelecida com outros textos à sua volta.

A análise intertextual, na visão do autor, investigaria não somente a relação de um enunciado com aquele oceano de palavras, mas também o modo como tal enunciado usa essas palavras e, ainda, a maneira como ele se posiciona em relação às outras palavras.

Bazerman argumenta que, através das relações feitas pela intertextualidade, um texto evoca a representação da situação discursiva, os recursos textuais que têm ligação com essa situação e o modo como o texto em questão se posiciona diante de outros textos e os usa.

O autor enfatiza vários níveis de intertextualidade. Observa que, através de certos tipos reconhecíveis de linguagem, de estilo e de gêneros, cada texto evoca mundos sociais particulares em que essa linguagem, ou essas formas lingüísticas, é utilizada normalmente com o propósito de identificá-lo como parte daqueles mundos. Para ele, cada texto, a todo instante, depende da linguagem disponível no momento histórico e faz parte do mundo cultural de todos os tempos.

Para tanto, Bazerman argumenta que a intertextualidade não é apenas uma questão ligada a “que outros textos” o autor se refere, e sim a “como” os usa, “para que” os usa e, por fim, “como” se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos. Essas questões nos alicerçam no sentido de que as escolhas propostas pelo processo de intertextualidade ou retextualização definem as novas propostas de efeitos de sentido geradas pelos textos ou gêneros.

Entendemos, portanto, que o processo de intertextualidade é uma das formas de retextualização que, conseqüentemente, leva à recontextualização de textos, gêneros e, até mesmo, de discursos. Através das escolhas intertextuais, verificamos novos procedimentos de organização dos sentidos e, por conseguinte, observamos novas práticas em contextos sociais particulares.

2.5- Recontextualização: surgimento de novas práticas

Bazerman (2006, p.21) argumenta que, cada vez que as palavras de outras pessoas ou as palavras de um documento são usadas em um novo

contexto, “elas são recontextualizadas e assim produzem um novo sentido nesse novo contexto”. O autor admite que esse movimento de palavras acarreta conseqüências nada desprezíveis, como a geração de novos efeitos de sentido e, dessa forma, novas performances dos participantes envolvidos.

Para Bazerman (2006, p. 187), no discurso há sempre uma tensão dialética entre o que veio antes e os novos participantes do embate, constantemente manobrando para conseguir uma voz em qualquer empreendimento vital comum. Para o autor, os participantes precisam aprender a localizar a si mesmos e seu trabalho em um campo muito complexo e sempre em mudança. Nesse campo, projetos, propósitos e conhecimentos comuns são constantemente negociados na perspectiva dos indivíduos e dos interesses dos participantes. São todos necessariamente responsivos aos altamente poderosos – embora fluidamente interpretados e reconstituídos – fatos sociais da institucionalização e do controle disciplinar.

Os papéis sociais identificados dentro do evento comunicativo são questões que proporcionam o surgimento das práticas, ações ou performances, como diz Bazerman. As práticas sociais serão ativadas em função da identificação dos sujeitos dentro dos gêneros e do papel que a eles for conferido. A atuação dos gêneros e discursos, nos contextos entendidos como prática social, é proveniente dos elementos de regularidades que forem socialmente aceitos por determinado grupo.

Assim sendo, podemos observar que existe uma constante negociação, mesmo que implícita, de projetos, propósitos e conhecimentos comuns por parte do escritor - com ele mesmo no processo de retextualização e, por conseguinte, na recontextualização. Essa negociação será o que validará o processo de consumo dos textos e garantirá o mínimo necessário de efeitos de sentidos que deverão ser ativados por parte do gênero. A negociação envolve o contexto sócio-cultural em que estão envolvidos os sujeitos a que o gênero se refere. Os parâmetros “o que dizer” e “como dizer” também se inserem nesse processo de parceria entre os participantes do evento.

No processo de recontextualização, seja dos textos ou dos discursos, fica sempre em evidência as posições que o sujeito, os participantes, ocupam

e, conseqüentemente, os possíveis efeitos de sentido gerados por eles. Para Bazerman, as pessoas ainda apresentam múltiplas necessidades, tanto individuais como institucionais, para representar suas próprias vidas e as de outros para si e para os outros.

Existe também a preocupação com o campo retórico que é desenvolvido pelos indivíduos dentro de gêneros específicos. Bazerman coloca que, uma vez que este campo é desenvolvido, cada indivíduo se encontra no meio de uma rede intertextual dentro da qual ele só pode agir ao modificar a intertextualidade através de novos enunciados. Os propósitos e as atividades de uma pessoa influenciam sua colocação ou posição ocupada dentro do discurso e sua interpretação individual dentro daquele campo intertextual.

Dessa forma, se pensarmos em termos de gêneros, a necessidade da adaptação da recontextualização gera novas formas de ação social. Ao recontextualizar um texto, através do modo retórico escolhido, através da regularidade que lhe impusermos e da própria estrutura composicional, estaremos configurando um novo gênero e, conseqüentemente, uma nova prática. Assim, observamos que o processo de inserção de palavras e as novas formas de utilização do dizer proporcionam sempre novos sentidos ao que é chamado de “novo” texto ou contexto.

A recontextualização também pode colocar as palavras em um contexto menos amistoso ou mais crítico ou, ainda, em algum contexto que as discuta, avalie ou as distancie de outras palavras. Verificamos, então, sempre o “velho” se transformando no “novo”; o dado se transformando em outro construto de sentidos. Por mais que tentássemos ser fiéis ao texto que chamaríamos de “original”, não conseguiríamos porque estamos entendendo, aqui, que toda tarefa de intertextualidade, de retextualização e recontextualização produz um “outro” texto, um novo “dado”, fazendo com que surjam também novas práticas.

Assim sendo, observamos que os processos de retextualização que existem são provenientes, de certa forma, da habilidade de quem está rearticulando o texto e adaptando-o para um novo contexto. Advêm também da “previsão” de quais práticas deverão ser seguidas para uma boa compreensão por parte do leitor.

3 - Gênero discursivo

3.1- Gênero discursivo como mecanismo de ação social

Partindo do princípio de que a língua é fonte de inúmeras construções de enunciados e de que a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, uma vez que a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, entendemos que cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que se diferenciam e ampliam-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Bakhtin, 1985, p. 279). Posto isso, Bakhtin (1985) define como gêneros do discurso cada esfera de utilização da língua, que elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados (*op.cit.*, p. 279).

Para Bakhtin, deve-se desenvolver uma história especial dos gêneros de fala que reflita mais direta, clara e flexivelmente todas as mudanças da vida social. É através das falas dos participantes, de sua visão de mundo, dos seus estilos, das escolhas do gênero discursivo, da natureza do evento comunicativo, dos elementos semânticos que, segundo o autor, os gêneros discursivos se tornam livres, plásticos e móveis.

A necessidade de se estudar e investigar o gênero discursivo a partir de um enfoque lingüístico, como um instrumento social e dialógico necessário às trocas verbais, já era prevista e discutida por Bakhtin (1985). Ele pontuou que, se os gêneros não existissem, se não os dominássemos e se fosse necessário construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria quase impossível. É dessa reflexão que parte a referência quase obrigatória da ACD aos estudos bakhtinianos, pois pontuam o caráter dialógico da linguagem e sua produção de tipos de enunciados relativamente estáveis.

Pensar a questão dos gêneros sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) é interessante visto que, com a flexibilidade de novas práticas discursivas apresentadas na contemporaneidade, faz-se notória a necessidade de se discutir quais práticas sociais estão se consolidando através da utilização dos gêneros. Isso partindo do princípio de que linguagem é também forma de prática social.

Miller (1984) argumenta que a perspectiva de gênero como ação social rege-se por alguns princípios como: compreender os falantes como construto mental dos contextos sociais; a fala como sistema social que cria contextos sociais; os falantes como produtores de textos coletivos produzidos em comunidades discursivas que seguem valores consensuais, propósitos e tópicos para discussão. A autora acrescenta que a noção de gênero discursivo não pode ser fundada na relação forma/substância, mas na ação em que é usada. Gênero discursivo é então redefinido (...) “como sistema que classifica discurso não com base em ação retórica semelhante, mas com base em ação retórica tipificada” (Miller, 1984, p. 151).

Assim como Miller (1984), Fairclough (2001) reitera o conceito de gênero discursivo como ação social, ou seja, como categoria convencional do discurso que se constrói, modifica-se ou transforma-se dentro de um dado contexto social. Ação que pode, inclusive, coexistir com outras práticas discursivas convencionalizadas que constituem ou não gêneros discursivos. Para Fairclough (2001, p. 161), gênero é definido como um “conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”.

É nesse aspecto de ação social que podemos associar a ACD à teoria dos gêneros. É na performance do gênero, na sua utilização singular e prática social, que é gerada pelas atividades socialmente aprovadas, que encontramos o ponto de interesse para uma base teórico-metodológica.

Para Gomes (2003), gênero discursivo está associado a um tipo de atividade particular que se especifica em termos de uma seqüência estruturada de ações sociais, realizada por sujeitos que ocupam posições sociais constituídas e reconhecidas por situações-tipo. Nesse sentido, observamos

mais uma vez a relevância de ter como propósito a utilização do quadro teórico metodológico da ACD associado à teoria dos gêneros.

Resende e Ramalho (2006, p. 62) argumentam que, quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos. Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas. Mudanças articulatórias e práticas sociais incluem modificações nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos, a mudança genérica freqüentemente ocorre pela recombinação de gêneros preexistentes. Assim, podemos pensar na relação existente entre discurso, gênero e ação, enfatizando os processos pelos quais se estabelece tal relação.

Segundo as autoras, em decorrência de sua mobilidade e dialocidade características, os gêneros estão sempre submetidos à reformulação nas interações semióticas, o que torna difícil trabalhar com uma proposta tipológica fixa. Nessa perspectiva, o ponto relevante é que o gênero seja reconhecível como um tipo de linguagem usado em domínios particulares. No caso do *corpus* escolhido, temos como premissa tentar identificar como um conjunto estável de enunciados trabalha particularmente a linguagem. A proposta é, portanto, observar como os gêneros recontextualizam o discurso oficial do Ministério do Desenvolvimento Social acerca do *Programa Bolsa Família*.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p.144 *apud* Resende e Ramalho) ainda argumentam que um gênero é em si um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos. Para isso, precisa ser compreendido como faceta regulatória do discurso, e não simplesmente como estruturação apresentada por tipos fixos de discurso.

Segundo Gomes (2003), os gêneros discursivos são movedições porque dependem da situação comunicativa, da posição social e das relações sociais dos participantes no evento comunicativo. Nesse sentido, podemos pensar que a seleção do gênero discursivo no *Programa Bolsa Família* parte de uma situação comunicativa particular. Se encontramos uma agenda, um guia ou

qualquer outro gênero é em função de propósitos definidos que buscam, através de uma prática discursiva, uma prática social também particular.

Ainda segundo a autora, sendo a linguagem produto da interação social, tomando a forma de enunciados concretos, as mudanças nos recursos lingüísticos interferirão nas mudanças dos gêneros discursivos. Implicarão uma total dependência do contexto e da linguagem em uso, como determinantes do caráter flexível e relativamente estável dos gêneros discursivos. Para tanto, é necessária uma descrição minuciosa dos gêneros em questão para se ter mecanismos de análise.

Assim sendo, Gomes (2003, p.52) argumenta então que o gênero discursivo realiza o elo entre a prática social e o texto, estabelecendo relações entre as instâncias de produção, distribuição e consumo dos textos.

Fairclough (2001) afirma que é de interesse da relação entre mudança social e discurso a modificação no sistema de gêneros e seus efeitos sobre as configurações de outros elementos. Isso porque parte-se da tese de que as alterações nas práticas discursivas integram um amplo processo de mudança social e cultural, assim como as alterações sociais e culturais reestruturam as práticas discursivas.

Gomes (2003) observa que uma conceituação de gênero discursivo, enquanto processo sociointeracional construído e coelaborado por uma comunidade discursiva, em que a própria escolha do gênero discursivo é realizada nas práticas sociais através de propósitos comunicativos, torna-se conveniente e adequada aos propósitos de análise. Afirmação possível levando-se em consideração que a proposta de Fairclough é discutir como as mudanças nas práticas sociais afetam as mudanças de gêneros discursivos, compreendidos como distribuição, produção e consumo.

Dessa forma, o gênero discursivo é construído e reconstruído, modificado e transformado em função de uma comunidade discursiva que possui direitos, objetivos, propósitos e valores. Observamos, portanto, que os gêneros, assim como os textos, os discursos e a nossa própria linguagem, vivem um constante movimento de recontextualização.

A autora acrescenta que a forma como um tipo de discurso se encaixa em um tipo de gênero discursivo é um modo de estabelecer e especificar sua distribuição. A maneira como os textos realizam as cadeias intertextuais e interdiscursivas depende do modo como os diversos tipos de discursos, estilos e vozes variam e se combinam em certos tipos de gêneros discursivos, levando em conta suas redes de distribuição.

Assim sendo, os gêneros discursivos caracterizam-se como produtores e reprodutores das questões sobre modernidade tardia. Eles se realizam em uma sociedade plural em que os indivíduos e suas relações estão em constante movimento.

3.2- Gênero discursivo e processo de produção, distribuição e consumo

Dentro de uma perspectiva dos estudos críticos do discurso, Fairclough adota o conceito de gênero discursivo como elemento potencial de significados para possíveis mudanças sociais, pois constitui as ordens do discurso, sendo responsável ainda pela constituição dos tipos de discurso. Isso implica que o sistema de gênero discursivo adotado por certa sociedade, em um período histórico, determina as combinações e articulações dos tipos de discurso que ocorrem. Se os sistemas de gêneros são constituídos pelas contradições, pela heterogeneidade, então suas fronteiras são fluidas, configurando-se nas mais diversas relações.

Então, gêneros constituem, para Fairclough (2003, p. 65), “o aspecto especificamente discursivo de ação e interação no decorrer dos eventos sociais”. Dessa forma, os gêneros são configurados em práticas sociais específicas, que podem também modificar sua constituição através de uma nova combinação de elementos.

Compreendendo então gênero discursivo como “artefatos” históricos e culturais resultantes de modos de ação e interação sociais, é possível postular que o cenário cultural e histórico possa acarretar novas constituições genéricas. Vivendo-se hoje em um *lócus* pós-moderno, responsável por

construir um espaço social voltado para o híbrido, para o paradoxal e o ambivalente, pode-se dizer que nesse “novo” paradigma cultural, marcado pela lógica do mercado, gêneros existentes irão se fundir a outros, seja por inversão, deslocamento ou combinação.

Fairclough (1992), discutindo a relação entre discurso e mudança social, argumenta que as ordens do discurso estabelecidas hoje pelas instituições são as do consumo, da tecnologia e da democracia. Levando em conta esse quadro, o autor argumenta, por exemplo, que a nova ordem sócio-econômica baseada no domínio social do consumo influencia, sobremaneira, todas as esferas sociais, causando uma relexicalização da linguagem e novas formas de agir e interagir socialmente, o que resulta em uma cultura promocional do discurso.

O raciocínio implícito é que não se pode limitar mais os estudos sobre gênero discursivo às perspectivas literárias e textuais, mas pensar nesse fenômeno lingüístico como um processo particular de *produção, distribuição e consumo social* de textos (Fairclough, 2001). Hoje, são cada vez mais freqüentes as abordagens que advogam uma perspectiva lingüística para a análise de gêneros discursivos lingüisticamente situados, como já previa Bakhtin (1985).

Para Fairclough, os gêneros como estruturadores e também portadores de discursos trazem naturalizações e ideologias que às vezes ficam mascaradas através do aspecto didático de determinado gênero. O discurso acaba se naturalizando e ficando na base do gênero.

Essa idéia de naturalização pode ser justificada com o fato do processo particular citado pelo autor. Assim como o discurso, o gênero também deve ser pensado à luz dos processos de produção, distribuição e consumo. Dessa forma, teremos condições de observar como esses processos ímpares estruturam o contexto em que os indivíduos estão situados, e, portanto, condicionam os efeitos de sentido. “As mudanças na prática social são manifestadas não só no plano da linguagem, nas mudanças no sistema de gêneros, mas são também em parte provocadas por tais mudanças” (FAIRCLOUGH, 2001, p.162).

Sendo assim, verificamos que, para Fairclough (2003), gêneros são realizados no sentido da ação e forma de um texto; discursos em sentido de representação e estilos em sentido identificacional e formas. Existem vários aspectos da organização textual e vários traços de textos em diferentes níveis, os quais são formados pelo modo geral do gênero e dele dependem. Portanto, associados a um trabalho particular de práticas sociais, constituem um “potencial” que é extraído dos textos e das interações atuais.

Dessa maneira, as formas de ação e interação social nos eventos são definidas por práticas sociais e pelos caminhos nos quais eles se entrecruzaram. Perceber o discurso e o próprio gênero como prática social implica admitir o discurso como prática ideológica, a qual constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de diversas posições nas relações de poder.

3.3- Gunther Kress: o gênero como recurso representacional

Textos são produzidos por agentes sociais situados em uma rede de relações sociais, em um contexto histórico-social específico. O consumo dos textos, ou seja, sua leitura, não se dá de modo aleatório. Os textos lidos são quase totalmente previsíveis de acordo com o lugar que ocupamos nas estruturas sociais e institucionais (Kress, 1989).

A “convencionalização” das situações e de suas formas lingüísticas leva à convencionalização dos textos, ou seja, leva à criação dos gêneros discursivos. Nas palavras de Kress (1989, p.22) “os gêneros têm formas e significados específicos, que derivam das funções, propósitos e significados das ocasiões sociais”. Portanto, os gêneros se constituem em um catálogo preciso das situações sociais relevantes de uma comunidade em um dado momento.

Assim, para Kress (1989, p. 19), os gêneros são tipos de texto que codificam os traços característicos, as estruturas dos eventos sociais e os propósitos dos participantes discursivos envolvidos naqueles eventos. A contribuição do autor se faz relevante para os estudos críticos de gêneros, uma

vez que é possível perceber os mesmos como estruturadores de discursos e também de questões sociais.

Nessa perspectiva, o autor argumenta que a construção de sentido se dá em dois níveis simultaneamente: no plano do contexto mais imediato, em que se desenvolvem os eventos sociais característicos de determinada instituição, e no plano do contexto mais amplo de determinada cultura. Nesse sentido, verificamos o gênero discursivo para Kress como um recurso de representação.

Pensando assim na questão do gênero, pode-se dizer que, para a construção de seu objetivo comunicativo e sua construção de sentidos, é necessário remeter-se à estrutura e às regularidades de elementos que ali forem encontradas. Tal fato proporcionaria a materialidade lingüística que legitimaria a presença de um gênero discursivo, entendido como uma construção textual e também mecanismo de ação social.

Balocco (2005) afirma que os gêneros textuais, na perspectiva de Kress, constituem um inventário dos eventos sociais de determinada instituição ao expressarem aspectos convencionais daquelas práticas sociais, com diferentes graus de ritualização. Tais graus podem ser compreendidos como distintas formas de recontextualização do discurso. O próprio contexto histórico-social delimita a necessidade do grau de recontextualização e a forma a ser utilizada para conseguir alcançar o objetivo planejado.

Para a autora (2005, p. 66), a proposta de Kress distingue-se de outros estudos sobre gêneros por sua proposição de que os gêneros textuais sejam cultural e historicamente variáveis. Kress enfatiza a noção de hibridização, destacando a forma como os gêneros apresentam elementos de múltiplas formações discursivas e de variadas categorias genéricas.

Kress (1989, p. 37) observa uma dupla determinação do texto: tanto os discursos quanto os gêneros constroem posições de sujeito ou posicionam os atores sociais de determinada forma. O autor propõe pensar o gênero também como prática social afetada por variáveis culturais e históricas, permitindo, dessa forma, verificar também traços de instabilidade por parte dos gêneros, destacando a constante mudança.

3.4- Bazerman: uma proposta de *performance textual*

Para Bazerman (2005), cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social. A influência textual é vista, às vezes, dentro de uma situação individual, como na análise retórica de textos específicos com suas conseqüências sociais ou políticas. Às vezes, é compreendida dentro de classes de atividades e situações associadas a um gênero e, outras, dentro de sistemas de atividades.

Nosso interesse na visão da influência textual diz respeito às classes de atividades e, mais especificamente, às situações relacionadas ao gênero. Na proposta de Bazerman, o que se faz importante nessa pesquisa é observar o que o autor propõe em termos de performance dos textos, ou seja, que tipo de ação seria evocada em uma situação particular de uso de textos e gêneros.

O gênero para o autor é visto como “fenômeno de reconhecimento psicossocial que é parte de processos de atividades socialmente organizadas” (2005, p. 31). Gêneros são fatos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Ao investigar a questão das práticas sociais evocadas pelo gênero, ou melhor, investigar a performance *textual* nas atividades cotidianas, usando os termos de Bazerman, estaríamos de acordo com o propósito maior deste trabalho: a observação de como os processos de recontextualização atuam nas modificações das práticas e, conseqüentemente, modificam as estruturas das atividades dos participantes de determinado evento social. Através do texto, verificaríamos a proposta de atividade ou prática sugerida na materialidade lingüística na própria composição e estruturação dos gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família”, ambos *corpus* da pesquisa.

De acordo com Bazerman, a compreensão do gênero pode ajudar o leitor a interpretar e até mesmo influenciar sua forma de ação. Compreender a forma e a circulação de textos nos sistemas de gêneros e nos sistemas de atividades pode até ajudar a entender como interromper ou mudar sistemas

pela exclusão, adição ou modificação de um tipo de documento. Ao introduzir esses diferentes textos no próprio cotidiano, não se introduz apenas diferentes tópicos, mas também diferentes atividades, padrões interativos, atitudes e relações. (2005, p.23)

A significação dos textos, dos gêneros, das atividades humanas deve sempre se nortear pelos efeitos de sentido que podem ser gerados dessa construção. Bazerman assume a importância do “fazer sentido” na vida prática. O autor cita Carolyn Miller (1984) que ajudou a revelar gênero como um modo de ação social e “fazer sentido” social. Assim, podemos pensar a proposta de Bazerman de performance como modo de ação que os gêneros geram na vida cotidiana. O gênero passa a ser mecanismo de ação através do desempenho que ele assume em um determinado contexto social e histórico.

O autor acrescenta que estudos contemporâneos de linguagem em uso apontam para a tipificação de circunstâncias comunicativas como base para a criação de uma performance social significativa, para manipulação dos possíveis significados a serem desempenhados e para o fornecimento da compreensão do participante.

De acordo com o autor (p.122), mesmo da perspectiva de um único participante, o “fazer sentido” pode ser de múltiplas camadas, heterogêneo e oportunista, utilizando qualquer pista à mão para descobrir um conjunto usável de significados e orientações para os eventos. Fica claro, no nosso entender, que as práticas sociais evocadas por um determinado gênero podem ser distintas do ponto de vista de um só sujeito envolvido no processo de compreensão desse gênero. Tal fato dependerá das circunstâncias sociais em que esse sujeito esteja envolto.

Uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros, nossas ações, é agir de modo típico, modo facilmente reconhecido como realizador de determinados atos em determinadas circunstâncias. As formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras emergem como gêneros. Ao criar formas tipificadas, ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos. (2005, p. 29)

Este processo de “mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e de uma compreensão padronizada de determinadas situações”, é chamado de tipificação. (p. 29-30)

Para o autor, os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. *São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais* (p.31). A tipificação dos procedimentos verbais e a distribuição das tarefas verbais ajudam a organizar a atividade e as relações sociais dos vários participantes. Assim, os gêneros, como também outras distinções sociais que estão incorporadas em nossas ações, percepções ou vocabulário de reflexão e planejamento, *ajudam a dar forma à ação emergente dentro de situações específicas* (p. 143).

Não obstante, também podemos pensar na não-execução de ações propostas por algum gênero. O participante, não compreendendo o que foi sugerido pelo texto, pode não ativar a prática exigida pela circunstância ou gênero em questão. Verificaríamos, então, uma performance inesperada por parte do autor, uma vez que não se tem controle da tentativa dos efeitos de sentido gerados na construção dos textos e mesmo das performances dos leitores.

O que é observado de modo relevante como parte do contexto também está em jogo. As referências em discurso indexam elementos de contexto e até constroem os lugares físicos e sociais relevantes dentro dos quais a fala ocorre. As referências identificam o que é saliente no mundo ambiente e quais são as fronteiras que organizam o espaço local ou mesmo social. Dessa forma, os sujeitos, envolvidos no processo de consumo dos textos, sem consciência exata dos papéis sociais a serem desempenhados naquela situação, podem não encontrar o que se espera em se tratando das ações, da performance ou mesmo das práticas específicas proporcionadas pelo gênero.

A importância do contexto sócio-cultural, do ponto de vista da análise de gênero, é fator essencial para uma discussão significativa. A construção do significado é feita através de ligações contextuais e se tornam culturalmente aceitas dentro desses espaços sociais.

A produção e a recepção de textos são presas a uma tensão. Na escrita e na leitura, temos o espaço para definir situações e atividades como as percebemos. No entanto, para nos fazer inteligíveis aos outros e alcançar a sabedoria dos outros, temos que nos disciplinar para usar signos e fazer sentido de maneiras socialmente inteligíveis. (Bazerman, 2006, p. 129)

Bazerman observa que a escrita ganha força expressiva não porque segue caminhos puramente subjetivos e privados, mas porque ganha um comando mais amplo dos recursos para criar circunstâncias reconhecíveis dentro de contextos pré-definidos. Dessa forma, é interessante salientar a importância da “ordem do discurso”, ou seja, tudo que é dito, falado, passa por circunstâncias específicas de “quem diz”, “de onde diz” e “o que pode ser dito”. É a partir desses pontos que será gerada a construção particular dos sentidos.

Para o autor, dentro de alguns gêneros, freqüentemente literários ou publicitários, tal desvio - do reconhecível socialmente para o desejado pessoalmente - é de fato ancorado. Da mesma forma, ao trazer conteúdos não-familiares para esferas tipificadas, ou seja, conteúdos com certas regularidades próprias para contextos particulares de uso, um escritor corre o risco de forçar o “fazer sentido” da audiência, resultando ou em inteligibilidade ou em leituras banais e estreitas que perdem as novidades do texto.

Nesse ponto exato, podemos retomar uma das questões centrais deste trabalho: a importância da recontextualização. Ao recontextualizar gêneros e textos, o autor deve se pautar por uma questão primordial que seria a necessidade do conhecimento do contexto sociocultural dos participantes. As escolhas lexicais, o que dizer e como fazê-lo deverão se nortear por essa necessidade para que possa haver, de fato, performance dos gêneros ou execução das práticas propostas.

Assim, para Bazerman (2006, p. 131), “realizamos atos em cada um; vemos a nós mesmos como tendo presença, poder e recursos particulares em cada situação; e participamos dos significados disponíveis nesses mundos”. A consciência do poder de ação social dos textos em contextos próprios é estímulo e alerta para que nossas escolhas como “recontextualizadores de

discursos” possam de fato ser efetivadas, pois partimos do princípio, nesta pesquisa, de que os textos e gêneros organizam atividades e pessoas.

4 - A Análise Crítica do Discurso e a Crítica da Cultura

4.1 – Análise Crítica do Discurso como proposta teórica e metodológica

Segundo Resende e Ramalho (2006), o termo Análise Crítica do Discurso foi cunhado pelo lingüista Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado em 1985, no periódico *Journal of Pragmatics*. De acordo com as autoras, em termos de filiação disciplinar, pode-se afirmar que a ACD confere continuidade aos estudos referidos como Lingüística Crítica, desenvolvidos na década de 1970.

Para Magalhães (2001), as principais contribuições de Fairclough para os estudos críticos do discurso da linguagem foram a criação de um método para o estudo do discurso. Além de seu grande esforço para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos lingüistas.

Fairclough (2001) propõe a operacionalização de teorias sociais na análise de discurso lingüisticamente orientada a fim de compor um quadro teórico-metodológico adequado à perspectiva crítica de linguagem como prática social. Para alcançar tal intento, a ACD assenta-se primeiro em uma visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia e, por último, na teoria e análise lingüística e semiótica.

A visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ACD ser motivada pelo objetivo de prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais (FAIRCLOUGH, 2003, p.15). O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia é resultado do amplo escopo de aplicação da ACD em pesquisas que contemplavam investigações sobre discurso em práticas sociais.

A primeira dimensão do quadro tridimensional de análise proposto por Fairclough é a análise textual, que usa o aparato da Lingüística Sistêmica e Funcional (LSF), de Halliday (1985). A segunda dimensão é a análise das práticas discursivas, entendidas como “a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais”, nas palavras de Magalhães (2001, p.17). A terceira dimensão do quadro metodológico da ACD, conforme Fairclough, é a análise da prática social que tem em vista os contextos culturais e sociais mais amplos. Essa dimensão leva em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de sua subordinação.

De acordo com Fairclough (1992), na Análise Crítica do Discurso, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo. Nessa teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação, pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros. É também visto como uma forma de representação: nele valores e identidades são representados de forma particular.

Para Carlos Gouveia (2002), a adoção de objetivos críticos para uma análise do discurso implica a análise das interações verbais como fenômenos dialeticamente associados às estruturas sociais, pois por elas são fortemente determinados ao mesmo tempo em que sobre elas atuam. Para o autor, é ainda tarefa da Análise Crítica do Discurso relacionar o *microevento* (discursivo) com a *macroestrutura* (social) e “desnaturalizar” o que foi “naturalizado”. Aquilo que foi dissociado dos interesses e da classe ou grupo social particular que o gerou e, conseqüentemente, assumido como senso-comum, como sendo baseado na natureza das coisas ou das pessoas (Gouveia, 2002, p.8).

Nesse sentido, Gouveia argumenta que limitar uma teoria, como acontecia com a lingüística crítica, à linguagem verbal é, por um lado, reduzir as potencialidades do seu uso e, por outro, chegar a uma visão particular que

perde a visão do conjunto. Uma teoria da linguagem verbal deve, portanto, ser integrada a uma teoria geral de todos os sistemas de signos socialmente constituídos (Gouveia, 2002, p. 9).

Entendendo então que a ACD não se limita somente à análise do verbal, mas também se atenta para o sistema de signos socialmente constituídos, observamos que essa postura de pesquisa nos possibilita um arcabouço teórico-metodológico para se alcançar a crítica da cultura, visto que essa idéia é um dos objetivos desta pesquisa.

Dessa forma, na ACD encontramos um processo analítico que julga os seres humanos a partir de sua socialização, e as subjetividades humanas e o uso lingüístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais. (Pedro, 1997, p.21)

Segundo Emília Pedro (1997), a ACD opera, necessariamente, com uma abordagem de discurso em que o contexto é uma dimensão essencial. Entretanto, ao contrário de outras disciplinas, considera o sujeito construído “por” e construindo os processos discursivos a partir de sua natureza de ator ideológico (Pedro, 1997, p. 20). A autora acrescenta que a variação em certos tipos de discurso é inseparável de fatores econômicos e sociais e que, por isso, as variantes lingüísticas refletem e expressam ativamente as diferenças sociais estruturadas que estão na sua origem, o que ainda é mais importante. Trata-se, então, de tornar evidente a inserção da linguagem em contextos sociais.

Para Pedro, constitui também tarefa da ACD analisar o funcionamento das visões de mundo que subjazem a constituição dos fatos, dos acontecimentos e, sobretudo, da agenciamento, concretamente nos aspectos que, de forma específica, se relacionam com a linguagem, o discurso, a ideologia e a sociedade.

Ainda em consonância com a autora (1997, p.26), a relação entre macro noções - como grupo, poder e dominação institucionais ou mesmo desigualdade social - e micro noções - como o texto ou interação comunicativa - não é de fácil articulação. Daí que se procure, na ACD, encontrar modos conceituais para resolução desse problema que é, simultaneamente, teórico,

metodológico e analítico. Como se verifica, a ACD requer, obviamente, multidisciplinaridade e, se bem que se baseie em critérios de observação, descrição e explicação (Fairclough, 1985), são os critérios de eficácia e relevância juntamente com sua contribuição para a mudança, que, em última instância, medem o sucesso potencial e real do projeto.

A ACD, segundo Pedro, trabalha considerando o lingüístico no interior do social. A compreensão da construção social e psicológica dos indivíduos é, portanto, uma teorização dos sujeitos sociais e das subjetividades, sendo fundamental na problematização teórica da postura de pesquisa. Dessa maneira, como tarefa teórica, a ACD tem como missão a construção de um aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam indiretamente o conhecimento, os saberes, as atitudes, as ideologias socialmente partilhadas (p.30)

Já a tarefa metodológica, de acordo com Pedro, diz respeito a um leque de categorias descritivas e propriamente metodológicas. Segundo Kress, (*apud* Pedro, 1997), nas práticas da ACD, cada investigador tem o seu lugar e usa metodologias de análise em um modelo teórico particular. No entanto, sem que se percam de vista os objetivos e finalidades que fazem de todos os investigadores membros de um projeto comum.

Outra preocupação da ACD, também destacada pela autora, é a questão “micro” da análise. A análise do texto propriamente dito envolve fatores internos e externos. Para ela, os papéis que os atores sociais são levados a desempenhar nas situações discursivas são aspectos a que se tem dado grande relevo no trabalho de muitos analistas críticos do discurso. Trata-se de uma questão importante, já que pode não existir coincidência entre os papéis que os atores sociais de fato desempenham nas práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são dados nos textos.

Assim, segundo Pedro, o poder pode ser “conceitualizado” como um conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo em contextos

socioculturais particulares. Paralela a essa idéia de poder, tem-se também a proposta da autora de que o discurso é entendido como o uso da linguagem enquanto expressão da prática social. A análise do discurso centra-se, necessariamente, na observação da linguagem tendo em vista a compreensão do modo como os textos trabalham no interior da prática sociocultural.

4.2 – Prática discursiva e prática social

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças (RESENDE E RAMALHO, 2006, p. 26). Nisto consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social e é constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos. Para o autor, a Teoria Social do Discurso trabalha com um modelo que considera três dimensões passíveis de serem analisadas, ainda que possam estar dispersas na análise. Do mesmo modo que o “texto”, a “prática social” é descrita como uma dimensão do evento discursivo. Essas duas dimensões são mediadas pela “prática discursiva”, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo de textos, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais variados. A natureza da prática discursiva é variável entre os tipos de discurso de acordo com os fatores sociais envolvidos.

Conforme afirma Gouveia, as práticas discursivas têm grandes efeitos ideológicos. Pelo modo como representam a realidade e posicionam os sujeitos, podem ajudar a produzir e a reproduzir relações de poder desiguais. A associação das questões de poder e de ideologia com o discurso é tornada evidente pelo caráter de princípio da própria estrutura da realidade que ao

discurso está associado: enquanto prática social, o discurso estabelece uma relação dialética com a estrutura social, à medida que se afirma como um dos seus princípios estruturadores; ao mesmo tempo é por ela estruturado e condicionado.

Nesse sentido, a estrutura social é uma condição para a existência do discurso e é, também, um efeito de tal existência. Por um lado, o discurso é constrangido e formado por relações ao nível da sociedade, por relações específicas a instituições particulares, por sistemas de classificação e por várias normas e convenções de natureza quer discursiva, quer não-discursiva. Os eventos discursivos variam, na sua determinação estrutural, de acordo com o domínio social particular ou enquadramento institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é um princípio estruturador. No sentido em que Foucault usa o termo discurso, os objetos, os sujeitos e os conceitos são formados discursivamente.

Dessa maneira, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o modelam e constrangem: as suas próprias normas e convenções, assim como as relações, identidades e instituições que lhe subjazem (Gouveia, 2002, p.9).

4.3 – A Análise Crítica do Discurso como postura de pesquisa e instrumento para a crítica da cultura

A Análise Crítica do Discurso se constitui hoje como uma postura de pesquisa interdisciplinar que tenta associar o discurso a outras questões: não só lingüísticas, mas também de origem social, cultural. Na ACD encontramos abertura para diálogo com outras teorias (psicologia, filosofia, sociologia, etc), pois ela não se fecha em si própria. Como age no campo da linguagem, a análise crítica consegue estabelecer pontes que servirão de “trânsito” para idéias de diferentes campos do conhecimento negociarem suas questões.

Na busca de uma abordagem que dê conta da interação entre discurso e estruturas sociais e do modo como os textos são produzidos e interpretados, a ACD vai buscar subsídios em áreas conexas. Para Resende (2007, p. 57), o

cunho “crítico” da ACD se justifica na convergência de teorias críticas no seu projeto de fundação – teorias de Foucault, por exemplo. É esse grupo de teorias conhecidas, dentre outras denominações, como Teorias Críticas da Cultura que alimentou também a formação de trabalhos dentro do campo conhecido como Estudos Culturais. A ACD e os Estudos Culturais são dois campos distintos, mas podem contribuir entre si nos seus projetos (RESENDE, 2007), tendo em vista que ambos buscam observar mudanças nas práticas socioculturais.

Para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire força pelo uso que os agentes que detêm o poder fazem dela (WODAK, 2004). Para a autora, em conformidade com seus predecessores na teoria crítica, a ACD enfatiza a necessidade de um trabalho interdisciplinar de forma a alcançar uma compreensão mais completa de como a linguagem funciona, por exemplo, na constituição e transmissão do conhecimento, na organização das instituições sociais e no exercício do poder.

Kress (*apud* Pedro, 1997) sugere que, ao “desnaturalizar” as práticas discursivas e os textos de uma sociedade, entendida como um conjunto de comunidades ligadas discursivamente, os analistas do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas lingüístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação.

Ainda para o autor, os praticantes da ACD têm, de forma explícita ou implícita, o objetivo político mais vasto de questionar as formas dos textos, os processos de produção e os processos de leitura, juntamente com as estruturas de poder que deram embasamento a esses textos.

Pedro, novamente concordando com a proposta de Kress, enfatiza que:

Qualquer aplicação da análise do Discurso está interessada numa compreensão da produção e reprodução de textos completos e que uma teoria que baseia suas análises numa dimensão sociocultural está potencialmente habilitada a fornecer descrições não apenas formal, mas culturalmente significativas. Podemos admitir que, de fato, a ACD é capaz de produzir análises que tentam descrever as categorias que são generativas na produção discursiva e é capaz de leituras de textos que vão pra lá dos significados superficiais acessíveis. Fornecendo, assim, outros meios de acesso à organização sociocultural. (PEDRO, 1997, p. 25)

Nesse sentido, verificamos novamente a possibilidade de pensar a ACD como um instrumento, uma ferramenta, que servirá de base tanto teórica quanto metodológica para se alcançar a crítica da cultura. Verificar as questões sociais e as conseqüências de suas implicações na existência do *Bolsa Família* é de suma importância para a análise do discurso, na recontextualização da legislação do PBF em distintos gêneros. Dessa maneira, poderemos observar como se dá o movimento tanto das questões sociais, que propiciam a recontextualização do discurso do *Programa*, como do próprio gênero, que configura e representa um tipo particular de discurso.

Assim sendo, observamos que questões de culturas flexíveis e dinâmicas, limites e fronteiras tênues - que geram identidades múltiplas - e mudanças constantes no cenário sociocultural têm chamado atenção não só de teóricos sociais críticos, mas também de alguns lingüistas críticos. Todos preocupados com a importância da linguagem na recontextualização dos discursos e na própria recontextualização de práticas sociais.

Dessa forma, verificamos que o objeto de estudo da ACD são os aspectos discursivos da mudança social contemporânea. O discurso é entendido, portanto, como elemento integrante do mundo social, constituindo esse mundo além de ser constituído por ele. Também é importante ressaltar que essa análise de discurso, lingüisticamente e socialmente orientada, abre-se ao diálogo com outras disciplinas, afinal, ela se denomina como multidisciplinar. Concordamos novamente com Resende (2007) ao dizer que a Análise Crítica do Discurso é, como um domínio do saber, uma análise que toma contornos de análise lingüística, de análise socioideológica e também de análise cultural.

5- Considerações finais

Procuramos apresentar neste capítulo as noções teóricas que adotaremos para análise do *corpus*. Torna-se relevante enfatizar que a diferenciação dos conceitos de retextualização e recontextualização é necessária para observação da proposta maior desta pesquisa: verificar a

representação que a nova contextualização da legislação do *Programa Bolsa Família* assume em distintos gêneros discursivos.

No *corpus* a ser analisado, verificaremos, de acordo com Marcuschi, a maneira pela qual poderíamos entender, como uma primeira ordem, a lei que rege todo o *Bolsa Família*. Depois, analisaremos um guia para gestor do *Programa* e, por fim, uma agenda de compromissos que os beneficiários recebem gratuitamente para se informarem sobre os deveres e direitos diante do benefício que recebem. Em três instâncias e com três destinatários distintos, enfatizaremos como a retextualização, que leva à recontextualização do discurso do PBF, é feita com regularidades, com fins específicos de atender à proposta do gênero em que tal discurso é articulado.

No mesmo sentido, também se faz enfático reforçar os conceitos de gênero aqui adotados, pois serão as bases teóricas para analisar os gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família”. A verificação deles versará sobre como esses construtos textuais se fazem mecanismos de ação social. Assumir o gênero discursivo como uma construção textual e mecanismo de ação social é enfatizar que estamos trabalhando tanto o aspecto composicional do gênero como sua forma discursiva. Os teóricos Norman Fairclough, Gunther Kress e Charles Bazerman compartilham dessa visão geral sobre o gênero, mas cada um, à sua maneira, prioriza uma forma de pensar o gênero discursivo. Acreditamos que cada teoria, com suas particularidades, possa contribuir para a análise proposta.

A “Agenda de Compromissos” dos beneficiários do *Programa Bolsa Família* cumprirá seu propósito comunicativo de agenda a partir do momento em que os participantes do evento reconhecerem como relevantes os objetivos e os propósitos do gênero em questão. Logo que os beneficiários do PBF reconhecerem como legítimas as informações contidas nesse material e fizerem disso seus compromissos, podemos pensar que as práticas sugeridas pelo gênero estarão sendo ativadas. Os papéis dos participantes estariam, então, sendo desempenhados na prática social evocada pelo gênero.

No mesmo sentido, o “Guia do Gestor” tomará funções do gênero guia a partir do momento em que seu público alvo – os gestores municipais e demais

peças do poder competente – reconhecerem como necessárias e verdadeiras as instruções trazidas na publicação. Assim, quando começada a execução das instruções propostas no material, verificaremos práticas ímpares ativadas pela recontextualização da legislação do PBF.

Kress (1985) diz que o gênero na ACD deve ser entendido como categoria que explica formas convencionalizadas e convencionalmente disponíveis, e não como habitualmente em termos de categorias histórico/lingüísticas reificadas. Para Pedro, não se trata de responder a uma questão sobre a forma genérica, com base na referência a categorias formais. Trata-se de responder à questão com respostas que envolvem a descrição da ocasião social, do seu lugar e valor nas estruturas sociais mais vastas e a avaliação de quem pode ou não pode participar e de que modos. Ou seja, *a forma textual não é apenas em si própria um assunto de interesse, mas um meio de aceder a uma organização social e cultural* (1997, p.3).

É diante dessa argumentação sobre o papel dos gêneros discursivos na sociedade que propomos uma discussão sobre os gêneros que encontramos nas publicações do *Programa Bolsa Família*. Entendemos que, mais que um suporte textual para manifestação das idéias, os gêneros constituem estratégias de divulgação do discurso. Isso porque eles são organizados e estruturados sempre de acordo com o público alvo particular pensado pelo MDS e, como tal, possui um contexto social e cultural ímpar.

De acordo com cada público e dispondo da variedade de gêneros para manifestação dos discursos, o governo vai tentar, de forma eficiente, alcançar o público que tem em mente. Para Kress (1997, p.49), as novas tecnologias começam a mostrar os seus efeitos na nossa utilização da linguagem, sendo de esperar que venham a produzir mudanças fundamentais. Os efeitos específicos são moldados e dirigidos pelas estruturas e práticas das culturas e sociedades nas quais são produzidas ou adaptadas de um modo específico.

Segundo o autor, existe uma crescente conscientização dos efeitos de poder, através da e na própria linguagem, sobre as possibilidades de uma participação equitativa na vida social e cultural. A linguagem está não só efetivamente envolvida na produção e reprodução de outras práticas sociais,

mas é ela própria produzida e reproduzida por práticas lingüísticas e por outras práticas e categorias sociais.

Uma teoria lingüística, adequada à gama de tarefas pelas preocupações da lingüística aplicada contemporânea, necessitará de ter o texto e os recursos de produção textual como ponto de partida da teoria e da descrição, juntamente com categorias generativas do texto. Teria um conjunto funcional de categorias, de tipos de texto (gêneros) e uma explicação da sua produção, mudança e desaparecimento (Kress, 1997, p. 68).

Assim, em uma teoria social da linguagem, o indivíduo socialmente localizado produz signos em situações particulares, a partir de determinadas posições sociais e, por conseguinte, com interesses particulares. A junção desses fatores fornece a esse indivíduo um conjunto de critérios que selecionam os aspectos do objeto a representar e que serão representados.

Dessa forma, através da análise dessas práticas trazidas pelos gêneros discursivos, poderemos pensar as possíveis representações que são veiculadas no discurso sobre o *Programa Bolsa Família*, verificando como este objeto cultural é articulado discursivamente. Diante dessas impressões, observaremos como cada forma de recontextualização gerará uma nova recontextualização e como essas articulações gerarão mudanças nas próprias práticas discursivas e sociais.

Para finalizar o capítulo, trouxemos a observação de como a Análise Crítica do Discurso pode ser vista como um lugar de pesquisa e também um instrumento para se alcançar a crítica da cultura, já que não estamos tratando somente o componente lingüístico. Estamos considerando, dentre outros fatores, as descrições lingüísticas como elementos potenciais, culturalmente significativos. Acreditamos que, através da ACD, chegaremos a importantes discussões de como a prática discursiva e textual dos gêneros ocasionarão movimento nas práticas sociais. Estas, por conseguinte, trarão à tona questões culturais de suma importância para verificação da recontextualização do discurso do PBF em distintos gêneros discursivos.

A relevância de se estudar a recontextualização do discurso oficial do *Bolsa Família* está na observação de como as escolhas lexicais, a seleção de

argumentos e do próprio gênero modificam as práticas discursivas e, automaticamente, as práticas sociais, em um processo de reconstrução discursiva do próprio programa, com nuances/direcionamentos diferenciados nos diferentes gêneros em que é (re)apresentado. Partimos também do pressuposto de que o PBF hoje se faz um objeto cultural, uma vez que constitui e é constituído pelas relações sócio-históricas da pós-modernidade brasileira.

CAPÍTULO III
DESCRIÇÃO DO *CORPUS*
ANÁLISE DOS DADOS

1- Considerações iniciais

Este último capítulo traz como proposta o cumprimento de dois objetivos: o primeiro é a descrição textual do *corpus* da pesquisa e o segundo a análise do mesmo. Para cumprir tal intento, na primeira parte, discutiremos o que consideramos relevante na descrição de cada gênero. Será observado como a lei, o “Guia” e a “Agenda” se estruturam textualmente, e diagnosticaremos semelhanças e discrepâncias em torno do aspecto composicional e do que se refere ao conteúdo das informações trazidas por cada um dos gêneros.

Essa descrição permitirá uma comparação em relação à estrutura de cada gênero e também ao que concerne à supressão ou acréscimo de informações. Esses dados nos proporcionarão uma observação da macroestrutura que auxiliará posteriormente a análise da microestrutura textual.

Na segunda parte, a qual consideramos como análise textual, a proposta é dividir em dois blocos as discussões. No primeiro, verificaremos como o discurso do PBF é retextualizado nos gêneros. Para isso nos utilizamos das categorias propostas por Marcuschi (2001) na análise dos processos de retextualização da fala para escrita, as quais ele denomina de variáveis intervenientes no processo de retextualização.

Procuraremos observar o propósito ou objetivo da retextualização, a relação entre o produtor do texto original e o transformador, a relação tipológica entre o gênero original e o gênero da retextualização e os processos de formulação típicos de cada modalidade. Através dessas quatro questões, acreditamos que será possível sustentar o processo de análise da retextualização da legislação nos gêneros “Guia” e “Agenda”, observando que as operações produzidas na retextualização são atividades conscientes que seguem variados tipos de estratégias. Em determinados casos, algumas formas lingüísticas são eliminadas e outras introduzidas, algumas são substituídas e outras reordenadas. Com isso, visualizaremos a primeira parte das análises.

Como proposta da segunda parte da análise, procuraremos enfatizar a análise microtextual. Nessa etapa, temos o propósito de visualizar como o vocabulário, como categoria para análise, e outras expressões lingüísticas são modificados no processo de retextualização e, assim, observar como são produzidas distintas orientações nos efeitos de sentido proporcionados pela materialidade lingüística. Nessa análise, identificaremos o que na realidade entra em ação como estratégia de regulação lingüística e as implicações que tais processos geram.

Ao começarmos a análise da prática textual sentimos necessidade de mais uma breve justificativa teórica para as escolhas das análises que foram feitas. Retomar as colocações de Fairclough (2001, 2003), Resende e Ramalho (2006), Marcuschi (2001) e Dell'Isolla (2007) pareceu-nos providente em virtude de que o objeto de pesquisa é aberto a muitas escolhas de análises. Portanto, para que pudéssemos fazer o recorte necessário ao que nos propomos, achamos relevante retomar, rapidamente, importantes comentários acerca da utilização do vocabulário como categoria para análise lingüisticamente orientada. Também sobre a utilização de expressões lingüísticas, propriamente ditas, para alicerçar nossos comentários e considerações finais posteriores.

Para finalizar o capítulo, verificaremos como cada item da lei está recontextualizado no “Guia” e na “Agenda”. Para tanto, observamos os subtítulos dos gêneros constituintes do sumário, o que se faz recorrente nos dois suportes, para que se pudesse efetivar a comparação.

Assim sendo, acreditamos que a descrição do *corpus*, acrescida da separação da análise em dois blocos – primeiro, visualização das questões que envolvem retextualização e, depois, as questões que envolvem a materialidade lingüística na recontextualização - permitirão uma leitura mais coerente do que sinalizamos ser distintas orientações dos efeitos de sentido da recontextualização dos gêneros.

2- Descrição do *corpus*

2.1- A legislação do *Programa Bolsa Família*

Como já exposto no capítulo I, o *Programa Bolsa Família* é regido pela lei 10.836, de 10 de janeiro de 2004, a qual é simplificada no decreto 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano, trazendo sessões e subdivisões.

Percebe-se a “lei” como um gênero discursivo porque ela traz em sua configuração genérica regularidades já naturalizadas que fazem com que nossa credibilidade se manifeste em virtude da observação da sua configuração em artigos, parágrafos e incisos. Esses elementos nos remetem à estruturação genérica da legislação, e, assim, nos viabiliza a performance esperada por tal configuração: a regulação.

A legislação do PBF está distribuída em quatro páginas, dezessete artigos, vinte e dois parágrafos e cinco incisos. Tal estrutura traz todas as recomendações que devem ser seguidas na execução do projeto. Cumprindo a performance do gênero, encontramos uma linguagem culta, às vezes de caráter rebuscado e com termos bastante específicos do campo lexical do discurso jurídico.

É válido ressaltar que, diante da configuração mencionada e da linguagem específica da área jurídica, o gênero restringe a ação social esperada pelo mesmo. Essa ação só seria de fato realizada se o sujeito leitor compreendesse a prática discursiva utilizada para, por conseguinte, executar a prática social imaginada. Em detrimento da seleção lexical e organização genérica específica, o gênero se limita a interessados em seu conteúdo ou a sujeitos ligados às práticas em questão.

Os sujeitos não inseridos nessas duas situações, os beneficiários do *Bolsa Família*, por exemplo, estariam à margem da ação social esperada pelo gênero “lei”. Isso porque as práticas sociais esperadas não aconteceriam em função da prática discursiva particular sugerida pela legislação.

Nesse sentido, percebemos que a estruturação genérica da legislação orienta-se pelos princípios que norteiam o gênero, e o não compartilhamento

de práticas por parte dos usuários “leigos” se justifica pelo cumprimento de objetivos comunicativos próprios necessários à performance do gênero “lei”.

2.2- O “ Guia do Gestor”

Uma vez entendendo que a legislação do *Bolsa Família* não se faz inteligível a todos os usuários, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome organiza-se de maneira a tentar contemplar a compreensão dos sujeitos envolvidos no programa.

Como sujeitos sociais que de fato fazem o PBF acontecer, encontramos o papel do Gestor Municipal, juntamente relacionado aos beneficiários. Também como já mencionado, o gestor é o responsável no município pelas ações do *Bolsa Família*; cabe a ele a responsabilidade de gestão do repasse da verba e, portanto, o gerenciamento dos beneficiários do PBF.

Segundo o MDS, o “Guia do Gestor” do *Programa Bolsa Família* foi elaborado para auxiliar o gestor municipal, sua equipe de trabalho e outras pessoas envolvidas no processo de gestão, execução e acompanhamento do PBF. Para o ministério, o texto apresenta as diretrizes, os objetivos, as metas e a sistemática de funcionamento do programa assistencial, esclarecendo as responsabilidades de cada esfera de governo em sua implementação, acompanhamento e controle.

Em sua configuração genérica, o gênero “Guia do Gestor” é composto de cinquenta e seis páginas, nove ilustrações, dois quadros e cinco balões. Nessa estrutura, estão distribuídos os objetivos e metas do *Bolsa Família* assim como o papel que deverá se executado por cada envolvido no processo. O sumário que compõe o “Guia” vem anunciando as partes que serão encontradas em seu conteúdo. Dispostos em sete itens, observamos os seguintes títulos: 1- O que é o *Programa Bolsa Família*; 2- *Bolsa Família*: gestão e responsabilidades compartilhadas; 3- Componentes do *Programa Bolsa Família*; 4- Controle social; 5- Fiscalização; 6- Integração entre o Peti e o *Bolsa Família*; 7- Considerações Finais.

Dessa maneira, é possível notar, em linhas gerais, o caráter pedagógico-instrucional do “Guia do Gestor”. Verifica-se, nesse sentido, uma das formas de retextualização da lei, já que é perceptível que os elementos que compõem o sumário são informações encontradas nos artigos. Entretanto, apresenta uma linguagem já transformada, com expressões explicativas que expõem toda regulação do programa.

As ilustrações observáveis no “Guia” trazem desenhos representativos de alguns itens expostos, como, por exemplo, cooperação e participação da família. Tanto na capa como na apresentação do material, verificamos uma foto de uma família beneficiária; nas demais páginas observa-se somente o uso de desenhos ou caricaturas. As cores são organizadas em torno dos tons verde, amarelo, azul e branco.

O texto é composto de títulos, que são apresentados ainda no sumário, e também de subtítulos, os quais podem ser encontrados na leitura do material. Cada capítulo ou seção é condensado entre cinco e nove páginas, alternando a configuração em uma média de três parágrafos por página ou diversos itens compostos por elementos de marcação.

Os balões são responsáveis pelo destaque de algumas informações. Geralmente estão alocados na extremidade da página, destacados por alguma tonalidade diferente do restante e com a letra também diferenciada. Os quadros trazem a exposição de informações sistematizadas para melhor visualização

A seleção lexical pode ser verificada como uma linguagem culta, entretanto, sem rebuscamentos ou termos muito particulares do campo jurídico, como pode ser observado na legislação.

É importante ressaltar ainda o papel de destaque do protagonista do gênero: o gestor. O sujeito alvo, como já dito, é o gestor municipal que, selecionado na esfera municipal, tem suas responsabilidades e compromissos definidos. Como outros participantes do *Programa*, o gestor tem seu material claramente direcionado, munido de instruções e informações que deverão ser colocadas em prática.

No “Guia do Gestor”, então, é possível perceber uma recontextualização da lei já como espécie de “tradução”, ou seja, os artigos e parágrafos da legislação estariam diluídos em capítulos e títulos dentro do material, o que proporciona uma leitura de mais fácil compreensão. Dessa maneira, a ativação das práticas discursivas e sociais se faria de forma mais “tranqüila” se comparada ao que acontece na legislação.

2.3- A “Agenda de Compromissos da Família”

A “Agenda” escolhida para ajudar a compor o *corpus* deste trabalho é um material informativo, distribuído gratuitamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro, o qual é responsável pela execução do PBF. O material é destinado aos usuários: os beneficiários do *Bolsa Família*, ou seja, a família.

O material é composto por trinta e quatro páginas, vinte ilustrações, dois quadros e treze balões. Com essa estrutura, observa-se o caráter pedagógico e instrucional do gênero. Para o MDS, a “Agenda de Compromissos” teria os objetivos de levar aos usuários informações sobre o *Programa* e enfatizar os direitos e os deveres das famílias atendidas. Para o Ministério, autor do material, a “Agenda” traz as principais orientações sobre o que a família deve fazer para permanecer no PBF.

Assim como observado no gênero “Guia do Gestor”, a “Agenda de Compromissos da Família” pode ser vista como outra forma de recontextualização da lei, uma vez que se notam os elementos dispostos em artigos na legislação diluídos nas páginas que compõem o material.

Pode-se notar que, nas primeiras dezesseis páginas, em um montante de trinta e quatro, o caráter conferido ao gênero é informativo. Encontramos nessas páginas a apresentação do PBF, descrição de quem pode fazer parte dele, valores do benefício e a explicação de como a bolsa é paga. Com esses aspectos, o gênero sinaliza assumir a função de outro: o gênero “agenda” parece ter as características do gênero “cartilha”. O caráter pedagógico-

instrucional verificado nessa “Agenda” sobressai sobre os propósitos comunicativos de uma agenda.

Da décima sexta página em diante, o gênero parece assumir sua função comunicativa de uma agenda mesmo, que seria a materialização de compromissos. Entretanto, mais uma vez, é possível observar duas linguagens ou duas perspectivas semânticas: na parte de compromissos com a saúde – um dos compromissos listados pelo PBF – o texto assume um propósito didático, ou seja, verificamos subtítulos que visam a levantar informações sobre gravidez saudável, vacinas importantes ao recém-nascido, informações sobre amamentação e até sobre o registro da criança. Logo em seguida, percebe-se novamente o caráter didático, pois os itens discutidos baseiam-se em informações sobre trabalho, renda, como será feita a fiscalização, entre outras informações importantes.

Nota-se que a parte destinada de fato ao beneficiário, em que ele poderia personalizar a “Agenda” com compromissos próprios, anotações particulares, é composta de apenas duas das trinta e quatro páginas e está localizada nas duas páginas finais.

A linguagem apresentada no gênero aproxima-se da linguagem coloquial. Em diversos fragmentos, é possível encontrarmos construções próximas da oralidade, criando um sinal de intimidade com o leitor ou mesmo uma “facilitação” da leitura. Observa-se, também, um caráter injuntivo no texto, o qual procura sempre interpelar o usuário-leitor para o cumprimento dos objetivos - o pronome “você” pode ser verificado vinte e uma vezes no decorrer das páginas. O texto é fragmentado, contendo frases curtas e objetivas, em uma média de cinco a seis parágrafos por página, revezando também com a presença de tópicos.

As ilustrações que compõem a “Agenda de Compromissos” são desenhos que representam as situações listadas no material: representação da família, trabalho, alimentação, educação, saúde, fiscalização, etc. A capa é composta pela fotografia de uma família beneficiária; as cores, como no “Guia do Gestor”, organizam-se em torno do verde, amarelo, azul e branco.

Os balões têm o propósito de alertar. Vêm, algumas vezes, orientados pelo verbo “lembrar” ou por alguma informação sempre de caráter imperativo. Sua cor se destaca do restante da página e eles estão alocados na parte posterior ou inferior, entretanto, em posição mais central na página. Já os quadros apresentam também informações. No primeiro, encontramos os valores dos benefícios a serem pagos e a forma de fazê-los; no segundo, verificamos um calendário de pagamentos do benefício.

Observa-se, então, que, em função de propósitos sociais definidos, o gênero é moldado para atingir as práticas sociais desejáveis. Na análise a seguir, tentaremos identificar como os propósitos comunicativos geram as práticas dentro do gênero, uma vez que estamos trabalhando com o pressuposto de que o gênero discursivo é uma forma de prática social.

2.4 - Os processos de produção, distribuição e consumo dos gêneros do *Programa Bolsa Família*

Para verificar a recontextualização do discurso do *Programa Bolsa Família* é necessário atentarmos para a identificação do que existe em comum nos três gêneros selecionados. Assim, como primeira etapa de observação, procurou-se notar o que havia de semelhante entre a legislação, o “Guia do Gestor” e a “Agenda de Compromissos da Família”. Inicialmente, a observação não foi em relação à estrutura genérica, o que não se faz menos importante. Em função do objetivo de observar a recontextualização do discurso, optou-se por verificar a materialidade lingüística e, posteriormente, observar como esse discurso está organizado em relação à estrutura genérica.

Para a análise da recontextualização do discurso, portanto, selecionamos os itens dispostos no sumário de cada gênero, a fim de observar como a recontextualização dos mesmos levaria à recontextualização do discurso.

Percebe-se que os artigos da legislação estão dispostos de forma não uniforme nos itens do “Guia” e da “Agenda”. Entretanto, há uma relação de similaridade entre seus sumários, como pode ser verificado no quadro abaixo:

SUMÁRIO	
GUIA DO GESTOR	AGENDA DE COMPROMISSOS DA FAMÍLIA
Apresentação	Apresentação
Bolsa Família: Gestão e Responsabilidades compartilhadas	O Programa Bolsa Família
Componentes do Programa Bolsa Família	Quem pode fazer parte do Programa Bolsa Família
Controle Social Cadastro Único Gestão de benefícios Condicionalidades Programas Complementares	A Entrada da Família no Programa
Fiscalização	Valores do benefício
Integração entre o Peti e o Bolsa Família	Como o Bolsa Família é pago
Considerações Finais	Compromissos e Responsabilidades
	Compromissos de Educação
	Compromissos de Saúde
	Trabalho e renda
	Controle social e Fiscalização
	Informações Importantes
	Calendário dos Pagamentos

Ao verificar semelhanças ou discrepâncias entre os gêneros, estamos nos remetendo à observação dos processos particulares salientados por Fairclough, os quais envolvem operações de produção, distribuição e consumo de textos. Em função disso, partimos do pressuposto de que cada gênero selecionado para compor o *corpus* do trabalho deverá ser analisado dentro da particularidade de tais processos. Na observação do conteúdo lingüístico, nota-se que ambos os gêneros apresentam elementos em comum, todavia o vocabulário e as subdivisões dos subtítulos são distintos.

O “Guia do Gestor” apresenta de forma sintética os itens a serem discutidos, já a “Agenda de Compromissos” especifica esses itens e acrescenta

o que se faz notório na regulação da própria estruturação do gênero agenda: os compromissos.

Nesse sentido, verifica-se que, em um primeiro momento, os artigos da lei foram recontextualizados em tópicos, os quais se configuram temas a serem explanados dentro dos gêneros. Essa recontextualização específica, em tópicos, já é uma primeira forma de tentativa de adequação à estrutura dos gêneros recontextualizadores. Tanto o “Guia do Gestor” como a “Agenda de Compromissos da Família” têm uma estruturação genérica semelhante. Eles se organizam em itens que compõem o índice de cada gênero e, posteriormente, se desenvolvem em subtítulos. Tal organização possibilita uma leitura mais linear do material impresso, mas cada qual à sua maneira, priorizando os aspectos que sobressaem em cada gênero.

Ainda o caráter didático-pedagógico pode ser notado como parte da configuração dos gêneros. Na “Agenda de Compromissos”, esse caráter parece tomar maior relevância, pois é possível notar o detalhamento de informações. Fato esse que poderíamos entender como iniciativa de tornar o texto mais acessível ao público alvo.

O consumo dos gêneros pode ser notado pela forma de aquisição do material. A população tem acesso ao mesmo pela distribuição gratuita nos locais onde estão alocados os escritórios dos gestores do PBF. Têm direito à aquisição do material os beneficiários do *Programa* que comprovam sua participação efetiva. O público alvo para receber a “Agenda” é, portanto, as pessoas que já possuem o cartão de benefícios e que estão listadas na relação dos participantes do Governo Federal. Listagem essa a que o gestor municipal tem acesso.

O “Guia do Gestor” é de acesso um pouco mais restrito. O Governo Federal, na figura no MDS, envia a cada cidade participante do *Bolsa Família* um número limitado de exemplares direcionado aos gestores municipais. Podemos verificar, então, que o público alvo do governo, nesse caso, se faz bem mais determinado se compararmos à distribuição da “Agenda”.

Apesar dos materiais ficarem *online*, no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à disposição dos interessados,

podemos inferir que, ainda assim, o acesso é limitado. Se pensarmos que os beneficiários do *Programa* são selecionados para receber o benefício porque estão classificados, pelo ministério, em situação de pobreza ou pobreza extrema, eles não teriam, a princípio, condições para acessar esse material de forma virtual. Supostamente, esses beneficiários não têm condições materiais para isso, pois consideramos que para o acesso ao material *online* são necessários recursos materiais.

No mesmo sentido, os gestores municipais encontram dificuldades para “consumir” os gêneros sem ser de forma impressa. Um obstáculo seria a leitura via computador, se comparada à leitura do material impresso, já que o texto do “Guia do Gestor” é extenso, formado de vários parágrafos e subtítulos, o que não agilizaria a leitura virtual.

Assim sendo, observamos que a verificação das condições de consumo dos gêneros selecionados se faz de forma enfática. Reiterando a proposta de Fairclough de que os gêneros hoje devem ser observados como um fenômeno lingüístico e um processo particular de *produção, distribuição e consumo social* de textos, acreditamos que as condições de acesso aos gêneros do *Bolsa Família* traduzem a idéia da distribuição e do consumo de textos.

Posto isso, observa-se que a forma de distribuição do “Guia do Gestor” e da “Agenda de Compromissos” acarretará formas de consumo bastante particulares. A distribuição do gênero já sinaliza o ator social a executar o seu papel e a se orientar por tal gênero em detrimento de outro.

O guia destinado ao papel de gestor determina o sujeito a quem caberia a obrigação de gestão do programa. Da mesma forma, a agenda destinada aos beneficiários enfatiza o papel de quem deverá assumir compromissos: o sujeito beneficiário. Com isso, temos a sugestão das práticas ativadas, ou seja, o “Guia” teria como função orientar o papel de gestor do município em relação às responsabilidades a serem assumidas e geridas, e a “Agenda” apontaria compromissos que a família teria que assumir para participar do *Bolsa Família*, fazendo com que as devidas práticas sociais pudessem ser realizadas.

3- Retextualização e recontextualização da lei via variáveis de análise nos gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família”

Verificar a recontextualização do discurso do *Programa Bolsa Família* é atentar-se para o conjunto de condições que levam a informação a deslocar-se de um contexto específico e encaixar-se em outro. Esse movimento implica características fundamentais para uma análise.

Entender a retextualização como instrumento da recontextualização traz à tona a consideração de elementos da microanálise textual, associados aos elementos do nível contextual. Ao recontextualizar as informações, negociamos efeitos de sentido de um contexto em transação com outro. Dessa forma, faz-se necessário observar as variáveis que interfeririam na produção da retextualização e, conseqüentemente, na recontextualização dos significados.

3.1- O propósito ou objetivo da retextualização

Como proposto por Fairclough (1992), a nova ordem socioeconômica baseada no domínio do consumo influencia, sobremaneira, todas as esferas sociais. Esse fato provoca uma relexicalização da linguagem e novas formas de agir e interagir socialmente, resultando em uma cultura promocional do discurso. Entendemos que essa cultura promocional se faz necessária, já que para a efetivação das práticas o discurso deve ser acessível aos participantes. Devemos, então, atentarmo-nos para a forma de produção, distribuição e consumo dos gêneros e discursos.

Nota-se que, dentro do *Bolsa Família*, surge uma necessidade social de particularização do discurso do referido programa, e, para tanto, os processos acima citados de produção, distribuição e consumo dos textos são enfatizados pelo MDS. Pode ser verificada essa ênfase na particularidade da construção de gêneros específicos ao público alvo do PBF: os gestores e os beneficiários têm acesso a gêneros distintos, o que leva à contemplação de interesses específicos.

O propósito ou objetivo da recontextualização da legislação em “Guia do Gestor” é levar a esse sujeito social uma linguagem mais acessível, quando comparada à linguagem utilizada na lei, e ativar as práticas necessárias a esse papel social: gerir o programa na esfera municipal.

Na mesma linha, a “Agenda de Compromissos da Família” tem o objetivo de simplificação da linguagem da legislação. Também tendo em vista o processo de produção, distribuição e consumo do discurso do PBF, observamos a particularidade da retextualização da legislação em “Agenda de Compromissos”. Dessa forma, a negociação dos efeitos de sentido do discurso do *Programa* se tornaria mais acessível. O público alvo da “Agenda” se diferencia do público do “Guia”, a necessidade de distinção desse público é observada na construção do gênero agenda.

Faz-se necessário enfatizar novamente que tratamos a retextualização neste trabalho como uma especificação da recontextualização. Acreditamos que o discurso do *Bolsa Família* aparece mais que simplesmente retextualizado de um gênero em outro. Acreditamos, ainda, que há uma intensa atividade de recontextualização do discurso, do gênero e das próprias práticas.

Nesse sentido, percebemos que o objetivo da recontextualização da legislação em “Guia” e em “Agenda de Compromissos” se faz de forma a enfatizar as atividades propostas ao papel social do gestor e também do beneficiário. Observa-se, portanto, a particularidade do processo de produção do gênero, de sua distribuição (visando seu público alvo) e de seu consumo.

3.2- A relação entre o produtor do texto original e o transformador

Verificar a relação entre os produtores dos textos analisados é observar a correspondência dos textos nos diferentes gêneros e, de certa forma, sua autoria. A legislação que rege todo o *Programa Bolsa Família* é de responsabilidade do Congresso Nacional, que decreta a lei, e do Presidente da República, que a sanciona. Já a criação dos materiais de divulgação e instrução sobre o PBF, os quais estamos tratando como gêneros discursivos, é

de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Observando a relação entre os autores dos gêneros podemos perceber novamente que no processo de recontextualização do discurso questões são acrescidas e outras diminuídas. Mesmo o Ministério do Desenvolvimento Social sendo responsável por dois dos três gêneros analisados verificamos relações ora de similaridade ora de diferença.

Pode-se perceber a presença dos elementos textuais que compõem a legislação no “Guia do Gestor” e também na “Agenda de Compromissos”. Através de uma linguagem simplificada, comparada à da legislação, o “Guia” e a “Agenda” trazem os artigos da lei em um vocabulário não tão técnico e, de certa forma, mais acessível aos prováveis gestores municipais e beneficiários.

Termos técnicos como “inciso”, “caput”, “dotações alocadas”, “dolosamente” são substituídos por outros que trazem mais aceitabilidade para o público alvo. Os “incisos” são retextualizados em títulos, o “caput” em objetivo, e as expressões e adjetivos mais formais são tomados por correspondência, por termos mais simples, de mesmo efeito de sentido, porém em formas mais populares.

Cabe ressaltar que cada retextualização – “Guia” e “Agenda” – traz, à sua maneira, uma espécie de simplificação da linguagem da legislação, adaptada aos propósitos dos novos gêneros.

Assim, é possível observarmos que, passando por transformações de estrutura genérica, de vocabulário, o *Bolsa Família* aparece representado de distintas formas nos gêneros “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família”. Percebemos que cada gênero sugere a ativação própria de sua estrutura genérica, isso faz com que o objetivo do gênero sobressaia aos objetivos da regulação maior do *Programa* que é a legislação.

3.3- A relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização

Verificando a relação tipológica entre a legislação, o “Guia do Gestor” e a “Agenda de Compromissos” podemos observar que há mudanças significativas entre eles. Como já mencionado, a estrutura de cada gênero se faz de forma distinta. Nesse sentido, o vocabulário usado e a escolha do padrão retórico também se constituem de forma particular em cada modalidade.

A lei é formada por um padrão retórico expositivo de caráter imperativo. Esse padrão impõe a regulamentação necessária ao PBF. Os dezessete artigos trazem orientações que regem e normatizam todo o *Bolsa Família*. O caráter imperativo pode ser observado sob a ótica da proposta do que constitui uma legislação. Ao encontro do propósito de criar, constituir e dar outras providências sobre o programa, a constituição da tipologia textual baseia-se no suporte imperativo, o que poderia garantir a execução das ações propostas.

No gênero “Guia do Gestor”, percebemos um padrão retórico voltado para a descrição. Verificamos que todos os itens que o compõem têm o objetivo de descrever o *Programa*, sua metas, funções e participações. O caráter imperativo do discurso também pode ser observado, todavia em menor grau do que o encontrado na legislação. A exposição traz o caráter informativo do texto e também leva a uma sinalização do caráter pedagógico que compõe o material. Pode-se notar que o próprio título do material já orienta argumentativamente o usuário leitor – “Guia do Gestor”. A ação esperada de um guia é dar instruções, orientações a respeito de determinada prática.

É interessante observar que o caráter argumentativo também perpassa as páginas do “Guia do Gestor” em uma tentativa de convencer o sujeito leitor. Percebe-se muitas vezes a instrução de caráter imperativo, seguida de argumentação que não só justificaria a ação como também convenceria o então gestor do PBF a compartilhar da prática sugerida.

A relação tipológica da legislação comparada à da “Agenda de Compromissos” também é dotada de particularidades. A orientação

argumentativa de uma agenda leva-nos a pressupor “agendamento” de compromissos. Nota-se que a “Agenda de Compromissos” do PBF extrapola esse sentido de espaço para compromissos: percebe-se um padrão retórico descritivo/narrativo, acrescido de tom imperativo. Verificam-se modalizações como “As famílias devem fazer a sua parte”, em grande parte do material. A descrição, mais simplificada se comparada à do gênero guia, traz o aspecto didático, imposto ao gênero, também levado para o campo instrucional.

Assim como no “Guia do Gestor”, percebe-se um padrão descritivo-narrativo atrelado ao padrão argumentativo. Também na “Agenda de Compromissos” observa-se a argumentação como estratégia de persuasão para o compartilhamento de práticas sociais.

Dessa maneira, percebe-se, em ambos os gêneros, as reformulações tipológicas direcionadas ao propósito comunicativo de cada material. Notamos que a escolha dos tipos de textos orienta-se em função da proposta do que sinaliza ser um guia e uma agenda de compromissos, juntamente considerando o interlocutor dos gêneros.

3.4- Os processos de formulação típicos de cada modalidade

Como última etapa de observação das fases de recontextualização, observaremos os processos de formulação típicos de cada modalidade. Nesse sentido, o que se torna interessante é pensar como os textos do *corpus* selecionado se estruturam nos gêneros que trazem o discurso do *Programa Bolsa Família* e, dessa forma, mediam seus significados e propostas. É interessante observar como são formulados os processos de retextualização do “Guia” e da “Agenda de Compromissos”, enfatizando as etapas pelas quais a informação retextualizada passa.

No gênero “Guia”, verificamos a reordenação das informações: os dezessete artigos que normatizam todo o PBF estão dispostos nos itens apresentados no sumário do material. Não necessariamente seguem a ordem da legislação, estão organizados na seqüência lógica do “Guia”, objetivando cumprir as condicionalidades do gênero. No “Guia”, encontramos uma

apresentação, a descrição do que é o PBF, a gestão de responsabilidades compartilhadas, a descrição dos componentes do *Programa*, a apresentação do controle social, a fiscalização, a integração entre o Peti e o *Programa* e as considerações finais.

É possível percebermos a construção particular do material, ou seja, os processos de formulação do gênero são orientados de forma ímpar, visando atender propósitos comunicativos próprios. Comparado à legislação, podemos observar que há um aumento significativo no número de páginas de um gênero para outro. A legislação do *Programa Bolsa Família* é distribuída em quatro páginas, já o “Guia do Gestor” está organizado em cinquenta e seis páginas. Contribuindo para o aspecto didático-pedagógico, temos o acréscimo de ilustrações, quadros e tabelas.

Dessa maneira, verificamos um acréscimo não só no número de páginas, mas também de informações. A recontextualização da legislação em guia passa por um processo específico de adaptação de contextos e de adaptação da seleção lexical proposta. Termos específicos do campo jurídico dão lugar a termos mais simplificados, mais próximos da linguagem do gestor, usuário do gênero.

Na “Agenda de Compromissos” também observamos particularidades nos processos de formulação. Os textos típicos do gênero agenda se estruturam de modo a tentar o alcance da compreensão do beneficiário do PBF. No mesmo sentido que no “Guia do Gestor”, percebe-se que há um acréscimo no número de páginas da “Agenda”, quando comparada à legislação: as quatro páginas que contêm a legislação são recontextualizadas na “Agenda de Compromissos” em trinta e quatro páginas. Ao encontro do observado no “Guia do Gestor”, o aumento no número de páginas do gênero deve-se à fuga dos termos e expressões do campo jurídico, além de gerar o aspecto didático-pedagógico visível no material. Acreditamos que tal aspecto se faria necessário para compreensão dos usuários/beneficiários do PBF.

Em uma tabela comparativa entre os gêneros estudados: legislação, “Guia do Gestor” e “Agenda de Compromissos da Família”, fica mais evidente a particularidade de cada processo de formulação do gênero:

	LEI	GUIA	AGENDA
Nº DE PÁGINAS	4	56	34
ILUSTRAÇÕES	-	9	20
QUADROS	-	2	2
BALÕES	-	5	13

Verificamos, pelo número de páginas, que o “Guia” apresenta mais informações que a “Agenda”. Isso faz com que o caráter didático-pedagógico possa ser novamente retomado. Se observarmos o número de ilustrações dobrado na “Agenda”, em relação ao “Guia”, também poderemos pensar que o público alvo da primeira parece exigir uma “facilitação” da leitura, que contribuiria para a efetivação dos efeitos de sentido que são gerados pelas informações.

Entendemos que a visualização do público forneceria a necessidade da sugestão de distintas práticas, já que a particularidade exigiria condições próprias. Isso porque, quando pensamos no contexto em que são fornecidas tais informações, são considerados fatores como baixa escolaridade e pouca informatividade dos beneficiários.

Assim sendo, nota-se que a formulação típica de cada gênero faz-se uma necessidade de compreensão e ativação de práticas dentro dos gêneros propostos. Para tanto, cada um movimentará os seus constituintes da maneira que entende ser a melhor, com o aumento ou diminuição do número de páginas, criação de ilustrações, quadros, balões, etc.

4- Análise da prática textual

Para iniciar de fato a análise microtextual do *corpus*, entendemos ser importante observar como a prática textual é associada à prática discursiva e à prática social na Análise Crítica do Discurso. Motta-Roth (1998, p.7) destaca que todo texto é produzido a partir de uma determinada perspectiva no

contexto social, de modo que represente uma declaração de pontos de vista sobre o mundo, uma veiculação de como o mundo funciona. Logo, o estudo sobre o texto evidencia a forma como o mundo se organiza sob determinados pontos de vista.

Em *Discourse and social change*, Fairclough (2001, p. 89) propõe reunir a *análise de discurso lingüisticamente orientada* e a *teoria social* na composição de um quadro teórico adequado ao estudo das mudanças sociais. A análise textual passa a figurar como parte da análise do discurso, e a relação determinista da estrutura social sobre a ação individual é substituída por um enfoque dialético que considera o discurso um elemento constituinte do social e também constituído por ele.

Para Resende e Ramalho (2006), os textos, ocupando lugar nas práticas discursivas, são considerados, na ACD, como espaço em que as identidades e as relações sociais são negociadas e estabelecidas e, por isso, como espaço em que se atualiza uma ação social – já que eles atuam sobre a sociedade em que se inserem. Diante dessa perspectiva, os textos são vistos como vestígios deixados pela prática discursiva e como pistas imprescindíveis ao ato de leitura, da natureza da prática social e da sua relação com as estruturas sociais, sob as quais se produz o discurso.

Ainda de acordo com as autoras, observamos que a ACD considera os textos como objetos empíricos culturalmente situados, produzidos, distribuídos e consumidos como mercadoria, obedecendo à lógica da indústria cultural. Além disso, os textos são produtos e agentes de transformações culturais, econômicas, tecnológicas, assumindo um importante papel na dinâmica do sistema social.

Nesse sentido, como os processos sociais operam na prática lingüística, podemos inferir que a análise de textos seria um importante método para estudar as questões e as mudanças sociais.

Segundo Magalhães (2005), Fairclough entende a análise textual de acordo com sua proposta de Análise Crítica do Discurso: como análise da organização dos textos, compreendendo dois tipos complementares de análise - a lingüística e a intertextual. Na análise lingüística, parte-se do pressuposto

de que o texto se apropria seletivamente dos sistemas lingüísticos e na análise intertextual, do pressuposto de que o texto se apropria seletivamente de ordens do discurso, entendidas como convenções particulares de práticas convencionalizadas (gêneros e discursos).

Segundo a autora, a lingüística sistêmica tem um papel crucial no primeiro tipo de análise. É importante em função de seu pressuposto da linguagem enquanto escolha ou seleção de opções dos sistemas que constituem os potenciais de significado, abrangendo a inclusão e a exclusão. A análise intertextual, inspirada nesse pressuposto, verá o texto como escolha em um nível de análise diferente. Análise que envolverá uma seleção de opções dentro do que se pode chamar de potencial intertextual de uma ordem de discurso ou de repertório disponível de gêneros, discursos e narrativas. As últimas entendidas como tipos de *história socialmente ratificada* (Fairclough, 2000, p.208).

Dessa forma, na dimensão textual, considera-se que o texto internaliza traços das práticas discursiva e social. Por meio da análise lingüística de quatro categorias principais – vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual – identificam-se e interpretam-se relações sociais e possíveis estruturas ideológicas no discurso. A análise textual baseia-se nos fundamentos da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) (Halliday, 1985), segundo os quais todo discurso desempenha três metafunções simultâneas, inerentes a qualquer discurso: a ideacional, a interpessoal e a textual (Ramalho, 2005, p. 275).

Para Ramalho, a ACD sempre teve a LSF como principal recurso para a análise textual. A abordagem funcionalista da Lingüística preocupa-se com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, além de frisar a importância do papel do contexto social na compreensão da natureza das línguas (Ramalho, 2005, p.277). A língua é vista como instrumento de interação social que existe em função de seu uso na interação humana.

Assim, para Ramalho, a gramática funcional é uma gramática natural, porque pode ser explicada pela referência ao modo como a língua é usada. Dessa maneira, seu objeto de estudo são os “usos” da língua, responsáveis

pela forma e pela transformação do sistema. Para a LSF toda sentença em um texto é vista como produção semiótica (função textual) que constrói o mundo (função ideacional) ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais entre seus produtores e outros atores que ocupam esse mundo (função relacional).

Sendo assim, o social é trazido para o tecido gramatical da linguagem. Os demais momentos de (redes de) práticas sociais são internalizados pela linguagem, de modo que a constituição semiótica do social e pelo social está constantemente em questão na análise lingüística.

4.1- A importância do vocabulário para uma análise textual lingüisticamente orientada

Fairclough (2001, p.103) argumenta que conceber a língua com um vocabulário (determinado) tem valor limitado porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição, correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Assim, as maneiras particulares de representação de aspectos do mundo podem ser especificadas por meio de traços lingüísticos que podem ser vistos como “realizando” um discurso. Nesse sentido, Fairclough (2003) enfatiza que o mais evidente desses traços distintivos é o vocabulário, porque diferentes discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes.

Segundo o autor, os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são *facetadas de processos sociais e culturais mais amplos* (Fairclough, 2003, p. 230).

A relação entre a palavra e o significado não é uma constante transhistórica para Fairclough. Ao contrário, muitos significados potenciais são instáveis, o que pode envolver lutas e atribuições conflitantes de significados – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos.

Falar de “uma multiplicidade de meios de expressar um significado”, no entanto, conduz ao entendimento equivocado de que os

significados são atribuídos antes de serem postos em palavras de várias maneiras, e de que eles são estáveis em várias palavras. Seria mais produtivo dizer que há sempre formas alternativas de significar (Kristeva, 1986) de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica “interpretar” de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular (Fairclough, 2001, p. 236).

Nessa perspectiva faircloughiana de pensar o vocabulário como uma materialidade lingüística, capaz de dar embasamento teórico à análise da prática textual verificada nos gêneros, observamos a necessidade da associação das práticas discursivas e sociais. Ainda para Fairclough, no sentido real, então, quando se troca a palavra, também se troca o significado.

Para Fairclough (2001), a criação de itens lexicais permite conceber as perspectivas particulares dos domínios da experiência, segundo uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais abrangente. Em casos assim, ela gera novas categorias culturalmente importantes.

Logo, em função de acreditar que através da observação das escolhas lexicais será possível verificar como os processos de recontextualização sinalizam novas práticas discursivas e sociais e, dessa forma, ressignificam os discursos que nos rodeiam, elegemos o vocabulário como uma importante ferramenta para análise lingüística.

4.2 - A retextualização via análise do vocabulário

Compartilhando da visão de Marcuschi, Dell’Isolla (2007) compreende a retextualização como um processo que envolve operações complexas, que interferem tanto no código como no sentido. Ela evidencia uma série de aspectos da relação entre oralidade-escrita, escrita-escrita, etc. Para a autora, se o texto não é uma unidade auto-suficiente e autônoma em si mesma, há sempre a interdependência de um determinado texto em relação a outros já produzidos ou em processo de construção. Esse processo de retomada constitui um dos princípios essenciais da própria sobrevivência textual enquanto prática necessária à existência das relações humanas.

A busca de um referencial textual preexistente faz parte da dinâmica constitutiva de cada um dos textos com que interagimos diariamente. Segundo Dell'Isola, é possível que um mesmo tema seja apresentado por meio de diferentes gêneros textuais. Assim como são criados novos textos, os quais podem se modificar, transformar-se, sem nunca deixarem de conter elementos de textos precedentes, seja de maneira explícita ou implícita.

Dessa forma, o vocabulário se constitui como categoria analítica para a retextualização, uma vez que a mesma se materializa também via vocabulário. Nesse sentido, Dell'Isola argumenta que os textos circulam socialmente com finalidades definidas, e suas estruturas dependem de uma infinidade de fatores que vão desde as escolhas lingüísticas até os suportes físicos que os sustentarão.

Na tentativa de propor uma discussão acerca da escolha do vocabulário, e desse modo observar como os significados se constroem social e culturalmente, temos dispostos para análise, nos quadros abaixo, aspectos do discurso do *Programa Bolsa Família*. Os itens listados foram retirados do que se verificou de comum nos três gêneros: legislação, "Guia do Gestor" e "Agenda de Compromissos da Família". Os quadros demonstram como a retextualização dos itens nos levaria à observação de como o discurso é recontextualizado.

Todos os itens que serão abaixo analisados foram encontrados no *corpus* selecionado. Faremos a transcrição das passagens retextualizadas de um gênero para outro para facilitar tanto a visualização como também as análises.

4.3 - O objetivo do gênero

Os três gêneros descritos trazem, no início do texto, o objetivo a que se propõem. Através de escolhas lexicais particulares que indicam a finalidade do material, observamos as orientações e a construção dos efeitos de sentido:

	LEI	GUIA	AGENDA
OBJETIVO DO GÊNERO	Criar o programa e dar outras providências.	Auxiliar o gestor municipal, os conselheiros e outras pessoas envolvidas no processo de gestão, execução e acompanhamento do programa.	Informar a família sobre o programa, os direitos, deveres e compromissos. Traz orientações de como permanecer no programa.

Quadro 1

Ao observar os fragmentos que compõem o quadro acima, em relação aos objetivos dos gêneros, podemos notar a presença enfática dos verbos que sinalizam distintas orientações e, por conseguinte, diferenciam os efeitos de sentido de cada objetivo.

A legislação do *Bolsa Família* traz, como objetivo da existência do gênero, a criação do programa e outras providências. Considerando o papel que se espera do gênero lei, que é o de regulamentar, normatizar questões vigentes de uma sociedade para uma convivência harmônica, dentre outras funções, acreditamos que o verbo “criar” estaria adequado aos propósitos então sinalizados.

Na concepção dicionarizada, “criar” traz sentido de *originar, produzir, fundar, estabelecer*. Verifica-se, então, similaridade nos efeitos de sentido para as acepções do verbo e orientação para a prática a ser executada pelo gênero lei: originar, produzir a regulamentação necessária para existência do PBF. Portanto, a escolha do léxico “criar” se tornaria pertinente, pois o papel conferido ao gênero é sugerido através da escolha lexical.

O verbo “auxiliar”, de acordo com o dicionário *Aurélio*, traz as acepções de *prestar auxílio a; socorrer; dar ensejo a; servir de meio para ajudar*. Diante desses significados, podemos pensar que o verbo “auxiliar”, no objetivo do “Guia do Gestor”, também sinaliza a prática esperada pelo gênero, já que traz em seu efeito de sentido a orientação que se esperaria de um guia: o auxílio, a ajuda para execução de alguma tarefa. No caso analisado, o “Guia do Gestor” teria como objetivo ajudar o gestor municipal do PBF na execução das tarefas de gestão.

Na “Agenda de Compromissos” percebemos a utilização de outro verbo. O objetivo do gênero agenda, de acordo com MDS, é “informar” e “trazer orientações” à família beneficiária do *Programa*. Em relação a esse objetivo, acreditamos que caberia a pergunta se realmente o propósito ou objetivo de uma agenda seria informar e trazer orientações para o sujeito sobre alguma questão. O verbo “informar”, na acepção dicionarizada, significa o mesmo que *dar conhecimento a; noticiar; avisar; esclarecer; instruir*. Diante dos possíveis sentidos, verificamos que há uma discrepância da orientação do sentido trazida pelo verbo e o que entendemos neste trabalho pelo gênero “Agenda de Compromissos”.

Entende-se que uma agenda é um gênero discursivo no qual se encontraria espaço para marcar, datar, tomar nota de compromissos. Percebe-se agenda como um gênero “pessoal”, ou seja, seria de responsabilidade individual a marcação e controle de tais compromissos no gênero em questão. O “agendamento” de compromissos é de caráter individual. Todavia, o gênero, selecionado como parte do *corpus*, traz sob a nomenclatura de agenda “instruções” de como participar do *Bolsa Família*. Através da escolha lexical, então, somos capazes de notar uma espécie de motivação social. No caso analisado, portanto, as expressões “informar” e “trazer informações” não cumpririam o objetivo do gênero agenda, pois entendemos como proposta desse gênero marcação, agendamento de compromissos.

De posse das características sócio-históricas da necessidade da existência de outros gêneros que levassem a legislação do *Programa* aos leigos de forma mais clara, observamos efeitos de sentido particulares, gerados pelas distintas escolhas do vocabulário.

Assim, nota-se que, se comparados os objetivos dos gêneros, observamos mudanças não só de orientações próprias da estrutura interna de cada construto textual, mas também discrepâncias em relação à finalidade do gênero. A escolha do verbo para ativar práticas dentro de cada gênero faz com que a orientação argumentativa e o propósito comunicativo do mesmo se constituam de maneira ímpar e gerem, dessa forma, distintos efeitos de sentido.

4.4 – Objetivo do Programa Bolsa Família

Da mesma forma que verificamos o objetivo da existência do gênero, é possível observarmos como é recontextualizado o objetivo do *Programa Bolsa Família* por cada um dos gêneros abaixo listados.

	LEI	GUIA	AGENDA
OBJETIVO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Art. 1 O programa tem por finalidade unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal.	Programa que busca promover transferência de renda aos segmentos de menor renda da população articulada ao cumprimento de condicionalidades.	O programa foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação . Para isso o governo transfere renda direto para as famílias.

Quadro 2

Conforme notado no quadro da seção anterior, o que se torna enfático nos trechos retextualizados nesse segundo quadro é a presença dos verbos. A lei diz que o objetivo do *Programa* é “unificar” procedimentos. O “Guia” sinaliza que o objetivo é “promover” transferência de renda. Enquanto a “Agenda” apresenta como objetivo “apoiar” as famílias mais pobres e “garantir” o direito à alimentação.

Mais uma vez percebemos que existem grandes diferenças nos efeitos de sentido que cada verbo traz. O verbo “unificar”, no dicionário, apresenta-se como o mesmo que *tornar uno*; “promover” teria *sentido de trabalhar em favor de; fazer avançar; ser causa de; motivar; fazer desenvolver*; e o verbo “apoiar”, o sentido de *patrocinar; ajudar; basear*.

Observando os supostos efeitos de sentido que os verbos e outras expressões poderiam provocar nos objetivos do *Bolsa Família*, percebemos que, para cada gênero, o PBF teria uma finalidade. Para a legislação ele tem como objetivo unificar os demais projetos existentes - o auxílio-gás, o *Bolsa Escola* e os outros programas e ações de transferência de renda do Governo Federal. Para o “Guia do Gestor” e, conseqüentemente, para seu público alvo,

o gestor municipal, trata-se de um programa de promoção de transferência de renda. Já para as famílias, público alvo da “Agenda”, o objetivo do PBF é apoiá-las através da transferência de renda; o objetivo primeiro é a ajuda.

Fica evidente, portanto, que a escolha lexical da retextualização leva o mesmo programa de assistência social a existir em contextos distintos, fazendo com que os efeitos de sentido gerados por estas escolhas se tornem socialmente/culturalmente distantes. Existe uma grande distância na orientação de sentido de “unificar”, “promover” e “apoiar” algo.

“Unificar” parece pressupor força, união de algo já existente e que se fortalecerá com a ação. “Promover” também parece enfatizar uma ação que angariará outras, ou seja, quando se promove algo se promove alguma coisa para alguma finalidade. “Apoiar” também sinalizaria ação, mas, de todas as três ações, a última parece ser a mais dependente.

A “Agenda de Compromissos” traz como objetivo do *Bolsa Família* a ação que será executada pelo governo: “apoiar”. Considerando o contexto sócio-histórico de existência do PBF, pressupomos uma representação de um público que precisa de apoio financeiro. A criação do *Programa* se justifica pelas condições não-favoráveis à grande parcela da população pobre ou extremamente pobre. Nesse sentido, o governo vem apoiar esses menos favorecidos através do programa de transferência de renda. Percebemos que a escolha do verbo para sinalizar a ação da “Agenda” traz motivações sociais e faz emergir as condições sócio-históricas de existência do *Bolsa Família*.

“Apoiar”, no nosso entendimento, designa entre outras coisas passividade de uma das partes, pois alguém ou alguma coisa deve ser apoiado por não conter a estrutura necessária para que possa promover ou existir por conta própria. A ação sinaliza uma necessidade de algo - o apoio serviria para aqueles que não têm condições de alcançar alguma coisa. Assim, percebemos o efeito de sentido de “apoiar” como uma ação expressa de “cima para baixo”, ou seja, alguém ou alguma instituição detentora de poder, de recurso, apoiará aqueles desprovidos dos mesmos.

É interessante ainda perceber o acréscimo de informações na agenda de compromissos. O que é denominado de *segmentos de menor renda da*

população no guia do gestor passa a ser chamado de “famílias mais pobres” na agenda.

Dessa forma, podemos notar que a escolha lexical, para representar o objetivo do *Programa*, fundamenta-se em questões do próprio gênero. Tem, também, alicerce social: imaginar o beneficiário é diferente de visualizar o gestor, como também se torna diferente imaginar uma forma de regulação para os objetivos do PBF. Portanto, a construção dos efeitos, através da escolha do vocabulário, proporciona uma visualização da construção da imagem do sujeito receptor do gênero.

4.5 – Participantes do Programa Bolsa Família

Os participantes do *Bolsa Família* também são definidos nos três gêneros apresentados:

	<i>LEI</i>	<i>GUIA</i>	<i>AGENDA</i>
PARTICIPANTES DO PROGRAMA	Art 2 Unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e pobreza extrema que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos e adolescentes até 15.	Famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa independente de sua composição; famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos.	Famílias com renda por mês de até R\$ 50,00 por pessoa; famílias com renda de R\$ 50,01 a R\$ 100,00 por pessoa que tenham crianças de 0 a 15 anos ou gestantes.

Quadro 3

Os fragmentos retextualizados referentes aos participantes do *Programa* trazem informações mais próximas umas das outras do que as informações analisadas anteriormente. Observamos que a retextualização nos fragmentos trazem diferenças de estruturas internas do texto, mas em relação ao conteúdo as informações se aproximam.

Nota-se que é destacada, nos três gêneros, a necessidade de existirem gestantes, nutrizes e/ou crianças para que as famílias possam participar do PBF. A condição de pobreza ou de extrema pobreza da família também pode ser percebida com mais ou menos ênfase nos três gêneros.

Assim, como já observado nas questões de retextualização, muitas informações são mantidas, em outros casos são suprimidas ou aumentadas. Dependendo da carga semântica da informação, somente a construção gramatical da frase será alterada. Observamos, então, a “liberdade” do sujeito retextualizador.

Dessa forma, em relação ao aspecto dos participantes do *Programa*, observa-se uma proximidade maior de informações. Apesar de a escolha do vocabulário ser também particular, quando comparamos esse item aos dois anteriormente analisados, verificam-se mais semelhanças nas orientações trazidas pela escolha lexical.

4.6 – A entrada da família no PBF

No quarto item a ser analisado, temos a questão de como a família pode dar entrada no *Programa Bolsa Família*:

	LEI	GUIA	AGENDA
A ENTRADA DA FAMÍLIA NO PROGRAMA	<p>Art. 17 O ingresso das famílias no Programa Bolsa Família ocorrerá por meio do cadastramento Único do Governo Federal.</p> <p>Art 18 O programa atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 100,00 e R\$ 50,00.</p> <p>§ 1 As famílias elegíveis ao PBF poderão ser selecionadas a partir de um conjunto de indicadores</p>	<p>Para as famílias fazerem parte do Programa é necessário que os municípios as identifiquem e as cadastrem no Cadastro Único dos Programas Sociais, possibilitando assim, sua seleção para o Bolsa Família pelo Governo Federal.</p> <p>Cada município tem um nº estimado de famílias pobres considerado como meta de atendimento do programa naquele território específico.</p>	<p>Para ser cadastrada a família precisa responder a um questionário com muitas perguntas. É importante responder de modo completo, claro e verdadeiro.</p> <p>Depois da ficha de cadastro feita, a prefeitura digita os dados e manda para o Governo Federal. O Governo analisa as informações e identifica as famílias que devem entrar no programa de acordo com a lei.</p> <p>Lembre-se: se a sua</p>

	sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica.		família atende aos critérios do Programa, receber o benefício é um <i>direito</i> seu, não é favor de ninguém.
--	---	--	---

Quadro 4

O artigo 17 da lei que rege o PBF diz que o ingresso da família no PBF ocorrerá por meio do cadastramento único do Governo Federal. Essa informação é confirmada na retextualização do referido artigo no “Guia do Gestor”. Mesmo com mudanças na estrutura das frases, na seleção lexical, verificamos que a informação que se refere à necessidade da participação no Cadastro Único é encontrada nos dois gêneros.

Em contrapartida, na “Agenda de Compromissos” consta a informação de que as famílias deverão preencher um questionário e que, posteriormente, o mesmo será enviado ao Governo Federal. Observando as instruções e o propósito comunicativo das informações, somos capazes de inferir que esse questionário mais tarde se transformará em Cadastro Único. Todavia, na materialidade lingüística não existe, em todos os gêneros, a mesma referência em relação a essa informação.

Em relação à segunda parte das informações da entrada da família no *Bolsa Família* nota-se uma discrepância entre as informações retextualizadas. O parágrafo primeiro do artigo 18 da lei 10.836 diz que as famílias elegíveis ao PBF poderão ser “selecionadas” a partir de indicadores sociais. Já no “Guia do Gestor” a informação, recontextualizada, diz que cada município tem um “número estimado” de famílias pobres, considerado como meta de atendimento do *Programa*.

Embora pareçam querer fornecer a mesma informação - existe uma seleção prévia para ganhar o benefício - somos levados a notar que houve uma simplificação na linguagem e nas próprias instruções fornecidas pelos gêneros. Entretanto, devido à mudança do vocabulário e das próprias construções dos períodos, o que era para ser uma informação clara passa a ser colocada em dúvida.

Observa-se, assim, que ambos os gêneros trazem uma espécie de restrição em relação ao número de famílias que podem fazer parte do PBF.

Contudo, a informação existente na “Agenda de Compromissos” se torna contraditória a essa restrição. A “Agenda” traz, como forma de lembrete, a informação de que, se a família atende aos critérios do *Bolsa Família*, ou seja, se está inserida na classificação de renda que o governo faz (famílias pobres e famílias extremamente pobres), ela tem direito ao benefício. Acrescenta, ainda, que se trata de um direito do cidadão, não de um mero favor.

Nesse sentido, verifica-se que a recontextualização da informação, tendo como referência o público alvo, leva a diferentes instruções. Para os beneficiários do *Bolsa Família*, o artigo 17 foi recontextualizado de forma totalmente diferenciada em relação ao “Guia”. Para o gestor a entrada da família apresenta restrições numéricas, essa mesma informação não é repassada para a população; assim, criam-se duas expectativas distintas em relação ao mesmo programa.

Outra questão relevante, em relação à retextualização da entrada da família no PBF, é o último parágrafo da “Agenda”. Percebemos que uma informação é acrescida somente à “Agenda”: o lembrete de que se a família atende aos critérios tem direito a entrar no *Programa* cria a idéia de que todas as famílias, que se encontrem dentro dos critérios, participarão do *Bolsa Família*. Entretanto, isso não acontece na prática. Esse lembrete pode ser percebido como um outro gênero, ou seja, percebemos que o gênero Agenda se torna um *gênero híbrido* com a presença de outros gêneros que se mesclam a estrutura genérica da própria agenda. Pode-se notar um aconselhamento através do gênero bilhete como ordens transfiguradas.

Em entrevista informal com gestores do PBF, na fase de delimitação do *corpus* e de obtenção de informações sobre o projeto, foi-nos informado que cada município tem um número estimado de famílias para receber o benefício. O que quer dizer que mesmo a família atendendo aos critérios impostos pelo MDS, nem todas entram automaticamente para o *Programa*. Cada município tem um valor estimado para repasse da transferência de renda, isso faz com que algumas famílias, mesmo dentro dos critérios, fiquem sem receber o benefício.

Dessa forma, podemos observar que as condicionalidades e possibilidades ficam explícitas na legislação e no “Guia do Gestor”, enquanto que na “Agenda de Compromissos” a mesma informação tem efeito de promessa.

4.7 – Como é pago o *Bolsa Família*

A forma de pagamento do benefício também é descrita na lei e retextualizada nos gêneros em destaque:

	<i>LEI</i>	<i>GUIA</i>	<i>AGENDA</i>
COMO É PAGO O BOLSA FAMÍLIA	Art 2 §11 Os benefícios a que se referem os incisos I e II do caput serão pagos, mensalmente, por meio do cartão magnético, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o número de Identificação Social.	A caixa encarrega-se da comunicação às famílias e dos passos seguintes para entrega do cartão. A entrega dos cartões e o cadastramento da senha são de responsabilidade da caixa. O público alvo para recebimento do benefício é a mulher. Essa decisão tem como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade em usar recursos financeiros em proveito de toda família.	Toda família que entra no programa recebe um cartão magnético para sacar o benefício. O cartão é feito em nome do responsável legal pela família, que é de preferência a mulher. A Caixa Econômica Federal entrega o cartão e paga os benefícios.

Quadro 5

O artigo segundo da lei reza sobre como serão pagos os benefícios às famílias. De acordo com tal artigo, cabe à Caixa Econômica Federal a responsabilidade do pagamento mensal do benefício. No “Guia” a informação é retextualizada, acrescida da responsabilidade que cabe à Caixa Econômica Federal e do público alvo para recebimento do benefício: a mulher.

A recontextualização na “Agenda”, nesse aspecto, não é vista com grandes modificações. É enfatizado o fato de que a responsabilidade pela distribuição do cartão e a efetuação do pagamento cabem à Caixa e, também,

assim como no “Guia”, a mulher é sugerida como responsável legal pelo recebimento do benefício. Na agenda de compromissos percebemos a questão da “preferência”, verifica-se que ao optar pelo léxico a Agenda de Compromisso abre espaço para a questão da escolha, tal questão torna-se mais clara se pensarmos no destinatário de cada gênero e no papel social que cada um tem. . Quando se dá opção de preferir pode-se entender que há de fato uma tomada de decisão: opta-se por algo em detrimento de outro. Essa escolha proporcionará distintos efeitos de sentido.

O que se faz enfático de observar é o acréscimo de informações no “Guia”. Como já mencionado, os processos na retextualização são distintos, caberia ao sujeito retextualizador selecionar as informações de forma mais ou menos sintéticas. Como a informação da forma de pagamento é relevante para o papel do gestor, que tem a função de gerir todo *Programa*, ela é colocada de forma mais detalhada do que na “Agenda”. A mesma informação, retextualizada na “Agenda”, sinaliza somente tornar pública a questão enquanto que no “Guia” tem-se a impressão de esclarecimento.

4.8 – Condicionalidades

As condicionalidades são as condições colocadas pelo Governo Federal para o recebimento do benefício. Às famílias caberia o papel de cumprir as condicionalidades impostas e ao gestor fiscalizar as mesmas.

	LEI	GUIA	AGENDA
CONDICIONALIDADES	Art 3 A concessão dos benefícios dependerá, no que couber, de condicionalidades relativas ao pré natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular sem prejuízo de outras previstas em regulamento.	As condicionalidades são compromissos que devem ser cumpridos pela família para que possa receber o benefício. O objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência	As famílias que entram no programa assumem alguns compromissos com a saúde e a educação de todos os seus membros. Principalmente de suas crianças, adolescentes e mulheres grávidas. Cumprir esses compromissos faz parte das regras para

		social, e dessa forma promover a melhoria da situação de vida da população beneficiária e propiciar as condições mínimas necessárias para sua inclusão social sustentável.	permanecer no programa. Além disso, é preciso estar atento a chances de melhoria para todos. Os compromissos a serem cumpridos dizem respeito a educação, saúde, trabalho e renda
--	--	--	---

Quadro 6

A descrição das condicionalidades pode ser observada sob um aspecto também particular. A forma de expressar as condicionalidades em cada gênero se faz de forma ímpar. Na legislação, percebemos a condicionalidade do *Programa Bolsa Família* como, de fato, um pré-requisito para obtenção do benefício. Para tanto, a escolha lexical da lei para expressar a condição se dá através do verbo “dependerá”.

O “Guia do Gestor” expressa a condicionalidade através da expressão “devem ser cumpridos”, ou seja, comparada à legislação, parece haver uma suavização da retextualização, também uma maior justificativa do que sejam as tais condicionalidades. A retextualização do artigo terceiro acrescenta informações em forma de justificativas, as quais sinalizam uma maior carga de informações a fim de que não existam dúvidas do funcionamento das condições de participação no PBF.

A recontextualização das condicionalidades no gênero “Agenda” pode ser percebida com um tom ainda maior de suavização. A escolha lexical de “compromissos” em detrimento de “condicionalidades” traz essa noção de uma intensidade menor ao assumir as responsabilidades que devem ser cumpridas para permanência no PBF.

Na retextualização do artigo terceiro, podemos perceber que o uso do advérbio “alguns”, em “alguns compromissos”, diminui ainda mais o efeito de sentido de condição. Outra escolha lexical que chama atenção na retextualização é o substantivo “regra”, empregado como espécie de sinônimo para “condição”. Substituição essa que reforça a idéia de simplificação da linguagem, que acaba acarretando uma diminuição do efeito de sentido do que está proposto na legislação.

Percebe-se, assim, mais uma vez, que a escolha lexical faz com que os efeitos de sentido do vocabulário se acentuem ou percam a força nos enunciados. Tal fato angaria conseqüências nada desprezíveis em relação aos novos efeitos de sentido que se criam na recontextualização.

4.9 – Controle social

	<i>LEI</i>	<i>GUIA</i>	<i>AGENDA</i>
CONTROLE SOCIAL	Art 9 O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados em âmbito local por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público Municipal na forma do regulamento.	A instância de controle social do Bolsa Família é formada no município por representantes do governo local e de entidades da comunidade.	Em todos os municípios está sendo construído o conselho ou comitê de Controle Social do Bolsa Família. O conselho verifica se as famílias do programa atendem aos critérios para fazer parte. E verifica também se o Programa atende com qualidade às famílias que realmente precisam.

Quadro 7

A recontextualização do controle social, proposto pelo artigo nono da legislação, pode ser observada tanto no “Guia” como na “Agenda de Compromissos”. Conforme já notado em outras retextualizações, o vocabulário e as estruturas dos períodos são distintos nos três gêneros.

A informação de que o controle e a participação social devem existir no município é verificada na recontextualização que, na “Agenda”, pode ser vista com um número maior de detalhes, com maiores esclarecimentos. Conforme observamos em outros momentos, percebemos a informação acrescida em um gênero e diminuída em outro. Entretanto, nesse caso, podemos perceber uma equidade maior entre os efeitos de sentido, alternando somente a quantidade de detalhes que compõem o enunciado.

Dessa maneira, podemos inferir que o caráter pedagógico da “Agenda” é enfatizado em cada item analisado. A apresentação de justificativas e de

simplificação do vocabulário serve de embasamento para verificação de tal caráter na “Agenda de Compromissos”.

4.10 – Fiscalização

Como último elemento a ser analisado, temos a fiscalização. Assim como os itens anteriormente demonstrados, podemos observar a presença desse último na lei, no “Guia do Gestor” e na “Agenda de Compromissos da Família”.

	<i>LEI</i>	<i>GUIA</i>	<i>AGENDA</i>
FISCALIZAÇÃO	Art 8 A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.	Para garantir a efetividade e a transparência dos procedimentos do Bolsa Família o Ministério do Desenvolvimento social e alguns órgãos de controle executam ações de fiscalização.	Para ajudar na fiscalização do Bolsa Família foi criada a Rede Pública de fiscalização. A rede fortalece o controle do programa. E assim garante que os benefícios cheguem aos que mais necessitam. A rede é uma parceria do MDS com os Ministérios Públicos Federal e Estaduais, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de contas da União.

Quadro 8

A informação de que a fiscalização do PBF se fará de forma descentralizada é recorrente nos três gêneros. Todavia, como observado em outros momentos, a escolha lexical também faz com que os efeitos de sentido se articulem em função do contexto em que as escolhas estão empregadas.

Em relação ao vocabulário, podemos perceber novamente a presença de três verbos com distintas orientações de sentido. A legislação, assumindo sua função de normatização, utiliza-se da mesóclise “dar-se-ão” para efetivar a forma de fiscalização do PBF.

No “Guia do Gestor”, observamos o emprego do verbo “garantir”, referente à efetividade da fiscalização. Novamente de acordo com o dicionário

Aurélio, “garantir” pode ser empregado na acepção de *responsabilizar-se por; prometer; afirmar, proteger*. Observamos uma orientação de promessa, com caráter imperativo, a qual enfatiza que existirá a forma de fiscalização para que o PBF possa se tornar transparente.

A “Agenda de Compromissos” traz como verbo da ação a ser expressa a palavra “ajudar”, que teria como sentido o efeito de *auxiliar, favorecer, facilitar*. Percebe-se uma instrução diferente de “garantir”, a qual enfatizaria o sentido de se fazer obrigatório. Já a palavra “ajudar” não traria em seu efeito de sentido a obrigatoriedade, mas sim um compartilhamento de práticas existentes dentro das possibilidades da ação. Podemos perceber, também, o aspecto da dependência de uma das partes, já que pressupomos, pela orientação, que “ajudar” negocia um sentido de auxílio para execução de alguma tarefa.

Assim sendo, notamos que as escolhas lexicais proporcionam mais que distintos efeitos de sentido. A escolha do vocabulário e de outras expressões lingüísticas, na composição dos enunciados, são fatores responsáveis para geração de distintas recontextualizações do discurso do *Bolsa Família*, patrocinando o surgimento de novas práticas.

5- Considerações finais

Este último capítulo procurou demonstrar como as escolhas lexicais na retextualização proporcionam distintos efeitos de sentido e distintas orientações a propósito dos objetivos comunicativos de cada gênero. Tivemos o intento de visualizar o *corpus* detalhadamente através da descrição, além de enfatizar os distintos processos pelos quais a informação retextualizada passa. É importante ainda ressaltar que a análise dos fragmentos retextualizados pode demonstrar como a escolha lingüística denuncia propostas e objetivos distintos.

Na primeira parte da descrição do *corpus*, achamos importante colocar em evidência o número de páginas, de ilustrações, balões e demais recursos que foram utilizados nos gêneros. Com essa descrição genérica, pudemos visualizar o que se fez prioridade em cada gênero analisado e, com isso, pudemos inferir sobre possíveis efeitos que seriam gerados através dessa

utilização. Percebemos que, quando analisadas dentro do processo de produção, distribuição e consumo dos textos, as escolhas dos recursos nos gêneros não são aleatórias.

Pensando os processos de retextualização pelos quais os gêneros passam foi possível: a observação da discrepância da tipologia textual, da relação entre o produtor do texto original e o transformador, além dos processos de formulação típicos de cada modalidade. Tais processos mostram como o gênero é moldado por uma configuração interna que pode ser colocada em tensão com a influência externa do contexto social ao qual será inserido. Para adaptar o texto retextualizado ao gênero proposto, tanto foram necessárias observações de estrutura interna, por exemplo a organização textual, como do público alvo a consumir tal gênero e, também, das condições existentes para isso.

Consideramos importante organizar a visualização da retextualização dos fragmentos dos gêneros por comparação. Com isso, foi possível uma melhor observação das discrepâncias e/ou semelhanças entre eles. A presença ou ausência de informações, a mudança de verbos e outros léxicos proporcionaram hipóteses de como o gênero estaria se moldando socialmente ou de como poderia ser moldado por tal contexto. Com a metodologia utilizada, foi possível a verificação de como se processam as modificações da retextualização e as implicações de sentido da mesma.

De posse dessas comparações e observações, poderemos verificar, nas considerações que faremos a seguir, como a recontextualização do *Programa Bolsa Família* em distintos gêneros modifica todo o processo já então particular de produção, distribuição e consumo e é modificado pelo mesmo. Ao recontextualizar as informações, criam-se processos de adaptação, de facilidade de leitura em função do público alvo e também projeções de efeitos de sentido a serem alcançados. Assim, o que já é um processo particular - criação e consumo de textos – tornar-se-ia um projeto ainda mais personalizado.

Dessa forma, é relevante enfatizar que a análise textual deve estar associada à análise dos processos pelos quais a informação recontextualizada

passará. Através da verificação das condições de produção, de recepção do gênero e da prática discursiva trazida pelo mesmo, teríamos noção de como o “todo” organiza a funcionalidade de cada parte.

As considerações sobre as análises sinalizariam, então, as condições sociais das práticas dos gêneros. Nesse sentido, através da recontextualização dos gêneros do PBF, poderão ser visualizadas as regularidades do conjunto das novas informações e, dessa maneira, a formação dos novos construtos textuais que também terão forma de prática textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto histórico-social do *Programa Bolsa Família*, a diversidade de gêneros discursivos pode ser notada como uma necessidade social. Tratando-se de um dos mais bem sucedidos programas de assistência social brasileiro, o PBF cria a necessidade social e política de sua propagação. Com isso, são gerados os processos particulares de produção, distribuição e consumo dos textos.

Em consonância com tais processos, verificamos que o PBF cumpre, através dos gêneros discursivos, o que propõe: normatizar, distribuir funções e levar informações ao público-alvo desejado. A escolha de distintos gêneros para o cumprimento de tal intento estrutura o discurso do *Bolsa Família* e faz com que o mesmo seja “adaptado” a distintos públicos.

Quando nos propusemos a verificar as implicações da recontextualização do discurso do *Programa*, estávamos buscando visualizar como o discurso recontextualizado provoca distintos efeitos de sentido e, por conseguinte, novas práticas. A forma de visualização dessas práticas se deu através dos gêneros discursivos, já que admitimos que os mesmos são portadores de práticas discursivas e sociais e podem ser vistos também como veículos estruturadores de cultura (Kress, 1989).

Pensamos o gênero discursivo como portador de diferentes práticas discursivas e sociais, pois, quando comparamos uma lei, um guia e uma agenda, verificamos mais que uma construção textual. Deparamo-nos com práticas específicas como normatização, orientação e agendamento de compromissos. Essas práticas ativam as relações nos contextos sociais em que estamos inseridos: se consumimos uma lei, encontramos sua estrutura genérica de artigos, parágrafos, incisos e decretos. De posse dessa estrutura, o objetivo que nos levou à sua leitura, ao obter o material, será concretizado logo que nos orientarmos e cumprirmos o que estiver disposto na legislação.

No mesmo sentido, ao adquirirmos um guia, esperamos, de modo geral, encontrar uma estrutura disposta em tópicos ou subdividida em parágrafos ou

subtítulos para estruturar as informações que se esperam do gênero. Assim, as práticas, também ao encontro do contexto do usuário do gênero, serão ativadas dentro das condições que este apresentar.

Na “Agenda de Compromissos”, o processo não se daria de forma diferente. Esperaríamos encontrar no gênero agenda uma estrutura genérica que nos possibilitasse espaço para agendamento de compromissos. Entretanto, em função justamente do contexto em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelo PBF, pretende que se consuma tal gênero, as práticas que se esperariam de uma agenda não são ativadas.

Entende-se que uma agenda é um gênero textual no qual se encontra espaço para marcar, datar, tomar nota de compromissos. Percebe-se agenda como um gênero “pessoal”, ou seja, seria de responsabilidade individual a marcação e controle de tais compromissos no gênero em questão. Esperar-se-ia, portanto, que “agendamento” de compromissos fosse de caráter individual. Todavia, na “Agenda de Compromissos” do PBF, observa-se que o caráter individual do gênero não é encontrado. O Ministério do Desenvolvimento Social se apropria do gênero e confere aos beneficiários compromissos que não teriam a direção do individual para o coletivo, mas sim do coletivo para o individual. Em outras palavras, pode-se notar que os compromissos inscritos na “Agenda” do PBF são compromissos coletivos, os quais os beneficiários do devem cumprir. Entretanto, quem os determina é o governo, através da voz do Ministério do Desenvolvimento Social, e não os próprios indivíduos que recebem a bolsa.

Nota-se que a recontextualização do discurso do *Bolsa Família* na “Agenda de Compromissos da Família” assume outros propósitos comunicativos que não vão ao encontro do que se pretende no gênero agenda. É enfático observar que a prática social relacionada com a utilização desse gênero toma outra direção. A prática de tomar notas de compromisso deixa de ser um ato do cidadão e passa a ser executada pelo governo. Na realidade, poderíamos verificar mais evidente o propósito de cartilha do que o de agenda,

uma vez que a primeira teria como proposta dar instruções, informações, “comandos”.

Então, a prática social que seria do indivíduo passa a ser do governo, fazendo com que o sujeito assuma o papel passivo diante de tal prática, e o governo um papel ativo. Assim, em função da mudança de propósitos, entendemos que a prática social do gênero agenda toma outras proporções. O indivíduo, nesse contexto, não tem autonomia para inscrever seus próprios compromissos – o que se esperaria da prática do gênero agenda - mas os recebe já inscritos no formato do gênero.

Diante desse contexto, observamos, através da retextualização dos gêneros, uma recontextualização do discurso. Ao retextualizar as informações, verificamos que as mesmas são alocadas em um novo contexto, trazendo conseqüências nada desprezíveis. As motivações das recontextualizações podem ser observadas sob a ótica do social, ou seja, em função das condições sociais, históricas e culturais, os gêneros sofrem adaptações e também modificam as práticas nos contextos em que estão inseridos. A modernidade tardia, mencionada por Fairclough (1999), faz com que nossas práticas sejam flexíveis ao jogo da linguagem para representar nossas relações, nosso espaço e tempo.

Nesse sentido, os materiais distribuídos (gêneros) são “escolhas” feitas em consonância com o público-alvo. A produção desses gêneros visa a objetivos próprios, como adequação da linguagem, da estrutura e da própria sugestão de práticas. A distribuição também será feita em função do contexto específico em que o *Programa Bolsa Família* está inserido. O consumo se dará considerando os dois processos anteriores: produção e distribuição. Em tese, o discurso ou o gênero a ser consumido o será pela delimitação do mesmo, que explicita os dois primeiros casos. Dessa forma, as práticas discursivas existentes dentro do *Programa Bolsa Família* e dos gêneros analisados só podem ser consideradas se verificados os processos supracitados.

A análise da recontextualização do PBF proporcionou verificar que os artigos da lei incorporados no “Guia” ou na “Agenda” determinam o tipo de

leitor ou os sujeitos que estão envolvidos no consumo dos textos. Ao utilizar modalizações, verbos com diferentes efeitos de sentido e também de valor imperativo, na “Agenda de Compromissos”, destinada aos beneficiários, percebemos um papel de assujeitamento do leitor. A imagem de um grupo social específico, que consumirá o gênero “Agenda de Compromissos”, e o discurso por ele veiculado são construídos socialmente.

Nesse discurso, visualiza-se a figura do sujeito beneficiário passivo às ordens do governo, recontextualizadas em forma de compromissos trazidos pela “Agenda”. Observa-se, ainda, uma representação de um grupo social que necessita de comandos e orientações para que possam ter acesso ao *Programa*.

O que pudemos perceber é que o gênero e os processos de recontextualização dos discursos são também produtos culturais moldados de acordo com as condições sócio-históricas existentes, estando constantemente em movimento. Como bem já tinha observado Bakhtin (2000), *o Gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é o novo e o velho ao mesmo tempo*. O gênero “Guia do Gestor” e a “Agenda de Compromissos da Família”, observados aqui nesta análise, podem comprovar essa afirmação. Em função de propósitos definidos, tornam-se gêneros em transformação, adaptando-se sempre aos contextos que necessitam alcançar.

Dessa maneira, podemos entender que todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e para com os outros participantes da interação. Em tempos de pós-modernidade, em que estamos constantemente envolvidos nos processos de construções simbólicas, o gênero torna-se um modo de ação, deixando de ser somente produto (texto) para assumir um papel ativo nas práticas sociais.

Pode-se notar, portanto, que o *Programa Bolsa Família* utiliza como forma de estratégia a mutação dos gêneros, conseguindo imprimir distintas práticas discursivas, que colaboram para a existência de distintas práticas sociais. Então, mais uma vez, podemos pensar no que propõe a ACD: entendemos a linguagem como forma de “prática social”, por conseguinte, o

gênero discursivo é veículo de materialização dessas práticas, assumindo o papel de também orientar nossas relações sociais.

Assim sendo, ao pensar as questões de recontextualização nos gêneros discursivos, não estamos procurando responder a uma questão sobre a forma genérica, com base na referência a categorias formais. Trata-se de responder à questão com respostas que envolvam a descrição da ocasião social, do seu lugar e valor nas estruturas sociais mais vastas e a avaliação de quem pode ou não pode participar e de que modos. Ou seja, a forma textual não é apenas em si própria um assunto de interesse, mas um meio de ascender a uma organização social e cultural e conseqüente as motivações destas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, Patrus, e GENRO, Taso. *O Caminho Social de Lula*. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 25/05/2008.

ANANIAS, Patrus, e BETTO, Frei. *Um projeto de nação*. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 25/05/2008.

BALOCCO, Anna Elizabeth. *A perspectiva Discursivo-Semiótica de Gunther Kress: O gênero como um recurso representacional*. In: MEURER, J; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

BAZERMAN, Charles. *Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas*. In: DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo, Cortez, 2005. p. 19-46.

BAZERMAN, Charles. *Gênero, Agência e Escrita*. São Paulo, Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia> . Acessado em 05/04/08

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de and ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Família e proteção social*. *São Paulo Perspec.*, Apr./June 2003, vol.17, no.2, p.109-122. ISSN 0102-8839.839.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1999.

DELL' ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.

DUARTE, Gisléia Benini, et al. *Impactos do Programa Bolsa Família Sobre Os gastos Com Alimentos De Famílias Rurais*. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/do/cs/impactos-do-programa.pdf>. Acesso em 20/05/08

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London, Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres; Nova York: Routledge, 2003.

GOMES, Maria Carmen. *A Prática sócio-Institucional do Licenciamento Ambiental: a tensão entre os gêneros discursivos, discurso e Vozes*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2003.

GOUVEIA, Carlos. *Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico*. In: Mateus, Maria Helena e Correia, Clara Nunes. *Saberes no Tempo*, 2002.

LEGOVINI, Arianna e REGALIA, Ferdinando. *Targeted Human Development Programs: Investing in the Next Generation*. Inter-American Development Bank, Sustainable Development Department, Poverty and Inequality Advisory Unit. Washington, DC 2001.

LINHARES, Fernando. *Bolsa Família: Um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFU, 2005.

KRESS, Gunther. The linguistic expression of social meaning: discourses, genre and text. In: *Linguistic process in sociocultural practice*. Oxford, Oxford University, 1989.

KRESS, Gunther. *Considerações de caráter cultural na descrição lingüística: para uma teoria social da linguagem*. In: PEDRO, Emília .*Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editora Caminho, 1997.

MAGALHÃES, Célia Maria (org). 2001. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG

MAGALHÃES, Isabel. Prefacio Fairclough 2003. Disponível em: www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/gt_andis/015.htm - 18k - Acessado em: 20/04/08.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Rosa Maria. *O Social no Governo: a construção de um novo populismo em tempos de uma aplicação neoliberal*. Revista de Economia Política. São Paulo: Jan/Março de 2006.

MEURER, José Luis. *Gêneros Textuais: Subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC-Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

MEURER, José Luiz ; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Parâmetros de textualização*. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.

MILLER, C. *Genre as a Social Action*. In: FREEDMAN, A; MEDWAY, P. (orgs.) *Genre and the New Rhetoric*. London: Taylor & Francis. 1984. p. 23-42.

MOSCOVICI, Serge. *Introduction à la psychologie sociale,1*. Paris: Larousse, 1972.

PEDRO, Emília. *Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos*. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editora Caminho, 1997.

RESENDE, Denise de Paula. *Discurso, Cognição e Cultura: uma proposta de compreensão da linguagem*. Dissertação de Mestrado. São João del-Rey: PROMEL/UFSJ, 2007.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, Sônia. *Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda*. *Revista Economia contemporânea*. Rio de Janeiro, 9(1): 153-185, jan./abr. 2005.

WODAK, Ruth. *Do que se trata a ACD*. Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004

WORLD BANK. 2001a. *Brazil: An Assessment of the Bolsa Escola Programs*. Human Development Department, Latin America and Caribbean Region, The World Bank, Washington, DC.